

UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO

**Lideranças religiosas e lideranças políticas em um assentamento
rural.**

Salomé Lima Ferreira

2005

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA
E SOCIEDADE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO – SOCIEDADE E AGRICULTURA**

**LIDERANÇAS RELIGIOSAS E LIDERANÇAS POLÍTICAS EM UM
ASSENTAMENTO RURAL.**

SALOMÉ LIMA FERREIRA

Sob a Orientação do Professor
John Cunha Comerford

Tese submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de **mestre** do
curso de Pós-Graduação em
Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade, área de Concentração em
“Sociedade e Agricultura”.

Seropédica, Rio de Janeiro
Agosto de 2005

FERREIRA, Salomé Lima

Lideranças religiosas e lideranças políticas em um assentamento rural. Rio de Janeiro. UFRJ. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - CPDA. 2005. 180 p.

AGRADECIMENTO

Ao escrever este agradecimento considero que esta empreitada não iniciou quando ingressei no CPDA, mas em minha trajetória enquanto graduanda. Foi nesta época que encontrei pessoas especiais, amigos e professores, no qual compartilhei momentos de amizade e trabalho (pesquisas coordenadas pelas professoras Elisa Guaraná e Caetana Damasceno do DLCS). Em especial agradeço aos amigos Daniel, Marinete, Alcilúcia, Gilmara, Simone, Cloviomar, Caetana e Elisa. Entre estes, alguns me deram instrumentos que possibilitaram os meus primeiros passos rumo ao mestrado, outros permitiram que eu “roubasse” tempo de nossos momentos de descontração para discutirmos sobre este trabalho. O fato é que todos, de maneiras distintas, foram importantes.

Também agradeço a minha mãe, ao meu irmão e ao meu noivo por terem sempre uma palavra de ânimo e de confiança durante esta empreitada.

Aos meus amigos e *irmãos em Cristo* que carinhosamente leram as inúmeras versões desta dissertação.

Ao meu orientador, John Cunha Comerford, por ter aceitado o desafio de trabalhar com o tema investigado, pelo carinho e pela paciência durante todo este período.

Há uma pessoa que não é mais possível agradecer, por ter falecido recentemente. Mas quero documentar que meu tio, “Zinho”, possibilitou-me alcançar mais esta etapa. Lembro-me das inúmeras vezes que dizia aos seus amigos de forma orgulhosa “Está é minha sobrinha. Ela já está na segunda faculdade”. Sempre dizia a mesma coisa por nunca ter entendido o que era uma pós-graduação. No dia de seu enterro as palavras de seus amigos, mais íntimos, reafirmavam o quanto este homem era importante para mim, ao dizerem “Você perdeu um pai né? Pois ele te amava como filha”.

Aos assentados que permitiram que eu conhecesse um pouco do cotidiano em que vivem.

Enfim, a todos vocês que contribuíram para que eu traçasse os primeiros caminhos como profissional e como pessoa, o meu muito obrigado.

Agradeço também a CAPES pelo apoio financeiro.

E em especial ao meu Deus.

A todos, muito obrigado.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Salomé Lima Ferreira

Dissertação submetida ao Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, área de Concentração em “Sociedade e Agricultura”, como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre** em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM -----/-----/-----

John Cunha Comerford, Dr. (CPDA/UFRRJ)

Leonilde Sérvolo de Medeiros, Dra. (CPDA/UFRRJ)

Caetana Damasceno, Dra. (UFRRJ)

Emerson Giumbelli, Dr. (IFCS/UFRRJ)

SUMÁRIO

Introdução	8
Capítulo I	
O Assentamento Penuel	28
i. A Luta pela Terra	28
ii. O Perfil dos assentados	32
Capítulo II	
A igreja como uma família	37
i. “Família religiosa”	37
ii. Doutrina religiosa	46
Capítulo III	
A Relação entre Religião e Política	72
i. O Sagrado e o Profano	72
ii. Perfil de um líder	87
iii. Constituindo lideranças políticas e religiosas pela reputação	97
iv. Constituindo uma liderança pelo jeito de falar	109
v. Constituindo uma liderança por relações de trocas	115
vi. Religião e política: esferas que são opostas ou que se complementam?....	120
Capítulo IV	
A Bíblia e a Política.....	123
i. As diferentes leituras bíblicas	123
ii. O “chamado” para a obra de Deus ou para a política	139
iii. Em quem o crente vota	154
Conclusão	174
Bibliografia.....	183

RESUMO

Neste estudo o fenômeno que está sendo enfatizado é a forte inter-relação de evangélicos na esfera política (política eleitoral, a luta pela terra e a organização política de um assentamento). Esta inter-relação tem sido observada e tem chamado a atenção de alguns pesquisadores. Porém, consta-se que esta temática tem sido pouco estudada nos assentamentos e nas áreas rurais, em específico no estado do Rio de Janeiro. Deste modo este trabalho espera contribuir para o debate entre a dinâmica da religião e as formas de disputas, alianças e organização política dentro e fora de assentamento. Com esta preocupação procuramos reconstituir algumas trajetórias de assentados que são líderes religiosos e políticos, e de outros atores que possuem forte inserção no assentamento Penuel¹ (localizado no município de Japeri – RJ). Este processo se deu através de análises de entrevistas abertas, privilegiando depoimentos orais. Constatamos que o processo de aproximação ou de afastamento entre o religioso (evangélico) e o político é complexo e tem gerado no cotidiano religioso alguns conflitos como também reforçado algumas alianças internas.

¹ . Nome fictício.

ABSTRACT

This study focuses the relations between evangelicals and politics (electoral politics, land struggles and the political organization of a rural settlement). These relations have been observed and have called the attention of researchers. However, there are few studies on this theme concerning rural areas and rural settlements, especially in the state of Rio de Janeiro. Thus, this work should contribute to the debate about the relations between religious dynamics and conflicts, alliances and political organization within and outside a rural settlements. With this aim, we have tried to recover the trajectories of some leaders of a rural settlement who are both political and religious leaders, as well as of other actors that have an outstanding role in the rural settlement in the municipality of Japeri near Rio de Janeiro, called Penuel (a fictitious name). This work was made by means of the analysis open interviews, highlighting oral testimonies. We have seen that the process by which (evangelical) religion and politics are brought together or set apart is quite complex and has produced conflicts in the religious daily life, as well as reinforced some internal alliances.

“(...) Os seus sacerdotes transgridem a lei, e profanam as minhas
cousas santas; entre o santo e o profano não fazem diferença, nem
discernem o imundo do limpo”
(Ezequiel 22:26, Bíblia Anotada).

INTRODUÇÃO

O debate entre religião e política está presente na história de nossa sociedade. A igreja católica tem sido uma instituição importante nos movimentos sociais rurais – em específico nos assentamentos – sendo presente desde o momento do acampamento até o processo após a conquista da terra. Mas o que tem chamado atenção neste cenário é a atuação e a expansão das igrejas evangélicas (pentecostais e históricas), pois este espaço era hegemonicamente ocupado pela ação da igreja católica.

As sobreposições de papéis de lideranças políticas e evangélicas, antes pouco perceptíveis, começaram a ganhar visibilidade e a causar-me estranheza em uma pesquisa¹.

A estranheza se dava ao fato dos discursos de líderes religiosos evangélicos se oporem à utilização da identidade religiosa em um contexto político. Tais líderes consideram que o *servo* de Deus não foi *chamado* para fazer política e sim para evangelizar. O desejo de manter afastados estes diferentes campos, religioso e o político, aparece, por exemplo, na declaração de um pastor: “*política e igreja são como água e óleo: não se misturam nunca*”.²

Este olhar se aproxima da formação pentecostal que venho recebendo ao longo dos anos. Tal educação religiosa tem como princípio não aproximar a esfera religiosa da esfera política. Portanto, o que me levou a realizar este estudo, entre outras razões, foi a intensificação do envolvimento dos evangélicos com a política. Tal questão toma maiores dimensões ao observarmos que a definição de religião dada por alguns evangélicos é construída em oposição à política, criando um abismo entre o mundo religioso e o político. Esta certeza gerou a seguinte indagação: “Se há possibilidade de aproximação entre esses dois mundos, quais elementos permitem esta aproximação?”.

¹ . Realizada pela pesquisadora como bolsista pelo CNPQ, no período de 1999 a 2001, com orientação da Elisa Guaraná de Castro. Nesta pesquisa embora, não se tenha trabalhado com este tema, tais questões já estavam presentes.

² . Pr. José Wellington, **Folha de São Paulo**, 19/2/95, p.l 0-6. Esta declaração foi dada pelo pastor após o anúncio de que o pai de uma candidata, que também é pastor, lesou a igreja para saldar a dívida da campanha de sua filha.

A partir deste quadro propus entender como se dá o processo de aproximação entre esfera religiosa e política no Assentamento Penuel³, privilegiando a ação dos grupos evangélicos pentecostais e históricos no campo político. Como questões secundárias, busquei perceber em que momento a identidade religiosa é acionada no campo político e se a mesma altera ou orienta a ação e as escolhas políticas desses indivíduos. Neste contexto social também tentei mapear os diferentes significados atribuídos à política e à igreja. E por fim, investiguei se as sobreposições dessas formas de atuação se completavam ou se geravam conflitos.

O capítulo primeiro consiste em uma apresentação do contexto social pesquisado, abordando de forma breve o processo de organização do assentamento Penuel e o perfil dos assentados.

O capítulo dois constrói um retrato inicial da metáfora *família religiosa*, dando ênfase à doutrina religiosa e aos seus desdobramentos. A partir dos dados obtidos no trabalho de campo penso que é impossível compreender a origem, os conflitos e as mudanças em relação ao modo de ver a aproximação entre religião (a evangélica) e política sem entender os valores que estão por trás da *doutrina tradicional*, ou seja, uma doutrina rígida⁴. Em específico, os valores revelados nos momentos de tensões que se instauram no espaço religioso ao iniciarem um processo de “modernização” na doutrina. Como, por exemplo, o fato de pastores e outros líderes religiosos permitirem que evangélicos se envolvam com política.

O “retrato” falado anteriormente é importante, pois acreditamos que ao adentrarmos no cotidiano desta “família” há pistas de como as redes sociais são conformadas e que razões levam os indivíduos a formarem novos grupos e novas alianças no campo religioso e político. Desta forma é possível observarmos em que medida o cotidiano religioso interferirá nas questões centrais desta dissertação.

Na primeira parte do capítulo três apresento definições do que venha ser igreja e política na perspectiva dos entrevistados e, um breve mapeamento sobre a inserção de

³ . Nesta dissertação os nomes dados, aos assentados e a este assentamento, são fictícios. Já os nomes atribuídos a outros assentamentos são verdadeiros.

⁴. A idéia de *doutrina rígida* está coligada a noção de “boa e má reputação” – que será discutida no capítulo dois.

alguns evangélicos na esfera política, chamando atenção para alguns conflitos que surgiram neste processo.

Na segunda parte deste capítulo procuro construir o perfil de líderes religioso e político e, revelar os elementos que constituem essas lideranças. Os quadros desenhados pelos informantes contribuem para esclarecer um pouco mais os elementos que “aproximam” ou que “afastam” as esferas ditas opostas, a política e religião.

Ressalto que o uso da categoria “líder religioso” não estará associado tão somente a figura do pastor, mas se estendem aos presbíteros, diáconos, líderes dos grupos de cultos nos lares, enfim, qualquer cargo de liderança da igreja. E a categoria “liderança política” estará associada a atores que estejam exercendo ou que já exerceram cargos na associação do assentamento Penuel e/ou a atores que se candidataram em eleições.

O último capítulo mostra alguns caminhos de acomodação e aproximação entre igreja e política (eleitoral, o movimento associado à luta pela terra e a política interna do assentamento). Para tanto, fez-se necessário uma abordagem sobre as múltiplas leituras bíblicas que os nativos acionam ao falarem deste par. Leituras que fundamentam a discussão sob outros aspectos que serão investigados como o *chamado de Deus para obra religiosa ou para política* e a noção de templo como um espaço sagrado. Por último, investiga como os cidadãos evangélicos mantêm ou não o afastamento com a política em “época de eleição” e os elementos que determinam em quem o crente vota.

E nesta introdução há uma reflexão sobre a relação de confiança que estabeleci, como pesquisadora, com os atores sociais. Tal relação foi dada de múltiplas formas, ora pela pertença a um grupo religioso (a *família religiosa*), ora pela simpatia ou pela transparência. Foi assim, não de forma estática ou com perguntas padronizadas que este trabalho trouxe uma riqueza de dados.

Mas saliento que o dinamismo nesta pesquisa teve como atores principais os próprios agentes investigados. Foi possível perceber que alguns assentados declaravam-se inimigos quando o assunto abordado era a associação (percebida por alguns como uma esfera política), entretanto, possuíam uma relação de amizade fora deste contexto. E movimentos como estes, forçaram-me olhar para além dos discursos.

—

A escolha por este assentamento iniciou-se em um seminário, no qual participei como integrante da comissão organizadora⁵, em particular na sessão composta por líderes de vários assentamentos do Rio de Janeiro. Chamou-me atenção a maneira pela qual os líderes do assentamento Penuel e do Multirão da Fé se apresentaram e conduziram os seus discursos. Ambos acionaram em suas apresentações a adesão religiosa que possuíam e o papel que exerciam no contexto religioso evangélico, o de pastores. Esta realidade instigou-me. E a partir deste encontro iniciou-se o processo de escolha entre estes dois assentamentos.

Mas os dados coletados inicialmente faziam do assentamento Penuel um contexto ideal para refletirmos o que está sendo proposto nesta dissertação. A decisão de investigarmos neste espaço social as questões aqui propostas, se deve à densa carreira política do presidente da associação – que será abordada ao longo da dissertação – e pela forte concentração de evangélicos em seu interior (no seminário citado o líder da associação informou que 70% dos assentados eram evangélicos, porém no trabalho de campo constatei que o número de evangélicos era superior ao informado). A presença de evangélicos em assentamentos tem crescido nos últimos anos, mas não tem sido um movimento explorado nas literaturas que abordam este universo social. Fato que assinala o valor desta dissertação.

É importante dizer que no seminário citado a ênfase dada ao número de evangélicos que pertenciam ao assentamento Penuel provocou-me alguns questionamentos. Com isto durante o trabalho de campo fui instigada a descobrir os motivos que faziam deste “número” algo importante para esse grupo social ou pelo menos para o líder da associação, seu João, que estava representando o assentado neste seminário.

Ao longo do trabalho de campo observei que o ato de acionar a presença significativa de evangélicos neste assentamento estava atrelada a noção de que neste espaço as relações sociais seriam permeadas por uma certa “unidade, paz ou amizade”. Esta lógica parece ter sido construída diante dos relatos de conflitos que marcavam a história do assentamento. Estes conflitos envolviam católicos e evangélicos. Os católicos

⁵ . Seminário realizado nos dias 1-5 de abril de 2002, no salão azul/UFRRJ, coordenado pela professora Elisa Guaraná de Castro (curso de história/DLCS/ICHS). Intitulado como “I- Seminário de PROJETOS EM Assentamentos Rurais com participação da UFRuralRJ: Experiências Rurais em debate”.

foram mencionados (tanto por informantes evangélicos e católicos) como os atores responsáveis pelos homicídios que aconteceram dentro deste espaço. Assim, reforçavam a idéia religiosa de que entre os *irmãos em Cristo* há um forte corporativismo e uma unidade. O que nos possibilita apontar que a fala de seu João, “Agora, graças a Deus, no assentamento a maioria é evangélica. Agora tem 70% de evangélicos dentro do assentamento”, não parecia indicar uma preocupação com o quantitativo. Mas sim, uma preocupação em torno do que este número ou esta pertença religiosa, representaria para as relações sociais e políticas deste assentamento.

Precisamente o trabalho de campo começou em dezembro de 2003 e terminou em julho de 2004, porém foram realizadas eventuais incursões após este período.

As entrevistas foram sendo construídas em cada ida a campo. Mas tinham como guia alguns blocos temáticos como a trajetória de cada assentado; o bloco sobre religião onde investigou-se os motivos de conversão ao cristianismo, a trajetória religiosa, as doutrinas, etc.; e por último, o bloco sobre igreja e política.

Em alguns casos foram realizadas duas ou três entrevistas com o mesmo assentado de forma que não abordasse todos os blocos em uma única entrevista. Embora, tais blocos tenham sido construídos de forma subjetiva os mesmos não foram abordados sistematicamente. Esta opção deu-se pelo fato de que a abordagem de determinadas questões do universo religioso necessitaria um pouco mais de aproximação. Pois, o ato de falar do cotidiano religioso era cercado por uma certa desconfiança, alguns assentados traziam à lembrança manchetes de jornais que comprometiam a reputação da igreja. De certa forma, tais lembranças sinalizavam alguns temores ao falar desse cotidiano. Mas, ao longo do trabalho de campo estes temores se diluíam diante da minha identidade religiosa.

O trabalho de campo reservou-me muitas surpresas, mas também muitos esforços e obstáculos. Em dias chuvosos, por exemplo, as visitas foram frustradas, pois ficava quase impossível caminhar pelo assentamento. Esta realidade forçou-me a ligar para o líder da associação para saber o estado da estrada (particularmente não gosto deste método, pois acho melhor surpreendê-los). Todavia, quando a meteorologia indicava dias chuvosos, não me restava outra opção.

Já em dias ensolarados era necessário o uso de boné ou de protetor solar, pois a distância entre determinados lotes era bem grande sendo necessário caminhar por 50 minutos. Muitas vezes, chegava no assentamento às nove horas da manhã e saía às dezoito horas. Mas também tive “viagens perdidas” por não encontrar nenhum assentado em casa.

Nutricionalmente os dias de campo também não foram os melhores. Houve dias que durante o período de trabalho de campo não realizei nenhuma refeição. Mas o pior ficava reservado para o momento de retornar ao lar, pois o ônibus só passava de uma em uma hora.

Contudo, o trabalho de campo não foi constituído apenas por dificuldades, mas também por ações de hospitalidade e de contribuição por parte dos próprios assentados. Alguns assentados doaram publicações das igrejas em que congregavam, considerando que iriam contribuir com o tema desta pesquisa; outros se comprometiam em fazer o mesmo; havia também os que ofereciam estadia em suas residências caso fosse necessário dormir no assentamento; outros se propuseram a guiar-me ou ensinar-me o percurso para chegar a determinados lotes; e também existiam aqueles que ofereciam almoço. Entre alguns convites para almoçar o de dona Leila parecia-se a uma intimação: *“Você vai na casa de quem? (...) Mas, depois você vem almoçar comigo”*.

Ao perceber que as ações de hospitalidade quase sempre partiam de assentados que ocupavam ou que tinham ocupado algum cargo político dentro do assentamento, comecei a reconsiderar os convites e atentar-me para os possíveis significados dessa hospitalidade. Essa hospitalidade, em alguns casos, não parecia traduzir apenas um ato de delicadeza ou de bondade, mas uma estratégia para desconstruir qualquer imagem que possivelmente terceiros teriam construído a respeito deles mesmos, como por exemplo, o de *mau elemento*.

Outro aspecto que deu uma dinâmica no trabalho de campo foi a minha posição de “nativa” do mundo evangélico que em parte possibilitou-me fazer uma reflexão com um olhar “de dentro” deste mundo ou “por baixo”.

A “familiaridade” que já possuía (como nativa) com os códigos da comunidade religiosa favoreceu a decodificação dos mesmos. Assim, tornou-se menos complexo a tarefa de entender a natureza das relações que estavam em jogo nos discursos dos atores

sociais e, os vários significados que estes discursos possuíam para as comunidades religiosas em questão. Tal familiaridade tornou mais decifrável os códigos e os sinais das comunidades religiosas. Ressalto que no mestrado este fator é de grande relevância face ao curto período que é destinado ao trabalho de campo e a decodificação destes elementos. E por este motivo passei a acionar a minha identidade religiosa diante dos atores sociais.

Entretanto, o fato de ser “nativa” do mundo evangélico não me afastou da possibilidade de ter uma relação de estranheza com o objeto de estudo, por participar de uma denominação diferente dos atores sociais que foram estudados, e nem me negou momentos de surpresas. Acredito que esta realidade, entre outras, também permitiu um olhar crítico sobre a temática investigada.

Mas a própria condição de nativa colocou-me diante de desafios, entre esses, o ato de tornar o que era familiar em exótico. Para alcançar este objetivo durante as entrevistas elaborei perguntas que eram óbvias para uma nativa, com o intuito de afastar-me de minhas pré-noções e para refletir a temática proposta a partir das questões que estavam sendo colocadas em jogo pelos atores sociais. Este método fez-me percorrer questões que não imaginava que seriam fundamentais para elucidar a complexa aproximação entre igreja e política. E uma dessas questões é a noção de *família religiosa* e a de *moral* (que constrói o que os informantes chamam de “boa reputação”).

Se elaborar perguntas óbvias, para uma pesquisadora evangélica, era um recurso para não naturalizar as questões que cercavam o objeto de estudo, por outro lado, a tamanha obviedade deixava os adeptos surpresos. Por tal razão, era comum ouvir frases do tipo: “Ah! Isso você sabe”; “Isso é igual na sua igreja. Ou, isso lá, não tem?”; “Ah! Isso é do jeito que você sabe. Isso em toda igreja é igual”. Indagações que poderiam estar colocando em questão o meu nível de pertencimento ao grupo religioso.

Neste caso, o mais importante a enfatizar é que tais questionamentos revelam que o processo de “naturalização” pode ocorrer tanto com o pesquisador quanto com os agentes. E este processo se constrói na medida que os agentes reconhecem o pesquisador como um ator “de dentro” da comunidade em que fazem parte.

A pesquisadora oscilava entre duas posições, ora era reconhecida como uma agente de “dentro”, ora era vista como de “fora”. “De fora” da categoria que fazem parte, a de

assentados. Esse não pertencimento, a “comunidade rural”, era importante, pois parecia justificar a minha presença neste espaço social.

Confesso que não tinha o objetivo de revelar a minha identidade religiosa logo de imediato. Pois, tinha interesses em ocultá-la como o de investigar se a noção de pertença a um grupo evangélico seria um fator modificador das respostas dadas pelos informantes, e/ou se dava um movimento diferenciado às relações sociais e políticas. Logo de início percebi que ocultar a minha identidade religiosa não seria tão difícil, pois já na primeira ida ao assentamento dois evangélicos (de distintas igrejas) demonstraram que os elementos que sinalizavam a pertença a um grupo religioso seriam aspectos que poderíamos chamar de “exteriores”. Como por exemplo, o fato da mulher não usar calça comprida, brincos, blusas sem mangas e maquiagem. Tal olhar justificava a importância que atribuíam aos cultos de doutrina. E como sempre realizei o trabalho de campo trajada de calça comprida, blusa de alça e com batom acreditei na hipótese de que no primeiro olhar desconsiderariam-me como uma nativa do mundo evangélico.

Mas, mesmo assim, não foi possível ocultar por muito tempo a minha pertença religiosa. Pois, já na segunda ida a campo não consegui, como na primeira visita ao assentamento, escapar das indagações: *“Eu não sei, mas você é de alguma igreja. Você participa de alguma religião”*; *“Você é da igreja também?”*. Abordagens como estas se tornaram comuns em cada ida ao assentamento. Fato que nos leva a considerar que para estes atores sociais a identidade religiosa é um elemento importante. E por tal motivo parece existir uma necessidade de localizarem qualquer indivíduo dentro do universo religioso, inclusive a pesquisadora.

Ao responder que fazia parte de uma igreja evangélica comecei a vivenciar distintas experiências.

A primeira refere-se ao processo de avaliação a que fui submetida. Esse processo foi iniciado justamente porque a maneira de me vestir não se enquadrava ao modelo percebido por estes evangélicos como *o ideal* para uma *mulher de Deus*. Como um exemplo, podemos citar o discurso de seu João:

“(…) não é falando. Não é falando não, porque eu não tenho nada a ver com outra igreja porque a Bíblia diz que a mulher tem que andar

decentemente trajada e não de calça comprida. E nem pregando de calça comprida, de brinco e batom, essas coisas. Eu acho que isso não está na Bíblia é uma Jezabeu⁶ na vida. (...) Muitas igrejas estão liberando tudo. A mulher não pode andar assim (referindo-se a pesquisadora)”.

(membro da Igreja Pentecostal Unidos do Brasil, dezembro de 2003)

Discursos como este que associavam-me a Jezabeu sinalizava uma dúvida em relação a minha identidade religiosa. E se existia uma contradição entre a minha auto-apresentação (como evangélica) e a maneira de vestir-me, isto parecia constituir uma questão a ser sanada. Por esta razão, os agentes me avaliaram sobre outro aspecto, o conhecimento bíblico que possuía.

Então, comecei a ser abordada com várias perguntas sobre relatos bíblicos. Alguns informantes iniciavam alguns versículos bíblicos e pediam que eu completasse, como se fosse um teste. Outros indagavam “*Você conhece aquela passagem né?*”. Assim, pode-se dizer que o meu capital religioso estava sendo avaliado, ou melhor, a minha pertença ao grupo evangélico. Entre tantos diálogos, posso citar o que ocorreu com seu João – este é bem longo, mas tentarei torná-lo menos extenso sem perder a sua essência:

“JOÃO – Jesus é bom?

PESQUISADORA - É. Lembrei daquela palavra em que Ele fala: Eu sou bom. Não...

JOÃO - É. Você lembrou daquela palavra que Jesus Cristo diz: “Bom é meu pai que está nos céus”. Mas fizeram esta pergunta e Ele respondeu que Ele não era bom. E sabe porque eu digo isso? Porque Jesus disse: “Bom é meu Pai que está no céu. E Deus é bom para aquele que o teme”. A Bíblia diz isso, mas Deus é bom e é fogo consumidor porque para muitos Deus não é bom. Deus é bom para aquele que faz a vontade

⁶ . Biblicamente Jezabeu era esposa de Jeroboão e mãe de Jorão, adoradores de Baal (deuses de alguns povos). Jezabeu era conhecida como uma feiticeira e uma prostituta, por este motivo sempre estava com maquiagem. (ver livro de II Reis capítulo 9 e I Reis capítulo 16)

de seu Pai. Agora pergunto a você também Deus é o quê? Pra você o que é Deus?

PESQUISADORA - Deus é o salvador, né.

JOÃO - É o salvador, não é isso? Muita gente faz uma pergunta que é: Por que Adão pecou? Você sabe?

PESQUISADORA - Muita gente coloca a culpa em Eva, mas não acredito muito nisso não. Ambos erraram ali, não foi a Eva que errou. Acho que foram todos os dois; foi pela a desobediência.

JOÃO - Ah! Agora você falou a palavra certa. Não foi culpa da Eva e nem foi culpa de Adão; e os dois tiveram culpa. Foi a desobediência. Mas a culpa mesmo também não foi o sexo. Sabe de quem foi a culpa? (...) Deus disse o quê para eles?

PESQUISADORA – ‘Não comeres daquela árvore porque representa o bem e o mal’.

JOÃO – ‘Toda árvore comerás, menos dessa aqui porque ela representa o bem e o mal’. E ele desobedeceu esta palavra. Então, não foi por causa da Eva, não foi por causa de Adão. Uma vez uma senhora me perguntou: “Por que Adão pecou?” E se eu respondesse ela iria pra igreja.

PESQUISADORA - E ela foi?

JOÃO - Foi. Ela foi. Não foi pra minha, mas foi pra igreja, não tem problema. Porque ela perguntava e o pessoal dizia que a culpa era da Eva, da serpente. Aí falei: “Não senhora. A culpa não foi nem de um e nem de outro; na verdade a culpa foi um pouco da serpente porque foi ela que induziu. Mas a palavra certa foi a desobediência de Adão com Deus. Foi o que você falou – referindo-se a pesquisadora. (...) Você sabia que se eu disser para você quem é Deus você acreditaria?

PESQUISADORA - Quem é Deus?

JOÃO – Quem é Deus para você? Eu é que estou perguntando. Deus não é um espírito ou Deus é um homem, uma carne. Deus é um espírito, não é isso? Deus é espírito não é verdade? Se Deus é espírito quantos

Deus tem, quantos há? Porque diz que Jesus é Deus. Deus é Deus, é espírito. É meio confuso né. (...) Não existe outro Deus diante de Jesus. Existe?

PESQUISADORA - Não.

JOÃO - Não existe. Sabe por quê? (...) Então, tem muita gente fazendo uma confusão dizendo que tem dois Deus; tem três Deus, não sei o que. E isso é prejudicial, porque é assim que os pastores aprendem que tem três Deus e faz uma Trindade. (...) *Sinceramente se você se aprofundar na palavra de Deus você vai encontrar cada coisa e vai dizer: “Não é possível, não é possível eu estou na igreja errada”*. E quanto mais você se santifica mais Deus te dá, igual deu a Salomão. (...) Quais são os dois mandamentos mais importantes? Ele falou isso para o povo. Você sabe quais são os dois?

PESQUISADORA – ‘Amarás a Deus acima de todas as coisas e o próximo como a ti mesmo’.

JOÃO - Isso. Quem é o próximo?

PESQUISADORA - O senhor, a minha mãe, meu pai, as pessoas de modo geral.

JOÃO - Se eu disser para você, você não vai acreditar.

PESQUISADORA - E quem é seu João? São os nossos inimigos também. Estou dizendo de forma geral.

JOÃO - Você tá vendo como que são as pessoas. (...) Olha, só. Um certo homem saiu e ele chegou em um determinado lugar, pegaram ele e deram uma surra. Tomaram tudo que ele tinha e deixou ele caído ali quase morrendo. Veio um sacerdote da igreja bem vestido quando viu ele caído lá embaixo passou longe. Você sabe disso né?

PESQUISADORA - Sei.

JOÃO - Então, nem preciso te contar a história.

PESQUISADORA - Então, seu João o meu próximo é o senhor, assim como, os meus inimigos. Não é?

JOÃO - Isso. Aquele que passou e um outro. Quem era aquele que passou? Passou também por longe. Aí, veio um tirano né que também não gostava do povo de Deus, não gostava dos Judeus, não gostava de nada. Passou e viu ele caído. Aí, chegou lá perto dele olhou e viu ele todo cheio de chagas, todo sujo. Aí, o que ele fez? Tirou um vinho que trazia lavou aquele homem (...) e colocou ele numa casa de um pessoal e disse: “Tá aqui essa quantia, vocês tratam desse homem. Se vocês gastarem mais quando eu voltar restituo vocês. Mas trata desse homem”. Quem era o próximo dele?

PESQUISADORA - Aquele homem.

JOÃO - Então, o próximo é aquele que te faz o bem. Não é quem faz o mal (...)

Diante deste processo de avaliação cheguei a pensar, por um momento, que antes de dar continuidade ao trabalho de campo deveria aprofundar um pouco mais os meus conhecimentos bíblicos. Pois, este conhecimento representaria a posse de um capital religioso mais extenso. E isto poderia excluir a desconfiança sobre minha identidade religiosa, instalada inicialmente pelo fato de trajar-me de forma que não se enquadrava aos padrões instituídos por estes evangélicos. Mas logo desisti desta idéia por possuir motivos agregados a minha posição de “nativa”. Como por exemplo, crer que as razões que devem impulsionar o estudo bíblico não podem estar associadas à idéia de manter ou de reafirmar uma posição em um dado contexto social.

Mas creio que talvez esta decisão não tem sido a escolha tomada pelos atores entrevistados. E como vivem submetidos a uma avaliação mútua podem se apropriar de todos os recursos possíveis para serem reconhecidos como um membro da *família religiosa*. Assim, a busca por tal reconhecimento pode ser o fator que tem contribuído para que estes atores se estabeleçam cada vez mais no contexto religioso.

O fato é que a partir de avaliações, como as que fui submetida, e de supostas “aprovações” comecei a ser reconhecida como uma integrante da “família” em que faziam parte, a *religiosa*. Como podemos observar abaixo:

“Você é da igreja também? [Pesquisadora – Sou.] De qual igreja?
[Pesquisadora – Da igreja “W”] Ah! “W”! Mas está bom, o que salva
não é igreja, é Cristo né. Mas que bom! Você é da mesma família de
Cristo. Então, tá certo”.

(seu Cleber, membro da Igreja Batista, dezembro de 2003)

E ser membro desta família me colocava na condição de *irmã em Cristo* de cada assentado evangélico. Mas saliento que este pertencimento expresso na frase “Ah! Você também é da mesma família” possuía uma certa ambigüidade ao apontar para outra tradução, como “Você é da mesma família, mas não é tanto assim”. Este outro significado parecia estar associado à distância entre a forma pela qual apresentava-me vestida e o “tipo ideal” imaginado por estes evangélicos.

Mesmo diante dos múltiplos sentidos dados à frase descrita acima, posso indicar que o reconhecimento expresso neste discurso me permitiu experimentar outro momento no trabalho de campo. Se antes a minha identidade religiosa era permeada por questionamentos, agora essa identidade parecia ser uma “aliada”. Tal fato possibilitou maior aproximação com os informantes. E por que não dizer, passou a ser o elemento fundamental para se estabelecer uma relação de confiança entre os informantes e a pesquisadora. Confiança que fundamentava relatos do tipo *‘Para você que é irmã em Cristo, eu posso falar’*.

Essa relação de confiança “abriu portas” para o trabalho de campo, porém colocou-me, enquanto pesquisadora, em situações um pouco delicadas. Uso a expressão “abriu portas” porque ao reconhecerem-me como integrante da mesma *família*, a de fé, passaram a revelar conflitos, olhares, enfim, questões muito particulares do cotidiano religioso. Sem os quais, entender o que estaria em jogo no movimento de aproximação ou de afastamento entre igreja e política seria um processo bem mais complexo e enigmático do que o observado ao longo deste trabalho.

A entrevista que mais esclarece o que estou tentando apontar é a que ocorreu com seu Pedro e com um rapaz, chamado Roldão. Este chegou na casa de seu Pedro no meio da entrevista com o intuito de visitá-lo. Ao chegar é apresentado da seguinte forma: *“este é um irmão lá da minha igreja. Mas está desviado justamente por causa disso que*

estava te falando, porque a igreja está mudando as doutrinas, está aceitando político falar na igreja. E tem muitos que também estão saindo por causa destas coisas, porque a igreja está aceitando político no púlpito, como o Carlos e dona Leila” (membros da Assembléia de Deus do Orfanato).

Posteriormente, seu Roldão começou a explicar de forma bem cautelosa os motivos pelos quais estava *afastado da igreja*. Estes motivos estavam interligados a “recente” aproximação de sua igreja com política. Seu Pedro ao perceber que seu Roldão falava de forma receosa, imediatamente aciona a minha identidade religiosa: “*Não precisa ficar assim não, sem jeito. Pode falar! Ela é irmã em Cristo também*”. Esta lembrança fez o visitante se expor de maneira mais clara e sem reservas.

Por outro lado, a expressão “*para você posso falar, sei que não vai distorcer como fazem por aí. Distorcem e sujam a igreja*”, me comprometia cada vez mais com a relação de confiança que estabeleceram. É notório que o processo de escrita e de reflexão que envolve o trabalho final de uma dissertação é regado por inúmeras dificuldades. Entretanto, o momento de me apropriar das informações contidas nos cadernos de campo e nos bancos de dados se constituía em mais um desafio. Às vezes, esse desafio era envolto de uma certa sensação de desconforto devido tal confiança, em muitos momentos percebia-me dizendo “Ah! Meu Deus. Se fulano lê-se isso” (referindo-me a alguns assentados). Porém, mesmo diante desta questão foi inevitável não revelar algumas nuances das relações religiosas tendo em vista que as mesmas contribuíam para elucidar a questão central desta dissertação.

Em meio essa relação que estou chamando de “confiança e proximidade” fui surpreendida com um auto-convite oriundo dos assentados. Este indicava o desejo de assistirem a defesa desta dissertação como aparece no discurso de dona Vera e seu Cleber: “*Quando você vai se formar?*”⁷ *Nós iremos lá ver você. Queremos estar neste dia*”. Contudo, optei por não convidá-los. Esta decisão em nenhum momento foi tomada a partir dos possíveis desencontros de linguagens, as que são vivenciadas por estes atores sociais e pelos acadêmicos. A preocupação central girava entorno do tipo de leitura que os assentados iriam elaborar sobre este trabalho. Dependendo da leitura a relação de

⁷ . Imaginavam que a defesa da dissertação teria o mesmo ritual de uma colocação de grau.

confiança outrora estabelecida poderia ser desfeita gerando, possivelmente, futuras dificuldades de inserções neste espaço. Situação que não gostaria de provocar.

Além deste momento, vivenciei outro processo ao longo do trabalho de campo. Observei que todos os atores desse contexto social avaliavam uns aos outros independentes de serem “de dentro” ou “de fora” do universo religioso:

“Aqui tem muita gente que se esconde atrás da Bíblia, só para o pessoal confiar neles. Se não tivesse lá na igreja, já estaria morto”.

(Seu Henrique, católico, 17/03/2004)

“Agora, o Pedro é (crente). Mas não acredito nessa conversão. Se ele não tivesse entrado para igreja o pessoal já teria matado ele. (...) Aqui tem muito crente de meia-tigela” (dona Leila, evangélica, 25/02/2004).

“Aqui quem é evangélico mesmo é seu Carlos. Aquele ali é. Ele é homem honesto, tem palavra, sério, tem conhecimento (...)”

(Alex, evangélico, 27/03/2004)

“Ele (referindo-se ao seu Ricardo) diz que é crente, né! Mas nunca vi crente assim, que não para em igreja.”

(Seu João, evangélico, 23/01/2004)

“Aqui tem muita gente com ‘vocação’ para ser crente. S   ‘vocação’, mas não    não. Ser crente não    isso não; eles dizem que são”.

(Seu Pedro, evangélico, 18/05/2004)

Vale ressaltar que esse processo de avaliação não era tão simples assim. Ao falarem sobre o “outro” criava-se uma esfera de desconforto, principalmente quando este pertencia    *f  m  lia religiosa*. Tal sensação era visível nas entrevistas. Alguns informantes balan  avam as pernas durante todo o tempo em que questionavam a identidade religiosa do “outro”; outros ao pronunciarem nomes diminuíam o tom da voz;

outros nem chegavam a citá-los, apenas falavam “*aquele ali.....*”. E por fim, havia assentados que não falavam sobre o “outro” quando eram abordados com questões de natureza religiosa, mesmo já tendo declarado que este “outro” era um inimigo político.

Às vezes, penso que o desconforto observado também nascia da possibilidade existencial da pesquisadora conhecer a passagem bíblica relatada no livro de Tiago 5:9 (já que a mesma era *irmã em Cristo*): “*Irmãos, não faleis mal uns dos outros. Aquele que fala mal do irmão, ou julga seu irmão, fala mal da lei, e julga a lei; ora, se julga a lei, não és observador da lei, mas juiz*”. Acredito que este fato poderia estar sendo lembrado pelos informantes por comporem uma comunidade religiosa em que as relações sociais são marcadas por uma forte noção de avaliação e vigilância.

Nesta perspectiva estava sendo percebida não apenas como alguém que era submetida a avaliações, mas também como uma figura que poderia avaliá-los por ser portadora do mesmo capital religioso que possuem.

Sendo assim, pode-se indicar que o ato de falar mal do “outro” colocava em jogo a própria imagem destes atores sociais enquanto evangélicos. Pois, tais atos os distanciavam do perfil do *homem de Deus* que outrora teriam elaborado.

Com este cenário é possível dizer que o processo de avaliação não resulta apenas de uma análise ou de uma observação da pesquisadora, mas marca as relações sociais e religiosas do cotidiano destes atores. Fato que justificava a intensidade que este processo se materializava nos discursos dos assentados. Esta prática contribuiu para o seguinte apontamento, o processo de avaliação ou de vigilância ocorre em três planos. O primeiro, é o processo de vigilância observado e vivenciado pela pesquisadora.

O segundo, é a vigilância mútua entre estes atores que é vivenciada no cotidiano e iniciada independente de ter ou não agentes de fora como a pesquisadora.

E o terceiro, é a vigilância divina que expressa a idéia de que toda humanidade está submetida a um processo de controle. E nesta noção, os políticos estão inclusos. Tal dinâmica pode ser observada em um dos relatos selecionados: “*A Bíblia diz que ‘os olhos do Senhor contemplam tudo que está no universo, ninguém está escondido no universo’*” (Seu Rafael, membro da Igreja Adventista do Sétimo Dia, 12/05/2004); “*Entre todos os candidatos, eu vou votar em um evangélico. Porque se ele não fizer o certo, o correto; tem quem pode puxar a orelha dele, que é o nosso Deus. Se ele fizer besteira na*

política tem alguém que vai puxar a orelha dele; não sou eu não, é Deus que tudo vê. Por isso eu voto em crente, porque tem alguém para ele prestar contas”. (Seu Alzir, membro da Igreja Assembléia de Deus, 19/04/2004).

Se constatamos que o processo de avaliação ocorre em três planos, vale ressaltar que os parâmetros para esse controle social são dados por uma única fonte, a religião.

—

Até o momento tentei descrever o quanto esta pesquisa foi condicionada por minha pertença a uma *família religiosa*. Fato que se configurou importante, pois ser membro da *família de fé* ou *família religiosa* significava ser reconhecido como alguém em que se podia confiar, alguém que se pode revelar o que não está dado. Saliento que essa relação de confiança que se originava a partir desse pertencimento se fortalecia porque a noção de *família religiosa* é marcada por um forte sentimento de corporativismo.

Mas em alguns momentos, principalmente quando a minha pertença a um grupo religioso era questionada, o fato de ser aluna da UFRRJ, a simpatia ou a transparência passaram a ser elementos fundamentais para o trabalho de campo.

“Ser aluna da UFRRJ” parecia carregar uma idéia muito difícil de ser desconstruída. E em dados momentos esta associação gerava em mim uma sensação de insuficiência, uma vez que “ser aluna da UFRRJ” era agregada a idéia de assistência técnica. Devido este olhar, ouvia frases desconfortantes como “*O que você vai fazer para nos ajudar?*”.

Em alguns casos esta suposta assistência técnica tinha quase um sentido salvacionista como relata dona Leila: “*Eu digo vocês são muito importantes, são o nosso futuro. Temos que colaborar com vocês. Muitos aqui podem não ver o quanto você é importante, mas o seu trabalho é muito bonito (...) Ninguém olha para a gente quando vem temos que colaborar*” (janeiro de 2004).

Por me verem desta forma, muitas vezes os relatos pareciam estar sendo usados para denunciar a falta de infra-estrutura no assentamento, que vai além do fator produção agrícola. Nesses momentos, havia indícios de que estava sendo percebida como uma possível mediadora entre o assentamento e as autoridades estaduais. Mas, na medida que

os assentados entendiam a pesquisa, à associação entre aluna e mediação ia se dissipando.

Para alguns assentados católicos, em específico, fui reconhecida também de outra forma, como “mulher solteira”. Por tal motivo, fui um pouco assediada. Alguns assentados insistiam em convites para fazermos um lanche em um estabelecimento mais próximo ou em acompanhar-me até o ponto de ônibus cujo percurso, dependendo aonde estava localizada, era de 40 minutos. Outros chegaram a pedir o meu número de telefone. Ações como estas, sempre eram acompanhadas de galanteios.

Já sobre a simpatia e a transparência, a visita à casa de seu Henrique⁸ e dona Tereza exemplifica bem estes elementos.

Logo, quando cheguei nesta casa fui abordada por dona Tereza sobre a minha adesão religiosa. Esta primeira indagação fez me acreditar que a identidade religiosa iria definir os rumos desta visita, mas ao longo do dia percebi que a minha hipótese consistia em um erro.

Quando dona Tereza me apresenta para seu Henrique, este surpreende-me com a sua resposta: *“Tenho visto você andar pelo assentamento. Vi você na casa de dona Leila, na casa de seu João (...)”*. Tal fala desconcertou-me por um instante, pois sabia que os nomes mencionados eram reconhecidos pelos demais assentados como os inimigos políticos de seu Henrique (no interior do assentamento). Posteriormente, o mesmo reafirmou os conflitos⁹ que já tinham sido relatados.

Mesmo sabendo que o pesquisador pode ter como aliado o fato de ser “estranho” a comunidade estudada, ainda assim, a sensação inicial de desconforto perdurou por um tempo. Pois, não sabia até que ponto a posição de “estranha” poderia dar-me condição para transitar nas casas de rivais políticos sem comprometer a pesquisa¹⁰.

Sem ter muito tempo para refletir esta questão, logo fui convidada por seu Henrique para almoçar com sua família. Tal convite que a princípio parecia ser uma mera hospitalidade foi se constituindo em um momento de entrevista, onde a

⁸ . Alguns membros da família de seu Henrique se declararam *desviados do evangelho* e ateus. Nesta família tinha o objetivo de entrevistar dona Tereza, esposa de seu Henrique, por ser uma das mulheres que participou do movimento da luta pela terra. Mas acabou que a entrevista foi realizada com o casal – como a grande maioria.

⁹ . Os conflitos originados na associação deste assentamento passam pela lente religiosa.

¹⁰ . Assim como, ocorreu em outras pesquisas como a da antropóloga Ana Cláudia Marques (2002).

entrevistada era a própria pesquisadora. Os membros da família de seu Henrique abordaram-me com perguntas que abrangiam desde o local onde nasci até os motivos que envolviam a minha presença neste assentamento. É claro que esta "entrevista" foi além do almoço proposto.

Foi super interessante o momento em que perguntaram sobre os meus pais. Procurei ser a mais transparente possível. Por esta razão, respondi que não conhecia a minha mãe e que meu pai de certa forma optou em deixar-me na casa de estranhos, já que durante a minha infância trabalhava no garimpo e morava na rua. Sinceramente, quis ser apenas verdadeira e foi inevitável não revelar o que eles estavam perguntando. É claro que outros assentados não conheceram a minha trajetória de vida por não haver necessidade e por não ter sido indagada com tamanha minuciosidade. Enfim, este momento foi único.

Nesta "entrevista" a simpatia e a transparência foram os elementos que possibilitaram que este casal deixasse a posição de defensiva que tinham até então. E por que não dizer que tais elementos foram fundamentais para se iniciar o processo de desassociação de minha figura aos inimigos políticos desta família.

Desta forma, este casal não só deixou a posição de defensiva como contribuiu para a realização de uma entrevista com outro ator social, seu Alex – um assentado de difícil acesso. Todos os outros diziam *"Não é bom você ir na casa dele. Ele fala demais"*. Porém, seu Henrique foi o único que se propôs a mostrar-me o lote de seu Alex, como também pediu que seu filho fosse meu guia até a casa deste agente.

Mas ao chegar na casa de seu Alex me deparei com outro obstáculo, fazer com que o filho de seu Henrique nos deixasse a sós. A permanência do filho de seu Henrique parecia ser por dois motivos. Um destes motivos poderia ser para evitar que seu Alex "falasse demais" e outro porque tal rapaz era um dos assentados que me percebia como "mulher solteira".

—

Com as experiências vividas e descritas até o momento é notório dizer que a relação de "confiança" e uma certa "proximidade" estabelecida entre o pesquisador e o

nativo pode ser importante para o desenvolvimento de uma etnografia. Por outro lado, os mesmos pilares me colocavam em situação desconfortante e às vezes de medo. Este último sentimento surgiu de forma mais concreta ao mapear as lideranças políticas no interior do assentamento.

Tal mapeamento revelou alguns conflitos e assassinatos que implicavam na continuidade ou descontinuidade de certos atores na esfera política, na imagem de alguns evangélicos, e, até mesmo na legitimidade de futuras conversões ao evangelho.

Alguns conflitos, envolvendo evangélicos, foram relatados de forma tão detalhada que chegaram a interferir no horário em que saía do assentamento, fato que me levou a finalizar o trabalho de campo bem antes das 18:00 horas. Nesta dissertação não cabe descrever os conflitos que resultaram em assassinatos de membros de três famílias. Mas vale documentar que às vezes preferia não saber de tantos detalhes e nem mesmo os nomes dos envolvidos¹¹.

Escrevi anteriormente que fui percebida de várias formas – como pesquisadora, uma possível mediadora, integrante da mesma *família* (religiosa) e como uma mulher solteira – mas diante destes relatos temia ser reconhecida como alguém que sabia de muitos detalhes.

Enfim, o trabalho de campo é um desafio para o pesquisador. Mas penso que também é para os atores sociais investigados. A certeza, entretanto, é de que ao se realizar uma etnografia, por menor que seja, é inevitável não fazê-la cercada por sentimentos. Estes sentimentos às vezes são heterogêneos, como a frustração e alegria. As frustrações são vivenciadas diante de algumas experiências que dão erradas ou por falta de “saída” mediante a determinadas situações que são colocadas pelos “nativos”. E as alegrias são alcançadas diante dos acertos que ocorrem na relação entre o pesquisador e os atores sociais.

Portanto, o trabalho de campo permite ao pesquisador experimentar emoções bem antagônicas. Mas estranhamente acredito que todo este conjunto, que tentei descrever nestas páginas, faz da etnografia uma experiência fascinante.

—

¹¹ . Durante estas revelações pediam que o gravador fosse desligado.

CAPÍTULO I

O ASSENTAMENTO PENUEL

i. A Luta pela Terra

O assentamento Penuel localiza-se em Engenheiro Pedreira no município de Japeri, a 55 Km da capital do Rio de Janeiro. Este assentamento foi oficialmente desapropriado pelo INCRA no dia 17 de outubro de 1986. Possui 38 famílias assentadas e 268 hectares.

A organização para ocupar a fazenda Penuel ocorreu no período do governo Brizola – 1983 a 1987. Antes da desapropriação as famílias fizeram um mutirão que perdurou de abril de 1984 a outubro de 1986 – ano da desapropriação. Desde o dia 6 de abril de 1984 os assentados vivenciaram diversos conflitos, mas estes se intensificaram quando receberam ordem de despejo no dia 13 de maio. Logo após, se organizaram e entraram novamente. Mas em poucos dias a cena se repete, desta vez alguns homens ficaram presos na delegacia. Após as negociações foram soltos e retornaram para a fazenda onde receberam apoio das famílias que estavam acampadas em Campo Alegre e na fazenda Pastoril¹². Posteriormente, acamparam-se no Largo de São Francisco, localizado em frente à sede do INCRA, requerendo que agilizassem o processo de desapropriação.

As lideranças deste assentamento foram se constituindo ao longo de ocupações que antecederam a da fazenda Penuel, como as que ocorreram em Nova Aurora, Pastoril (ambos em Duque de Caxias) e em Campo Alegre (município de Nova Iguaçu) – com o excedente desta última ocupação se iniciou a luta para entrar na fazenda Penuel.

Homens como seu João (pastor), Anderson, Emanuel (ambos diáconos) e seu Ilson (diácono, evangelista e líder do grupo que tem o objetivo de formar lideranças

¹² . Ver NOVICKI, Araújo (1994) “Go verno Brizola. Movimentos de Ocupação de Terras e assentamentos rurais no Rio de Janeiro (1983-1987)” in Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar. São Paulo:Ed. Ed.UNESP.1994 .

evangélicas) se destacavam no movimento através de suas intervenções nas assembléias e pela organicidade que introduziam as reuniões do movimento.

A forma pela qual os relatos foram construídos parecia indicar que a maneira em que se apresentavam e que conduziam as assembléias era uma herança das práticas que possuíam enquanto líderes do universo religioso evangélico. NOVICKI (1994) ao refletir sobre as novas lideranças que nasciam na luta durante o período do governo Brizola, já apontava que tais atores “*em síntese, são pessoas que conseguiram, de alguma forma, sobressair em movimentos com baixo grau de organização e que se apropriaram de categorias sociopolíticas já existentes, legitimadas e politizadas (“sem terra”, “assentado”)*” (pp.75).

A divisão dos lotes ficou a cargo dos assentados. A escolha de alguns vizinhos deu-se pela noção de pertencimento à *família religiosa*, priorizando os que faziam parte da mesma *família* (denominação) como aparece nestes relatos: “*Ah! O lote do meu vizinho eu guardei para ele porque ele fez parte da luta, mas no dia da divisão ele não tava. Aí como ele é da minha família (igreja) eu guardei*”; “*O meu vizinho aqui, também é da minha igreja*”.

Podemos dizer que esta dinâmica gerou uma divisão espacial no assentamento, constituindo o segundo agrupamento. Divisão que foi observada nas inúmeras caminhadas realizadas durante o trabalho de campo.

Um grupo é composto basicamente por fiéis da igreja Batista e da Assembléia de Deus. Este agrupamento, que poderíamos chamar de “o grupo religiosamente mais homogêneo”, apresentou uma característica que lhe parece ser peculiar. Essa peculiaridade se inscreve com a existência de placas que foram colocadas na entrada de alguns lotes com nomes de cidades bíblicas, como “*Jerusalém*”, ou com outros nomes que também nos remetem ao religioso como, por exemplo, “*Bom Pastor*”. Quando perguntamos ao proprietário o motivo da placa com o nome *Bom Pastor*, este responde da seguinte forma: “*Coloquei este nome no lote, porque representa o nome de Deus, que é o nosso Bom Pastor*” (Alzir, 14/02/2004).

O outro agrupamento é bem heterogêneo em relação à adesão religiosa. Neste encontramos adeptos de diferentes denominações evangélicas, os que se classificaram

como católicos, ateus e os desviados do evangelho. Ressalta-se que neste agrupamento não aparecem discursos como os que foram citados anteriormente.

Abaixo observaremos que no território investigado também houve outra cisão, ocasionando a existência de duas associações.

Nos relatos dona Letícia de Alcântara foi apontada como a fundadora do assentamento e a primeira presidente da associação, tendo como vice o seu João (evangélico). Após a saída de dona Letícia¹³, seu João assumiu o cargo de presidente da associação. Posteriormente o cargo de presidente foi ocupado por Sandro (evangélico). Ao falecer foi substituído pelo seu vice, Reinaldo (católico), que ficou apenas alguns meses para completar o mandato de dois anos. Após este mandato organizaram mais uma eleição onde seu João perdeu para seu Anderson (evangélico). Com esta derrota, seu João organizou uma associação paralela a que foi fundada por dona Letícia. Passando, então, a existir duas associações no assentamento.

Para finalizarmos o quadro dos líderes da primeira associação nos resta dizer que no último ano seu Anderson ficou doente e a sua vice, sua esposa dona Leila (evangélica), assumiu o cargo. Após este mandato a liderança da associação foi assumida por seu Henrique (ateu), tendo como vice o senhor Pedro (na época era católico, atualmente é evangélico). Devido às inúmeras acusações que receberam durante o mandato foram impedidos de manterem-se no cargo, ocupado apenas por seis meses. E após este acontecimento decretou-se o fim desta associação. Desde então só há no assentamento a associação fundada por seu João que exerce o cargo de presidente há 12 anos. Durante este período seu João perdeu as eleições apenas uma vez. Sendo derrotado por seu Ilson (evangélico).

As distintas associações beneficiavam apenas os assentados que eram os seus associados. Atualmente a associação fundada por seu João (a única existente) beneficia a todos os assentados. Mas há quem diga que seu João privilegia aqueles que o apoiaram quando perdeu a eleição para seu Anderson. Na verdade, o que é possível afirmar é que presenciamos inúmeras vezes seu João fazendo favores para aqueles que poderíamos

¹³ . No capítulo 3 detalharemos os motivos que acarretaram o fim da carreira política de dona Letícia, de seu Henrique e de seu Pedro na associação. Dona Letícia não deixou apenas a sua posição de líder na associação, mas também a de assentada.

chamar de “seus inimigos políticos” – aqueles que não o apoiaram quando saiu da associação presidida por dona Letícia.

A atual associação tem a finalidade de buscar parcerias e créditos para desenvolver projetos no assentamento, voltados para a produção agrícola. Cabe também a associação pagar as dívidas coletivas. Estas são quitadas pelos recursos arrecadados com as taxas que cada associado contribui mensalmente e com o aluguel do caminhão que pertence à associação. Além destas incumbências a associação promove encontros com assentados de outros assentamentos para debaterem problemas que vivenciam, buscando, assim, soluções e um planejamento coletivo para reivindicarem seus direitos. Neste sentido, a associação parece ter também o objetivo de fortalecer a categoria “assentado”. Fato que não ocorre quando pensasse apenas intrinsecamente.

Mesmo com a existência de duas associações havia apenas um galpão para a realização das reuniões. Este ambiente encontra-se a mais de quatro anos sem telhado e com uma parede lateral destruída. Devido à precariedade deste local as reuniões atualmente são realizadas em uma rua em frente ao galpão, restando ao público participar das reuniões em pé ou sentados no chão. Recentemente¹⁴ as reuniões quinzenais ou mensais foram substituídas por reuniões extraordinárias. Tal mudança tem sido alegada pelo decorrente esvaziamento de público nas reuniões.

Com este quadro, a princípio poderíamos dizer que tal espaço não possuía muito significado para os assentados. Mas na medida em que avançávamos no trabalho de campo esta hipótese foi se dissipando. E o estado do galpão que antes parecia indicar “descrédito” começava a revelar os diferentes significados que este espaço representava para os assentados.

O primeiro significado surge a partir de alguns relatos que apontavam para a noção de que a falta de estrutura do galpão seria uma forma de dizer às instituições que o assentamento precisava de assistência técnica e de um apoio que deve se estender para além do momento de luta (acampamento). Ressalta-se que esta estratégia não é compartilhada por todos os assentados, gerando algumas desaprovações entre eles.

O segundo significado começou a aparecer no momento em que buscávamos compreender o que seriam *as reuniões extraordinárias*. Estas são encontros que ocorrem

¹⁴ . Referindo-se ao ano de 2004.

quando um representante de qualquer instituição vai ao assentamento para apresentar um projeto. Quando não há tais reuniões os encontros acontecem na casa do presidente da associação. E neste ambiente o público se resume aos assentados que possuem algum cargo na associação como o de tesoureiro, de fiscal e vice-presidente. Este olhar também se confirmava em discursos que indicavam que o presidente da associação só chama para as reuniões “*os seus*” – termo que se refere aos assentados que compartilham as mesmas idéias políticas e religiosas. Ressaltamos que alguns destes discursos também foram elaborados por membros da chapa de seu João.

A partir da dinâmica observada e dos discursos é possível apontar que a reunião da associação está inclusa em um plano partidário, no sentido político e religioso, perdendo então a idéia do coletivo.

O terceiro significado atribuído às reuniões da associação é atrelado à idéia que as associam a um espaço de conflito, chegando a serem denominadas como *reunibrigas*. E esse olhar tem provocado um esvaziamento de público nas reuniões, pois alguns assentados argumentam que o crente não pode freqüentar um espaço em que só há brigas. Fato que contribui para perceberem este espaço como um lugar profano, questão que veremos nos capítulos que se seguem.

—

ii. O Perfil dos Assentados

A maioria dos assentados nasceu na região do nordeste brasileiro e no Espírito Santo. Os assentados com estes perfis migraram para o Rio de Janeiro na esperança de ter *uma vida melhor*. Os poucos que nasceram no estado do Rio de Janeiro residiam em bairros localizados nos municípios de Nova Iguaçu, Paracambi, Macaé, Seropédica, Bento Ribeiro e na favela de São João no Rio de Janeiro.

Todos os atores entrevistados relataram que durante a infância e uma parte da juventude trabalharam na “roça” junto com os pais e avós que eram agricultores e/ou colonos (empregados de fazendeiros). Ao se deslocarem para o Rio de Janeiro só conseguiram se inserir no mercado de trabalho exercendo atividades como a de taxistas, pedreiros, motoristas de ônibus, serventes, zelador de igreja, carvoeiro, etc. E mesmo depois da posse da terra alguns assentados ainda hoje trabalham eventualmente na

construção civil como uma atividade que complementa a renda familiar. Entretanto, em tempos de má colheita esta atividade passa a ser a única fonte de renda. Há também assentados que se beneficiam com recursos financeiros do INSS, além da fonte de renda gerada pela produção agrícola.

A produção agrícola deste assentamento é bem diversificada. Comercializa-se basicamente aipim, coco, maracujá, banana, abacaxi e, ainda, a produção de queijo, manteiga, mel e os seus derivados. A venda destes produtos tem sido realizada de porta em porta no centro de Japeri, nos bairros ao redor do assentamento e em outros municípios. Há também no assentamento muitas árvores frutíferas, todavia, esta produção não tem sido comercializada pelo baixo valor no mercado.

A notícia de que um grupo de pessoas estava organizando uma ocupação de terra foi sendo disseminada em diferentes lugares. Alguns assentados tomaram conhecimento deste movimento no bairro em que residiam; em transportes coletivos; nos estabelecimento em que trabalhavam¹⁵; e através dos *irmãos em Cristo* que congregavam na mesma igreja.

O convite para entrarem na luta pela terra foi aceito baseado na motivação de retornarem às origens – o que NOVICKI (1994) denominou de saudosismo –, de alcançarem o que chamam de meios para a sobrevivência e de *uma vida com uma qualidade melhor*. Entre tantos relatos podemos citar alguns:

“Vim para o assentamento por paixão porque sempre trabalhei com roça”. (dona Andressa, 05/05/2004)

“Entrei na luta motivado a voltar a trabalhar na terra e conseguir sustento para os meus filhos (na época este agente estava desempregado)”

(Seu Rafael, membro da igreja Adventista do Sétimo Dia, 12/05/2004)

¹⁵ . Seu João recebeu o convite, para participar da ocupação, por meio dos clientes da mercearia em que era proprietário. Nesta época já possuía planos de vender a loja para comprar um sítio onde iria residir e plantar.

“(...) eu praticamente não sou do Rio, eu sou do sítio, da roça. E vivo na roça né e toda vida eu entendi que agricultura é aonde você tem um pouco de fartura né porque você tem. Você tem um aipim, você tem uma fruta, você tem isso. Então, é aonde você vive melhor e lá no asfalto você não tem nada disso né; você tem que passar mesmo pela compra, você tem que comprar. E aqui não, você tem, muitas coisas a gente tem é do sítio”.

(Seu João, membro da Igreja Pentecostal Unidos do Brasil, 30/01/2004).

“Entrei na luta porque acreditava que na cidade não tinha como criar os meus oito filhos. Porque lá, na cidade, só tem marginalidade. Só tem exemplo de jovem fumando maconha. Eu sempre lutei pelo movimento da terra para afastar os meus filhos do movimento da cidade grande”.

(Dona Carla, membro da Assembléia de Deus, 23/04/2004).

Ressaltamos que na época da posse da terra algumas famílias (poucas) possuíam propriedades em Japeri ou em outros municípios considerados urbanos como em Nova Iguaçu. Mas nos últimos anos alguns assentados se deslocaram para estes municípios. Este retorno deu-se por diferentes motivos. Uns tiveram que sair para realizar tratamento médico. E como o município de Japeri possui um sistema de saúde muito precário, não lhes restaram outra alternativa senão migrar para um lugar que oferecia uma condição mais adequada. Outros já bem idosos, por volta dos 80 anos, optaram sair do assentamento por temerem invasões no lote, uma vez que, as suas forças físicas não os permitem mais lutarem como outrora. Essa migração ainda hoje é muito lamentada. E nestes casos, os assentados pagam para terceiros (que também são evangélicos) plantarem e cuidarem do lote, atividade que realizavam anteriormente. Porém, semanalmente ou quinzenalmente retornam aos lotes para a colheita, a fim de comercializarem nos municípios que residem e para verificarem os serviços feitos pelos trabalhadores. Às vezes, também “pegam na enxada”. E, assim, garantem que o lote não

seja invadido, como também mantêm o orgulho de serem agricultores mesmo diante de tantas dificuldades.

Os que ainda residem no assentamento e que possuem casas próprias fora deste espaço alugam as propriedades ou dispõem dos mesmos para a moradia dos filhos. O que ocorre na maioria dos casos daqueles que detêm posses.

A faixa etária dos titulares dos lotes e de seus conjugues varia entre 46 a 85 anos. Há pouquíssimos jovens neste assentamento. Os motivos dessa ausência não são novidades, resultam da falta de estrutura da maioria dos assentamentos do Rio de Janeiro. A precariedade não é somente no nível de produção, mas também de outros instrumentos importantes para o bem estar social. No contexto estudado não há escola, espaço para lazer e postos de saúde. Alguns lotes não são nem mesmo favorecidos por um saneamento básico, água potável e por energia elétrica.

Das vinte e cinco famílias entrevistadas a grande maioria se autodenomina evangélicos. Apenas três se denominaram católicas e três chefes de família se classificaram como desviados do evangelho. Porém, estes argumentam que estão retornando ou que não estão tão longe do evangelho como relata dona Andressa que já congregou nas igrejas Restauração e Assembléia de Deus: *“A gente deixa de ir a igreja, mas a gente nunca deixa Deus. Não é mesmo?”* (17/03/2004). E assim, demarcam a idéia de que mesmo ausentes dos cultos ainda mantêm uma relação com a figura divina. Este olhar, de certa forma não os excluem da categoria de *irmão em Cristo*. E como observaremos nos capítulos a seguir, estar enquadrada nesta categoria é fundamental para as relações políticas e sociais dentro do assentamento.

Inicialmente o que mais nos chamava atenção neste assentamento não era, tão somente, o extenso número de evangélicos¹⁶ – que passa dos 70% revelados pelos informantes –, mas também a ausência de uma igreja neste espaço social¹⁷. Porém, na medida que a pesquisa ia avançando descobrimos que existiram algumas tentativas para

¹⁶ . A partir das entrevistas realizadas verificamos que neste assentamento há evangélicos de diferentes denominações: Igreja Pentecostal Unidos do Brasil, Igreja dos que Militam na Obra e na Restauração de Tudo, Igreja Adventista do Sétimo Dia, Igreja dos Testemunhas de Jeová, Igreja Batista, Igreja Assembléia de Deus do Ministério da Restauração, Igreja Assembléia de Deus *(do Orfanato e do Guandu)*.

¹⁷ . Tendo em vista que nas incursões que realizei em outros assentamentos como o Eldorado (localizado em Seropédica/RJ), encontrei um número de adeptos bem menor, mas ainda sim existiam igrejas evangélicas dentro do assentamento.

se construir uma igreja no assentamento. Mas todas as tentativas¹⁸ foram fracassadas. Tal fracasso se deu porque a igreja que tentaram organizar não foi legitimada enquanto igreja por alguns assentados evangélicos. Entre estes podemos citar o líder da associação. Este aspecto e tantos outros, que ainda serão levantados, reafirmavam a idéia de que o universo religioso é marcado por uma forte noção de avaliação. Uma avaliação que é sobre o “outro”, sobre si mesmo e sobre os *irmãos em Cristo*. E o resultado destas avaliações parece definir e classificar os indivíduos, sendo capaz de legitimar ou não a ação dos mesmos em diferentes esferas da sociedade.

—

¹⁸ . Uma dessas tentativas será abordada detalhadamente no capítulo dois.

CAPÍTULO II

IGREJA COMO UMA FAMÍLIA

i. Família Religiosa

“(...) Igreja pra mim é uma família, é uma irmandade porque ali todos são irmãos. Porque é assim, que nem os irmãos aconselham” ‘você tem um problema com o irmão aí chega e vira a cara pro irmão, não né! Porque você chega, senta e conversa’. Pra mim é isso! É uma irmandade. Você tem os seus problemas, você tá lá você conversa. Os irmãos são como um pai pra você, os irmãos mais velhos. As irmãs mais novas são como uma irmã, sabe. Tem todo esse carinho. Às vezes, não falta uma irmã na sua casa, é uma irmã falando: ‘Ah! Você estava doente não desanima não. Não sei o que, não sei o que’. Tem muito esse apoio emocional também. A congregação é a minha vida”.
(Vilma, membro da igreja dos Testemunhas de Jeová, 05/05/2004)

Antes de entrarmos na discussão de “família religiosa”, faz-se necessário chamarmos atenção para o fato de que neste trabalho a religião não está sendo coligada tão somente a um movimento de experiências religiosas, no sentido místico. Mas esta relacionada a um sentido mais amplo. E a reflexão de DURKHEIM (1996), em “As Formas Elementares da Vida Religiosa”, foi fundamental para este olhar. Pois, este estudo contribuiu para pensarmos a religião como um movimento que vai além dos dogmas religiosos. Podendo ser um processo que implica a dinâmica das relações sociais e que interfere nas relações políticas.

O autor já apontava que a função da religião “*não é nos fazer pensar, enriquecer nosso conhecimento, acrescentar às representações que devemos à ciência representações de uma outra origem e de um outro caráter, mas sim nos fazer agir, nos ajudar a viver*”. (1996: pp. 459). Se a religião é para ajudar o indivíduo a viver em uma sociedade com representações e normas, e se as forças religiosas são forças humanas e

morais penso que a religião tem um papel para formar ou difundir novas formas de sociabilidade e novos conflitos que ultrapassam as paredes dos templos.

Se apontamos que a religião possibilita novas formas de sociabilidade, que podem reestruturar as relações do campo religioso e do político, é importante lembrarmos que estas novas formas de sociabilidade só são conformadas após a conversão¹⁹ do indivíduo. Pois, no momento em que o católico se converte, a crença evangélica provoca, em alguns casos, uma ruptura com as crenças familiares católicas e com sua velha rede de sociabilidade. No primeiro olhar seria possível dizer que esta ruptura contribuiria para o “individualismo”. Mas esta questão, logo é contraposta ao observarmos que esta ruptura insere o “homem convertido” em uma nova rede de sociabilidade, formando um novo coletivo.

O “novo convertido” se insere em outro grupo com práticas comuns, passando a ter como modelo de vida uma nova ética moral. Esta ética irá definir as ações do homem na sociedade adquirindo, então, uma nova identidade social. Este novo grupo religioso é chamado, pelos próprios evangélicos, de “família de fé ou religiosa”.

A noção de família no contexto religioso não marca apenas o pertencimento do homem religioso a um novo grupo social, mas também prescreve a existência de uma estrutura social bem interessante. Esta é dada pelas figuras religiosas onde Deus é o Pai, Jesus é o Filho, e os adeptos são *irmãos em Cristo Jesus*²⁰.

Desta forma, a noção de *família religiosa* passa ser uma representação do coletivo, presente nas relações sociais religiosas, sendo incorporadas a partir dos cultos e inscritas com a prática de chamarem uns aos outros de *irmãos*.

Esta prática recria alguns laços e suscita algumas estruturas que já foram dadas pela sociedade civil. Algumas destas modificações ficam mais visíveis ao observarmos indivíduos que vivenciam o papel de pai, de mãe ou de filho em um grupo familiar, e ao se inserirem no universo evangélico todos passam a ser reconhecidos como *irmãos em*

¹⁹ - A conversão é uma opção voluntária e individual, porém, a identidade religiosa atribuída aos indivíduos, após a conversão, só ganhará sentido no coletivo que foi instituído pela comunidade religiosa – é esta que “*avaliará a opção e interpretará as experiências individuais*” (NOVAES, 1985). Para os evangélicos a conversão significa a morte do “velho homem” (um indivíduo que é desonesto, individualista, entregue a vícios, orgias sexuais, infidelidade, etc) e o nascimento de um “novo homem” (um indivíduo que ajuda o próximo, que é honesto, sem vícios, fiel no matrimônio, etc). Esta conversão é marcada pelo ato do batismo – por imersão ou aspersão.

²⁰ . *Irmão em Cristo* é aquele que professa a mesma fé. Neste caso, os evangélicos partem do princípio que são filhos do mesmo pai, que é Deus Pai.

Cristo Jesus. Dando uma nova configuração para o modelo familiar ou atribuindo a estes indivíduos um duplo papel como, por exemplo, o de pai e irmão simultaneamente.

Mas neste universo há também outros membros que não são parentes consangüíneos, porém são considerados após a conversão como *irmãos em Cristo*. Este mecanismo traz para este contexto a idéia de “pertencimento” demonstrada por WILLIAMS (1988). Então, neste contexto religioso a noção de família não é uma estrutura estática, mas possui arranjos mais amplos do que os arranjos construídos pela consangüinidade.

Esta perspectiva ficou mais nítida no segundo encontro que tive com seu Alzir. Neste dia seu Alzir mais uma vez perguntou o meu nome e após obter a resposta colocou-se da seguinte forma:

“Ah! É. Esqueci que o seu nome é o nome da irmã de Jesus. Não era à toa que achava que você era da minha *família* mesmo, você é mesmo da minha *família*. Jesus tinha mais quatro irmãos além da Salomé, que eram Thiago, José, Filipe e Simão²¹. (...). *Eu gosto de falar da nossa família que Noé, Abraão, Jó e Thiago, etc. Estes são da nossa família, são da ramificação de Jesus*. Mas agora você vê Pelé e outros; nós não sabemos quem é a família deles. Mas, nós somos da mesma família de Jesus, temos o mesmo pai. Tem muita gente que acha que é da nossa família, mas não são; são parentes. (...)”.

(membro da igreja Adventista do Sétimo Dia, 16/04/2004)

Discursos como este surgiram várias vezes, reafirmando a noção apontada anteriormente, de que os evangélicos ampliam a noção de família para laços que vão além da consangüinidade e afinidade. Todavia, chamamos atenção para o fato de que a noção de família religiosa também se constrói a partir de uma idéia de árvore

²¹ - Biblicamente os irmãos “consangüíneos” de Jesus foram Thiago, José, Simão e Judas. (ver o livro de Mateus 13:55). A Bíblia também relata no texto de Mateus capítulo 12:46-50 que Jesus possuía irmãs, porém não relata o nome. O que posso afirmar é que “Salomé”, na Bíblia, foi uma das mulheres que observava a crucificação de Jesus e que o visitou em seu túmulo juntamente com sua amiga Maria (mãe de Jesus) – ver livro de Marcos capítulos 15:40 e 16:1. Esta “Salomé” era a mulher de Zebedeu e mãe de Thiago (um dos discípulos) e João. A segunda mulher na Bíblia chamada “Salomé” foi a filha de Herodes que mandou cortar a cabeça de João Batista (ver livro de Mateus 14:6).

genealógica. Neste caso, trata-se da árvore genealógica de Jesus. É a partir deste princípio que o homem religioso considera Abraão como o pai de todos os evangélicos. Pois, foi através deste homem que se construiu a genealogia de Jesus Cristo.

Mas, ainda assim, esta configuração familiar religiosa pode ser reelaborada de outras formas, como é explícita nas seguintes expressões: “*ela é a minha mãe*”; “*ele é o meu pai na fé...*”. Estes termos são direcionados a mulher ou ao homem que evangelizou o novo adepto ou ao indivíduo que passou a ser o responsável, o auxiliador ou o conselheiro do novo membro.

A nossa preocupação em chamarmos atenção para a *família religiosa*, não é tão somente deixar claro como que se dá o processo de construção desta “família” metafórica. Mas, entendermos que é através desta noção que os assentados – do universo que estamos estudando – reconhecem “outros atores” *como sendo da mesma família*, inclusive a própria pesquisadora como vimos no discurso de seu Alzir. E que pertencer à *família religiosa* é estar incluso a um mesmo grupo religioso e social, inserindo o indivíduo em uma nova rede social, em um grupo com normas a serem cumpridas e com papéis estabelecidos e, com um senso de pertencimento e de responsabilidade conjunta perante os outros. De certa forma esta dinâmica marca princípios de classificação que são rígidos, mas que também parecem possibilitar uma flexibilidade.

Ressaltamos que na expressão usada acima, “outros atores”, também estão inclusos os agentes políticos que se apresentam em tempos de política com a identidade de evangélico. Lembramos que esta questão será abordada em um dos capítulos a seguir, pois em alguns casos a categoria *irmão em Cristo* é acionada por políticos para obterem a aprovação e o apoio do universo evangélico.

Ao examinarmos o passado percebemos que o par “família e política” marcaram a história da política brasileira. A aliança familiar que se fortalecia em “tempos de política” e/ou as divisões nos núcleos familiares geradas por conflitos políticos, tem sido e já foram trabalhadas por diversos autores como COSTA PINTO (1949); CANEDO (1998); LEAL (1975) entre outros.

No nosso caso, esta dinâmica pode estar se repetindo. Pois, ser reconhecido “*como um membro da família religiosa*” pode revelar-se como um instrumento importante para definir as alianças sociais e políticas. Desta forma, é possível arriscarmos algumas

perguntas que tentaremos refletir no último capítulo: “O *irmão em Cristo* andaria votando em seu *irmão*?”; ou, “Será que a própria noção de ajuda-mútua, que marca as relações sociais religiosas, tem criado uma tensão no universo religioso por ser mais um elemento que pode estar aproximando o sagrado (a *família religiosa*, ou seja, a igreja) ao que é dito profano (a política)?”.

Além destes pontos a noção de *família de fé* também é o próprio elemento que constrói a definição do que é igreja:

“A igreja é uma família. Veja bem, eu costumo dizer uma coisa ser parente é uma coisa, ser família é outra. Eu posso dizer para você que eu tenho pessoas que na minha família elas são parentes, mas não são minha família. Porque a família sente, a família quer o bem, a família quer estar ao lado, a família quer ver você subir, a família quer te cariciar na hora que você mais precisa. Você está triste, alguém se preocupa: ‘poxa ela está triste, houve alguma coisa’. E chega perto de você e pergunta, às vezes essa pessoa não é nem o seu parente mas chega perto de você e diz: ‘Bom dia. Como vai?’. E você responde ‘Triste’. Aí, essa pessoa vai dizer ‘O que está havendo com você?’. E isto desperta você. Às vezes, você não quer falar, mas a pessoa diz ‘Eu sou o seu amigo. Sou a sua família’, aí você começa a dialogar com essa pessoa e daqui apouco começa até chorar, as lágrimas começam até descer. E lá na frente você se sente mais aliviado e você vai dizer: ‘essa pessoa não é da mesma ramificação, não é dos meus parentes, mas essa pessoa é a minha família. Os crentes são assim. (...) Mas os crentes que não age assim, não é família, é parente”. (seu Carlos, membro da igreja Assembléia de Deus *do orfanato* – 02/04/2004)

Este depoimento além de reforçar a noção de ajuda-mútua, expressa na “família” metafórica, também estabelece uma diferenciação entre *os da família* e *os que são parentes*. Neste olhar, “os parentes” originam-se de uma relação de consangüinidade e de afinidade e, “os da família” de uma relação de solidariedade. A partir desta

classificação se instaura neste espaço a noção de que há indivíduos com significados e representações diferenciadas, revelando que neste universo há hierarquias sociais.

Como vimos o termo *família de fé* ou *família religiosa* é carregado de representações que estabelece nos indivíduos a idéia de pertencimento a uma família extensiva e a um grupo com princípios comuns, instalando a noção de unidade social. Pois, toda vez que o homem religioso usa este termo está se referindo a todas as ramificações evangélicas existentes no universo religioso. Uma “unidade” em um espaço que é heterogêneo e complexo. Esta heterogeneidade é assinalada por diferentes olhares nos mais diversos assuntos sejam eles de cunho religioso ou de outra natureza como a de caráter político. Esta diversidade estabelece conflitos internos e intra-denominacionais, contrapondo o olhar que observa o espaço religioso como uma esfera homogênea e sem conflitos. Como podemos notar no discurso abaixo:

“A igreja é uma família, a igreja é uma família unida, entendeu. É difícil não ser. Tem um “reim, reim” (referindo-se a conflitos e fofocas) dentro da igreja, né. Sempre tem um “reim, reim”, mas são coisas de família que praticamente são resolvidas dentro da melhor maneira possível. Nunca se partiu pra faca, pra bala, cadeirada é muito difícil. Até que eu já pedi reunião dentro da igreja e houve até cadeirada. Mas passou, não houve nada mais que isso. Agora o que eu prego, o que eu tirei de bom nisso, é que é uma união completa dentro da igreja porque é um corpo só, uma família”.

(Seu João, membro da igreja Pentecostal Unidos do Brasil, 30/01/2004)

Enfim, a noção de “família” parece ser acionada no contexto religioso para dar uma certa estabilidade, unidade ou uma idéia de permanência neste espaço tão fluido e tão múltiplo.

—

A diversidade no interior das igrejas evangélicas já se dá pela própria organização institucional, que as dividem como sendo igrejas históricas ou pentecostais. As diferentes denominações que surgem a partir desta divisão em sua maioria possuem a mesma base de fé²². Mas possuem diferentes posicionamentos referentes a questões doutrinárias, inclusive as normas que abordam o envolvimento do *homem de Deus* com a política.

Ressaltamos que se há diferenças entre essas igrejas também há alguns pontos que são comuns, como por exemplo, o processo de surgimento ou *nascimento* de uma igreja pentecostal, histórica, as igrejas Testemunhas de Jeová e Adventista do Sétimo Dia²³.

Para o *nascimento* de uma nova igreja Assembléia de Deus primeiro se realiza minicultos nas residências de um membro da congregação. À medida que o público deste miniculto vai se multiplicando abre-se em outro lugar uma *congregação* ou *ponto de pregação*, coligados a uma igreja matriz²⁴. Esta *congregação* é conhecida como *igreja de bairro*. Pode-se dizer que a congregação é uma igreja com um número reduzido de membros e com uma estrutura física mais precária do que a instalada nas igrejas matrizes.

Os cultos que ocorrem na *congregação* e nos lares são realizados sem a presença de pastores, mas estão sob total direção e responsabilidade dos presbíteros e diáconos. Por esta razão, quando surge algum problema na *congregação* e nos cultos realizados nos lares os presbíteros e diáconos deverão comunicar aos responsáveis da igreja matriz (pastores e presbíteros), porque somente a estes atores competem o papel de solucionar problemas que envolvem membros da congregação. Entretanto, observa-se que mesmo com a ausência destes líderes da igreja matriz, de forma indireta são estes que coordenam os pontos de pregações.

²² . Que é crer em Jesus Cristo como o Salvador e como filho de Deus, no qual morreu na cruz e ressuscitou no terceiro dia e voltará no dia do julgamento.

²³ . BRANDÃO (1988), ao elaborar um quadro mostrando a representação pentecostal divide a religião em cristianismo evangélico (protestantismo e pentecostalismo) e não evangélicos (católicos, adventistas do sétimo-dia, testemunhas de Jeová). No universo que estamos estudando a maioria dos evangélicos mapeados está bem próxima desta classificação ao perceberem os Adventistas e os Testemunhas de Jeová como *não evangélicos*. Porém, os membros destas igrejas, Adventistas e Testemunhas de Jeová, se auto-denominam evangélicos. Chamamos a atenção que em nosso trabalho iremos utilizar a percepção que cada ator social tem da igreja em que congrega.

²⁴ . Igreja matriz é a igreja central. As igrejas que se originam da igreja matriz possuem uma espécie de aliança com a mesma, por este motivo possuem os mesmos dogmas religiosos, as mesmas doutrinas, o mesmo estatuto, etc..

Já o público que participa dos *minicultos nos lares* e dos cultos realizados nas *congregações* é constituído a partir de redes familiares. Os adeptos que participam destas reuniões (cultos) são em sua maioria os próprios familiares do responsável por este evento como os filhos, os genros, as noras, os netos, a esposa, sobrinhos e o sogro (a).

Alguns assentados que congregam na igreja Assembléia de Deus relataram que a pedido do pastor da igreja matriz foram enviados juntamente com os familiares, a participarem de cultos nos lares e nas congregações para darem início a um trabalho religioso. As famílias que são direcionadas para tais atividades permanecem nestes lugares até a chegada de novos membros, até que esta nova igreja estabeleça condições econômicas e adquira instrumentos físicos a fim de manter as atividades de forma “independente”. Surgindo, então, uma nova igreja Assembléia de Deus. Após este processo as famílias que migraram retornam para a igreja matriz.

Em alguns casos, as igrejas que nascem destas congregações acabam se desvinculando da igreja matriz por algum conflito interno que surge a partir de divergências doutrinárias. Multiplicando, assim, o quadro das igrejas evangélicas e dando início a ramificações de algumas igrejas como ocorre com a Assembléia de Deus. Um exemplo, a ser dado é a própria igreja Assembléia de Deus do Ministério da Reconciliação. As igrejas que nascem de uma ruptura passam a ser independentes da igreja a qual se originaram, podendo estabelecer diferentes doutrinas.

O processo descrito acima não é um procedimento específico da igreja Assembléia de Deus, pois ocorre também em outras denominações²⁵. Porém, há algumas diferenças “nominais” como, por exemplo, o que a igreja Assembléia de Deus chama de *ponto de pregação*, a igreja Adventista do Sétimo Dia chama de *conferencia*:

“(...) A igreja nasce desta conferencia, assim um mês de conferencia naquele local. A conferencia é uma reunião onde vem o pastor. A conferencia é tipo assim, um congresso durante um mês, vamos dizer

²⁵. As igrejas que estão sendo contempladas neste trabalho e outras que não estão incluídas também passam pelo mesmo processo. Neste quadro há uma pequena diferença a salientar, na igreja dos Testemunhas de Jeová este processo ocorre com menos frequência. Entretanto, tem sido nas residências que os Testemunhas de Jeová evangelizam e fazem estudos bíblicos coletivos com intuito de manter um grupo coeso e de reafirmar os próprios dogmas.

assim 3 dias por semana com os pastores; aí convida todos os moradores. Faz isso durante um mês, isso chama divulgação. Aí divulga ‘ali está nascendo uma igreja’. É assim que nasce um igreja Adventista, através da conferencia (...) Aqui não existia igreja (em Engenheiro Pedreira), aí íamos para a igreja lá de Nilópolis; ficava muito longe, o trem demorava uma hora, às vezes chegávamos lá sempre atrasados. Aí, veio pra aqui outra família que também era Adventista. Foi aí que surgiu a igreja, porque aí conhecemos uma família. *Juntamos essa família, a minha família (o meu filho, a minha esposa, o meu sogra, a sogra) e a família de meu pai, aí começamos a nos reunir na casa deles e dali foi que veio surgindo outras famílias, formando uma outra igreja.* A igreja ano passado fez 53 anos, a lá do centro. Então, ela surgiu ali com as famílias. Tínhamos um terreno e começamos a nos reunir com este grupinho, aí conforme foi aumentando construímos uma igreja grande, esta tem uns 34 anos. Antes era uma igreja pequeninha que era chamada de *capela*. *Aí desta igreja nasceu a igreja de Queimados; daqui a gente filiou para Queimados para fazer conferencia, quer dizer, a minha família ia para Queimados e lá já tinha uma outra família. Aí, juntamos as famílias e construímos nova igreja.* A gente se reunia todo sábado à tarde para fazer esta conferencia. Depois que construímos esta igreja, voltamos para a nossa igreja aqui. *E é assim sempre, levamos a nossa família para um outro lugar, construímos a igreja e depois voltamos para a nossa.* Essa igreja daqui é a mãe de Queimados, de Austim e de Comendador Soares. Daqui já tem 4, em Engenho Pedreira, tem uma em Japeri e outra em Paracambi. Todas nasceram a partir desta igreja. Sempre assim, a gente leva a família pra lá se juntar com outra para fazer a conferencia e formar a igreja. Aqui, é a primeira igreja que surgiu da igreja de Nilópolis. (...)“.

(Rafael, membro da igreja Adventista do Sétimo Dia, 12/05/2004)

A partir de discursos como este é possível apontar que a família é o elemento construtor das igrejas evangélicas. E a expansão do evangelho se dá através da esfera familiar, pois é ela que se incube de preservar os traços culturais religiosos através dos contatos entre os seus membros possibilitando, então, a transmissão dos valores religiosos. E são estes que constroem as representações e as normas do grupo religioso seja ele pentecostal ou histórico, ou, ainda, os Testemunha de Jeová e os Adventistas do Sétimo Dia.

As “normas” e as “ordens” instituídas pelas igrejas constituem em mais um elemento comum entre as distintas comunidades religiosas. Estas normas e ordens devem ser cumpridas e são chamadas por alguns adeptos de *doutrina*. Assunto que iremos abordar agora.

—

ii. Doutrina Religiosa

“Pra alguém ser evangélico ele tem que primeiro ter Cristo como seu Salvador. Depois tem que obedecer às normas da igreja porque tem a doutrina da igreja. Ou melhor, doutrina da igreja não, doutrina Bíblica, ensinamentos bíblicos. Porque muitas vezes a doutrina da igreja está completamente errada porque é colocada pelo próprio pastor, pelos próprios membros. (...) Muitos estão saindo da igreja por causa destas doutrinas Então, devemos seguir a doutrina Bíblica que é o livro da fé, o livro espiritual. Então, se está seguindo este livro está tudo bem”. (Seu Ilson, já foi membro da igreja Batista, da Adventista do Sétimo Dia, atualmente é membro da Assembléia de Deus, 12/05/2004)

Já em nossa primeira ida a campo, no qual realizamos uma conversa muito breve com dois assentados de distintas igrejas (igreja Batista e igreja Pentecostal Unidos do Brasil), a discussão sobre doutrina religiosa foi destacada de imediato. Ao falarem da igreja que pertenciam construíram o discurso a partir do dia do *culto de doutrina*, sem

fazermos qualquer menção sobre o assunto. Como podemos observar neste pequeno diálogo: *‘Segunda-feira na minha igreja é culto de doutrina’* (Seu João); seu Cleber responde: *‘Na minha igreja o culto de quarta-feira é o culto de doutrina’* (dezembro, 2003).

Ao sairmos do campo neste dia fomos acompanhados com a seguinte indagação: “Quais motivos estavam levando estes homens a chamarem atenção para a doutrina religiosa ou lembrarem da mesma quando o assunto era religião e política?”.

É claro que buscamos algumas respostas para tal indagação. Mas não demorou muito tempo para descartarmos que a ênfase dada ao culto de doutrina era uma tentativa de evangelizar a pesquisadora – até o momento isto poderia ocorrer, pois ninguém tinha o conhecimento sobre a sua identidade religiosa. Nos afastamos desta hipótese por sabermos (como nativos do mundo evangélico) que um visitante normalmente não é convidado a participar de um culto de doutrina. Acreditamos que se quisessem nos evangelizar certamente iriam nos convidar para um culto de juventude ou um culto público – cultos que não se mencionam proibições e normas que o adepto deve obedecer, fato que ocorre nos cultos de doutrina.

Descartada esta hipótese, concentramos na pergunta inicial que tínhamos elaborado. E com o passar do tempo fomos percebendo que não só neste dia, mas ao longo do trabalho de campo o aspecto doutrinário foi aparecendo de forma exaustiva em todos os discursos dos assentados (evangélicos e não evangélicos); direcionando o nosso olhar para este tema que até então não tinha a intenção de abordarmos.

Assim, o que parecia sem importância foi surgindo como um elemento fundamental para o universo religioso, marcando não só as relações que se estabelecem no interior das igrejas evangélicas como também as que se estendem a outros espaços e, sobretudo, o político.

Ao encontrarmos no interior das igrejas “normas” e “ordens” previamente instituídas é possível apontar a existência de relações de poder estabelecidas entre os líderes religiosos e seus adeptos. Contudo, salientamos que este autoritarismo pode indicar mais do que uma relação de dominação como, por exemplo, uma maneira de se viver e uma forma dos atores sociais sustentarem a categoria “família”. Neste caso, a “família de fé”.

O pertencimento a esta metafórica “família” está sob uma condição, que perpassa justamente pela obediência às regras instituídas na comunidade religiosa e documentadas no estatuto da igreja e na Bíblia. Isto demonstra que ser membro desta “família” não é algo dado, mas deve ser construído.

A importância das regras morais para este contexto manifesta-se na “criação” de um espaço para informar e afirmar tais regras. Este espaço é um curso²⁶ que antecede ao batismo nas águas²⁷ e é direcionado a novos convertidos, sendo comum a todas as igrejas. Já as normas são diferentes, dando uma especificidade a cada denominação.

Neste curso o candidato ao batismo nas águas é informado sobre a base de fé, sobre alguns princípios e dogmas religiosos, e sobre a doutrina da igreja antes mesmo de serem batizados. Servindo assim, como uma garantia para que *o batismo não seja uma ação inconsciente baseada apenas na emoção*.

Abaixo iremos descrever, de forma breve, algumas doutrinas religiosas. Mas ressaltamos que nosso intuito não é apenas listar uma série de doutrinas e, sim demonstrar o que está em jogo nas relações religiosas e indicar que a discussão central deste trabalho passa pela noção de doutrina religiosa.

1 – Igreja Pentecostal Unidos do Brasil

Nesta igreja as mulheres não podem cortar o cabelo, não podem usar calça comprida, brincos, batom e maquiagem. Estas regras devem ser cumpridas em qualquer espaço social. E exclusivamente dentro da igreja as mulheres e as crianças (do sexo feminino) devem usar véu sobre a cabeça.

Já os homens dentro deste espaço só poderão estar trajados com calça comprida social e fora da igreja é permitido o uso de bermudas e de calça comprida jeans, mas não poderão ficar sem camisa.

²⁶. Na maioria das igrejas este curso chama-se pré-batismo, mas há outras nomenclaturas como na igreja Batista que é denominado como CATECUM ou tempo de doutrina.

²⁷. É um ritual público que inicia um processo de identificação do novo convertido com a mensagem de Cristo e com o grupo cristão. Os evangélicos legitimam este ato público – confissão de fé – baseando-se na bíblia no livro de Mateus capítulo 3. Sobre esta leitura o batismo nas águas significaria: a morte da “velha natureza” e um “novo” nascimento.

Os adeptos que estiverem praticando adultério ou que estiverem unidos maritalmente, sem serem casados no civil, também não poderão participar da Santa-Ceia²⁸ e nem possuir nenhum tipo de cargo na igreja²⁹.

Nesta igreja estão inclusos como doutrinas dos apóstolos, o batismo nas águas em nome de Jesus e o ritual do Lava Pé. O pastor desta igreja, seu João, tem orgulho de fazer parte desta comunidade religiosa e a considera “a igreja completa”, justamente por possuir tais rituais como doutrinas.

Esta igreja antes de se unificar a outra igreja (ver pág 67 - 70) tinha como doutrina proibir membros de se envolverem com política e quem fazia tal ato poderia sofrer algumas conseqüências como ser afastado da função que exercia na igreja.

2 – Igreja Assembléia de Deus

Neste assentamento foram mapeados membros de distintas igrejas da denominação Assembléia de Deus, localizadas em bairros diferentes. As igrejas são conhecidas como Igreja Assembléia de Deus *do Orfanato*; Igreja Assembléia de Deus *do Guandu* e Igreja Assembléia de Deus do Ministério da Reconciliação.

Observamos que cada uma possui doutrinas específicas, devido a uma “certa” autonomia intra-denominacional. Mas possuem os mesmos dogmas religiosos e a mesma base de fé por serem submissas a igreja matriz.

2.1 – Igreja Assembléia de Deus *do Orfanato*

Essa igreja recentemente passou por um processo de transição de pastores, marcando um período de mudança nas doutrinas.

Com o pastor Marinaldo a igreja era reconhecida por todos os membros como uma igreja que possuía uma doutrina rígida. Por este motivo era considerada uma *igreja linda e séria*. Após a mudança de pastores o quadro se modifica, passando a ser reconhecida como uma *igreja com doutrina frouxa* ou *a igreja que tudo pode*. Nesta idéia está

²⁸. A Santa-Ceia em todas as igrejas evangélicas é um ritual coletivo que celebra a morte e ressurreição de Cristo. É o momento em que os cristãos renovam os votos com Deus e reconhecem que o sacrifício no calvário tinha como objetivo a remissão dos pecados da humanidade.

²⁹. Esta regra também é estabelecida nas demais igrejas citadas.

inclusa a recente permissão que foi dada aos membros para se candidatarem nas eleições e em outras esferas políticas.

Nesta igreja as mulheres podem freqüentar os cultos trajadas de calça comprida, blusas de alça (sem manga), usando brincos e batom. Já os homens podem usar calça jeans e se envolverem com política. Esse processo de “modernização” que se iniciou na doutrina trouxe para este contexto um descontentamento como pode ser observado abaixo:

“Participo da igreja que é matriz da de São Cristóvão e eu estou de um tempo pra cá meio afastado. Por que meio afastado? Porque a direção da igreja era uma. Era a mais rígida, não era muito aberta a essas coisas. Agora mudou! O negócio da igreja agora é muito liberalismo. E por outro lado, tem muitas coisas que está acontecendo que eles estão deixando. Então, estou achando que o caso todo, que o momento da igreja hoje é financeiro, todo mundo quer ser político. Eles estão copiando muito a igreja universal. A igreja Universal estourou e começou como? Dando liberdade para o povo, já pode se batizar de qualquer maneira. Principalmente a igreja de São Cristóvão está assim, liberou tudo. *Antigamente a pessoa que era membro não podia usar blusinha como você está usando (referindo-se a pesquisadora). Pode até política! Então, a política hoje entrou na igreja. Então, hoje vale tudo! Entendeu? (...) Então, mudou e se mudou hoje pode até jogar bola, usar bermuda. Tem até, eu já ouvi dizer, crente que pode tomar cerveja, vinho (...).*

(Carlos, 10/04/2004)

Esta congregação também se diferencia das demais Igrejas Assembléia de Deus por permitir na Santa-Ceia a participação de membros que estão praticando adultério e por nomeá-los a cargos dentro da igreja. Seu Pedro coloca a sua revolta ao falar sobre estas novas permissões doutrinárias:

“Tem até adúltero que senta no púlpito. Tem adúltero que vai lá e canta, depois senta no púlpito. Fizeram agora um conjunto só com arrebetado – adulterado, viciado, cachaceiro, mendigo, mentirosos – e foram lá e cantaram pra Jesus. O pastor sabe que eles não são casados e vivem ajuntado. Ele separou os grupos dizendo ‘aquele ali é casado, aquele ali são os que não estão casados ainda’. Olha! Todos eles eram arrebetados, tudo que não presta, mas estavam ali pra cantar pro Senhor. Isso é hipocrisia! Ele fala ‘aquele ali não tá casado, mas vai cantar pra Jesus’. Pra você cantar louvores ao Senhor você tem que estar correto, não pode pegar adúltero, viciado, cara com cigarro no bolso pra cantar? *Pelo amor de Deus! Agora pode tudo, pode ir de alcinha, se não tiver calça vai de bermuda para a igreja. Pode político no púlpito*”.

(Seu Pedro, 19/05/2004)

2.2 – Igreja Assembléia do Ministério da Reconciliação

Em contrapartida a doutrina desta Assembléia de Deus é bem rígida. As normas desta igreja em relação à vestimenta são as mesmas citadas na igreja Pentecostal Unidos do Brasil. Também é proibido torcer por futebol. Nas demais denominações da Assembléia de Deus, aqui citadas, esta prática é permitida.

Mas há uma certa adaptação em torno destas normas quando são direcionadas aos jovens. No caso das meninas quando estiverem fora da igreja poderão usar blusas sem manga. Já os rapazes poderão usar bermuda comprida. Entretanto, essa permissão não é aprovada pelos membros mais antigos da igreja como dona Leila:

“(..) A doutrina do meu pastor é essa que eu estou te falando, é saia comprida, roupinha de manguinha. Short, não gosta e bermuda também não. Hoje pode até gostar por vocês (associando à pesquisadora a idéia de ser jovem). Então, ele (o pastor) pra desenvolver os jovens lá, ele aceita. Ele não repreende pra não perder aqueles jovens, porque os jovens hoje qualquer coisa que você fala ele não está satisfeito. Então,

para não haver o que tava havendo com o pastor lá da outra igreja, estão liberando. *Esse que é o problema! Pra não perder ele acata essas doutrinas para os jovens. (...) Mas nós (os mais antigos) não concordamos.*”

(Dona Leila, membro da Igreja Assembléia de Deus do Ministério da Reconciliação, 10/03/2004)

Os membros desta congregação podem ir a praia, mas só se for em uma reservada (com poucos banhistas). O traje que deverão usar na praia ou na cachoeira dependerá da adesão religiosa do público. Se o público for evangélico (como em um retiro ou em passeios da igreja) os membros poderão usar roupas próprias para o banho. Mas há um porém, as mulheres poderão usar maiô com um short por cima e os rapazes deverão usar bermuda e camisa. Mas se o público for outro, deverão usar roupas do cotidiano para este momento de lazer.

Por esta e outras razões os membros mais jovens desta denominação definem as normas desta igreja como *uma doutrina difícil de ser cumprida*. Já os membros mais antigos acham que a doutrina da igreja é a mais fidedigna com os mandamentos bíblicos.

Independente deste desencontro de opinião, todos os membros reconhecem como doutrina religiosa a ordem para não se envolver com política. Esta norma é regulamentada no estatuto da igreja e imposta a todos os adeptos, incluindo os líderes.

Para alguns evangélicos, desta e de outras igrejas, determinadas doutrinas vão além do que está escrito nos dez mandamentos – encontrados no livro de Êxodo 20:13 e Mateus 19:18 – e por isto são consideradas *doutrinas do homem, doutrina da carne ou invenções do homem terreno*. Normalmente são regras morais escritas apenas no estatuto da igreja, gerando mais um par de oposições, as normas instituídas no estatuto X as normas documentadas na Bíblia. No contexto religioso estas *invenções do homem terreno* têm estabelecido conflitos e tensões:

Roldão (amigo de seu Pedro) – “Quando eu aceitei Jesus eles falaram ‘Você concorda que não pode ir pra praia assim, assim.... Porque lá tem gente com aquele biquíni e tal, e você ficar no meio deles’. Eu entrei

debaixo da lei. É estar debaixo da lei quando você não pode usar bermuda, então, se você aceitou, você tem que seguir aquilo. Agora tem igreja que pode usar, então, você pode. Porque lá você não está debaixo desta lei”.

Resposta de seu Pedro – “O Problema todo é que se você olhar pra igreja você se arrebenta todo. *Hoje contanto que você respeite o estatuto da igreja você pode vir do jeito que quiser; tem que respeitar o estatuto da igreja e não a Bíblia. Tem igreja que passa por cima da Bíblia, você não pode tomar café, não pode tomar guaraná. Não pode nada. Você não pode usar cueca zorba. Quem tá errado é quem aceita, porque a Bíblia não te proíbe nada não. Isso são coisas do homem. É o Espírito que está dentro de você é que tem que coordenar você, para você não fazer as coisas que não deve, as coisas que prejudica a igreja do Senhor. Então, é visando isso que você não fuma, não bebe porque você é igreja do Senhor. E se você é igreja do senhor, você é templo do Senhor, você não pode praticar coisas erradas. Então, o quê que acontece? O regulamento dentro da igreja tira você dentro da palavra de Deus, começa a proibir um monte de coisas. A Bíblia não te proíbe nada, nem a bebida. Ela te proíbe ao vício. A Bíblia te dá liberdade. Ela não combate a bebida em si e, sim os vícios. (...)*”

(Ambos são membros da igreja Assembléia de Deus do Orfanato, 28/05/2004)

Na verdade toda discussão que suscita desta oposição tem sido usada para argumentar o que é certo e o que é errado no cotidiano vivido por cada adepto. Marcando um controle que é feito pelos “próximos” para que nenhum membro suje a imagem coletiva da comunidade religiosa (chamada *família de fé* ou *religiosa*).

2.3 – Igreja Assembléia de Deus do Guandu

Nesta igreja as mulheres quando estiverem fora da igreja poderão estar trajadas de calça comprida e blusas de alcinha, mas para participar dos cultos deverão estar

compostas de saia comprida e blusa de manga. Também não poderão cortar o cabelo e nem pintar as unhas. Mas mesmo com estas normas alguns membros, como a dona Lívia, consideram que *“a igreja hoje está avançada, já pode usar calça comprida, jogar bola, usar blusas de alcinha, pode ir à praia, ir à piscina”*.

Já as normas direcionadas para os homens são as mesmas instituídas pela igreja Assembléia de Deus *do Orfanato*.

3 – Igreja dos que Militam na Obra e na Restauração de Tudo

Nesta igreja os membros³⁰ devem abster-se de cigarro e de bebida alcoólica. A rigidez também marca os dias que antecedem a celebração da Santa-Ceia desta igreja. Pois, sete dias antes da Santa-Ceia os membros casados não poderão ter relações conjugais, já o pastor ficará oito dias sem ter relações conjugais com sua esposa. Esta prática origina-se da idéia de que a celebração da Santa Ceia é um momento sagrado, puro. Portanto, o membro deve afastar-se de qualquer coisa que representa um ato impuro.

Há outras normas que vão além das vestimentas, dos rituais e dos dogmas religiosos, mas que interferem na constituição familiar de futuros casais³¹ que congregam na igreja. Pois, normalmente quando um jovem se interessa emocionalmente por uma moça, primeiramente terá que conversar com o pastor. Este posteriormente irá informar à família da jovem as intenções do rapaz. E, o próximo passo será informar os membros sobre este assunto, dizendo *“este rapaz está comprometido com esta menina”*. Porém, o casal de namorados não poderá namorar antes de realizarem o casamento no civil e no religioso.

Na entrevista o batismo nas águas também foi lembrado pelo agente como uma doutrina. Este é realizado em rio e é uma escolha fundamentada na Bíblia: *‘Não aceito outro batismo se não for no rio, porque Jesus batizou João aonde? No rio Jordão, né’*. (Alex, 27/03/2004)

³⁰. Nesta denominação as normas determinadas para os (as) fiéis são as mesmas estabelecidas na igreja Pentecostal Unidos do Brasil.

³¹. Esta “interferência” também ocorre na Igreja dos Testemunhas de Jeová de forma semelhante.

Nesta igreja os membros são proibidos de baterem palmas durante os hinos entoados no momento do louvor, pois no contexto religioso a igreja considera este ato uma herança do espiritismo e do candomblé. (esta proibição também ocorre na igreja Adventista do Sétimo Dia).

4 – Igreja Batista

Encontramos no assentamento vários adeptos da igreja Batista, localizadas em bairros e cidades diferentes. Mas todas que foram representadas possuem a mesma doutrina, os mesmos dogmas e a mesma base de fé.

Nos últimos anos a igreja Batista tem passado por uma divisão interna, gerando a Igreja Batista Tradicional e a Igreja Batista Renovada.

A Igreja Batista Renovada possui alguns dogmas e a liturgia dos cultos semelhantes às igrejas pentecostais como, por exemplo, o uso de palmas durante o momento de louvor. Também houve uma mudança na vestimenta das mulheres que já podem participar dos cultos trajadas de calça comprida. Já a Igreja Batista Tradicional segue as normas ditas *tradicionais*, que seguem o mesmo modelo das regras determinadas na igreja Assembléia de Deus *do Guandu*.

Os membros desta igreja ampliam as doutrinas, considerando que estas abrangem desde as normas que o adepto deve obedecer ao ocupar um cargo dentro da igreja, até as responsabilidades que cada fiel possui com a família consanguínea. E cumprir com estas normas “*dá um grande galardão*”.

A igreja Batista tem como doutrina o ritual da *profissão de fé*, um conjunto de perguntas destinadas ao candidato do batismo nas águas. Estas perguntas procuram mapear os motivos do adepto estar freqüentando a igreja; as razões que o impulsiona a se batizar; se possui parentes que congregam na igreja; se está disposto a participar dos trabalhos da igreja (evangelismo, organizações); se irá aceitar as doutrinas; etc. O candidato mostrando-se disposto a seguir as normas será direcionado a um curso para novos convertidos chamado CATECUM. Este é reconhecido pelos membros mais

antigos como o *tempo de doutrina* – o responsável por ministrar as aulas será o pastor da igreja. Após este período o candidato torna-se apto para o batismo³²:

“Aí se a pessoa disser que ‘sim’, aí o pastor bota em votação. A igreja aceita; aí a pessoa fica sujeita ao batismo. O pastor pergunta ‘Quem está de acordo que fulano de tal passe a ser membro da igreja ou que seja sujeito ao batismo da igreja?’. Aí, se tiver alguém que é contra o pastor vai perguntar o porquê. Aí, a pessoa vai falar: *Ah! É porque fulano não tem disciplina, ele é assim*’. Entendeu? Mas antes da votação o candidato se retira, porque se tiver alguém que tem alguma coisa a dizer contra a pessoa, algum defeito. Para não melindrar a pessoa, ela sai. Aí, na hora da votação alguém leva a pessoa para fora e coloca em votação. Aí, depois traz a pessoa e diz ‘Você foi aceito para o batismo e será em tal e tal dia’. E se não aceitou ele diz ‘Você não foi aceito, por causa de não cooperar, etc’. O pastor diz que vai esperar mais um tempo pra ver se a pessoa coopera mais um pouco. E se acontecer isso faz a votação novamente para ver se a igreja aceita. Aqueles que se levantam contra, tem que provar o que a pessoa fez de errado. *Aí, depois desta votação o pastor vai ter um tempo com a pessoa para doutrinar – que é dizer o que é ser crente, evangélico, entendeu, porque não pode ser de qualquer maneira. Isto é antes do batismo e depois da profissão de fé; é tipo um curso antes do batismo. É a mesma coisa, vamos supor, eu faço parte de um clube. Clube tem um estatuto né, então, se está de acordo com tudo ali, se eu obedecer às regras, então, a pessoa passa a fazer parte. Na igreja é a mesma coisa*”.

(Seu Ilson, foi membro da igreja Batista, Adventista do Sétimo Dia, e atualmente é membro da igreja Assembléia de Deus, 14/05/2004)

5 – Igreja Adventista do Sétimo Dia

³² . Este procedimento é bem semelhante ao que ocorre na igreja dos Testemunhas de Jeová.

Além do curso de pré-batismo as doutrinas desta igreja serão reafirmadas no dia do batismo através da profissão de fé e de uma leitura de 13 itens. Na profissão de fé haverá perguntas de caráter doutrinário, abordando questões sobre o cotidiano, casamento, sexo, hábitos alimentares, política – em específico o envolvimento dos membros nesta esfera – e outros assuntos.

Esta igreja se diferencia das demais, a começar por alguns dogmas religiosos e pelo livro que fundamenta a doutrina que vivenciam. As doutrinas não são baseadas apenas no livro sagrado, a Bíblia, mas se complementa nos livros de estudo elaborados por uma americana. Esta literatura é reproduzida na Casa Publicadora (o que chamaríamos de editora) localizada em São Paulo. Após a reprodução destes materiais os livros são distribuídos para todas as denominações Adventistas localizadas no Brasil. A casa Publicadora é aberta uma vez no ano para visitas.

O membro da igreja Adventista não pode comer: carne de porco, peixe sem escama (de couro), ave como pato e marreco (as únicas aves que podem comer é a de galinha, de frango e de peru por serem consideradas ‘limpas’) e carne com sangue como o prato chamado “galinha ao molho pardo”. Também devem abster-se do café.

Os Adventistas são proibidos de ingerirem tais gêneros alimentícios por considerá-los *imundos* (fundamentada em uma ordenança Bíblica: “não comeis algo imundo”) e por acreditarem que fazem mal ao corpo: *“não podemos comer nada que faz mal ao corpo porque o nosso corpo é o que? [PESQUISADORA – É o templo do Espírito.] Isso, é o templo que Deus habita. Então, como vou sujar este templo comendo o que é sujo”* (Seu Rafael, 12/05/2004). Questões deste tipo são aprendidas nas aulas que antecedem o batismo e no decorrer da vida cristã.

As meninas não podem cortar os cabelos e nem pintar as unhas, mas podem usar calça comprida. Essa permissão é fundamentada na crença de que a Bíblia ao anunciar que “a mulher não pode usar roupa de homem e nem homem usar de mulher” não está se referindo propriamente ao uso da calça comprida e, sim ao ato da mulher agir como homem, ou seja, ser homossexual. Para seu Rafael o problema não é usar a calça comprida e sim usar uma *vestimenta indecente*, ou seja, que desperte desejo sexual nos homens. Esta igreja também pratica uma vez por ano o ritual do Lava Pé, antes da Santa-Ceia.

Além destes aspectos religiosos, os dias de trabalho também serão definidos pela doutrina religiosa. Os membros deverão trabalhar de segunda a sexta-feira até o por do sol. Depois deste horário deve-se encerrar *as atividades ditas materiais e se dedicarem às atividades espirituais*. Por esta razão, após o por do sol nenhum Adventista poderá assistir televisão e nem realizar qualquer tipo de comercialização, não sendo permitido nem mesmo comprar gêneros alimentícios. Para este argumento utilizam o seguinte texto Bíblico: “Seis dias trabalharás, e farás toda a tua obra. Mas o sétimo dia, o sábado, é do Senhor teu Deus” (Dt. 5:13-14):

Como nesta igreja o sábado é *guardado para Deus e para o descanso*, no domingo não ocorre a *escola dominical* como de costume em outras igrejas. Esta atividade ocorre aos sábados e é chamada *escola sabatina*. Aos domingos não há nenhuma atividade na igreja, diferenciando-se assim das demais denominações.

Contudo, foi possível observar, tanto nesta igreja como em outras já citadas, que algumas crenças e normas são construídas sobre um certo “medo de contágio”. Assim, “a ordem ideal da sociedade religiosa é guardada por perigos que ameaçam os transgressores” (DOUGLAS, pp.13,1966). Pois, ao transgredirem as normas serão portadores de “má reputação”, serão conhecidos como alguém que se deixou “contaminar”. Serão desconhecidos como um indivíduo puro, limpo, íntegro e outros valores similares; afastando-se do ideal que cerca o sagrado. E será esta preocupação que irá contornar ou limitar as ações dos atores evangélicos em outros espaços sociais.

6 – Igreja dos Testemunhas de Jeová

As normas desta igreja além de serem informadas antes do batismo nas águas, serão estudadas em todas as reuniões (nos cultos) do salão (a igreja).

Os membros desta igreja podem ir à praia, mas a decisão de usar biquíni ficará a cargo de cada membro. Segundo Vilma, o ancião não determina se o membro deve ou não usar um tipo de roupa, mas sempre orienta que devem se auto-avaliarem.

Os jovens podem jogar futebol e ir ao cinema, “*mas não pode ser qualquer filme. Aí, você vai escolher o filme, porque a Bíblia é contra imoralidade, é contra violência, é contra o espiritismo. Então, eles aconselham a você selecionar o que você vai ver. (...) Mas cada um decide por si, é a questão da consciência. Isso eles frisam muito e dizem*

ninguém é obrigado a fazer. Mas tem a questão com Jeová, por isso de pouquinho em pouquinho pode entrapalhar a relação pessoal de cada um com Deus né. Mas se eu acho que não está entrapalhando, eu vou fazer do meu jeito". (Vilma, 05/05/2004)

Nesta igreja as meninas podem usar maquiagem, short, blusas de alça e calça comprida, mas sempre com *modéstia* (associada à noção de discrição). Mas nos *trabalhos de campo*³³ e nas reuniões (cultos) não será permitido o uso de calça comprida e blusas sem mangas. Os rapazes fora do Salão³⁴ dos Testemunhas de Jeová podem usar bermudas, blusas sem manga e no dia-a-dia podem andar sem camisa.

A celebração da Santa-Ceia também é percebida como uma doutrina religiosa que deve ser vivenciada pelos membros. Mas nesta igreja há um diferencial, pois não são todos os membros que participam desta prática. Os únicos membros que podem comer o pão e beber o vinho são os ungidos³⁵. Os demais membros participam de forma simbólica, passando os elementos da Santa Ceia para o *irmão* que estiver ao lado. Este ritual se repete de maneira que todos tenham feito o mesmo ato, encerrando assim a celebração da Santa-Ceia.

—

A partir do que foi descrito acima, verificamos que a noção de *família religiosa* se estrutura através das normas morais religiosas. Porém, estranhei o fato da maioria dos evangélicos não ter citado proibições como não beber, não fumar ou não brincar carnaval. A razão destas e de outras regras não terem sido mencionadas parecia estar

³³ . “Trabalho de campo” é o nome dado às atividades de evangelismo que este grupo realiza nas residências entregando panfletos e pregando.

³⁴ . Em outras denominações chama-se igreja.

³⁵ . Para este grupo religioso os “ungidos” são os membros que foram escolhidos por Jeová, somente estes possuem a esperança celestial de viver no céu reinando com Jesus. Atualmente moram na Betel (igreja responsável pelas demais) que está localizada em Bluquem. Os ungidos compõem o que é chamado de “corpo governante” e, tem a incumbência de escrever e de distribuir toda a literatura (livretos, livros, panfletos) usada por esta denominação em diversos países. São os únicos que escrevem esse material, por serem os que receberam sabedoria dada pelo Espírito Santo para tal ato. No total há somente 144 mil ungidos espalhados pelo mundo e por ser um número fechado não há mais possibilidade de nenhum membro receber o chamado para ser ungido. Creio ser importante apontar para o fato de que todos os membros legitimam esses atores como tal e que os mesmos passam por uma certa avaliação: “*O ungido sente que é ungido e todo mundo percebe. O ungido sabe que ele é ungido porque Deus coloca isso no coração dele. (...) Quem avaliou que o outro foi ungido foi um que é ungido. (...) é claro que o ungido comete erros porque ele é um ser humano. E ser humano não é perfeito*”. (Vilma)

associada à maneira que reconheciam e que classificavam a pesquisadora, uma integrante da mesma “família” – a *família de fé*. Posição que parecia colocar estas normas como algo que era “familiar” a pesquisadora, independente da denominação que porventura poderia estar congregando. Por tal razão, não seria necessário citá-las. Inscrevendo, assim, a noção de que no espaço religioso evangélico há normas morais que são universais.

Em meio à diversidade de doutrinas verificamos que há uma busca constante para fazer conhecer a igreja em que congregam como a denominação de rígidas normas doutrinárias. Uma vez que entendem rigidez doutrinária como sinônimo de santidade:

“A minha igreja é a que tem a doutrina mais certa. Até o nome é o correto, porque ‘militar’ é aqueles que atuam. ‘Restaurar’ é existir aquilo, aí você passa por processo de trabalhar naquilo que já é. ‘Obra’ é reforma de tudo”.

(Alex, membro da Igreja dos que Militam na Obra e na Restauração de Tudo, 23/03/2004)

“No batismo, da minha igreja, ele fala (o pastor): “eu te batizo, eu como ministro do evangelho te batizo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo”, e mergulha. (...) Existe, eu acho que é, a Presbiteriana, parece, que batiza igual a criança é na igreja católica. [PESQUISADORA - É. É por aspersão.] O evangélico mesmo mergulha. Alguns batizam em rios, outros em batistério, mas as igrejas Batistas têm o batistério.”

(seu Cleber, membro da igreja Batista, 17/03/2004)

“Fui para esta igreja porque a igreja Adventista trabalha copiosamente com o mandamento do Senhor e a igreja Assembléia está muito relaxada quer andar de qualquer maneira (referindo-se as normas). Diz a palavra do senhor ‘fuja da aparência do mal’ e a Assembléia está muito relaxada. Ela já foi uma igreja. Hoje em dia tá muito bagaçada,

nem parece pessoal de Deus (referindo-se a mudança na doutrina concernente a vestimenta).”

(seu Alzir, membro da igreja Adventista do Sétimo Dia, 16/04/2004)

“Na minha igreja tem o Lava Pé. Não é um Lava Pé; é um símbolo como Jesus falou. Pegou, jogou água no pé do irmão, passou a toalha e pronto. Entendeu? Aí aquele irmão levanta e vai proceder como o outro fez. Vamos dizer, eu faço no irmão e o outro irmão faz em mim. Entendeu? Que é para se cumprir aquilo que Jesus falou: “O que eu fizer faça vós também”. (...) Então, a gente acredita e as outras igrejas não tem nada disso né. Então, está faltando alguma coisa? Falta alguma coisa dentro dessas igrejas. Por isso que a nossa igreja, eu acho ela é bem completa na doutrina dos apóstolos. Aí eu estou satisfeito na igreja, graças a Deus.”

(Seu João, membro da igreja Pentecostal Unidos do Brasil, 30/01/2004)

Diante da importância dada à doutrina observamos que há recursos para informá-las e reafirmá-las no contexto religioso, como as aulas que antecedem o batismo e os cultos de doutrina. Mesmo diante destes procedimentos há adeptos que rompem as normas, passando a serem reconhecidos como os *rebeldes, rebelados, desobedientes, ou membros que estão fora do padrão*.

Os membros enquadrados nestas situações passam por uma espécie de tribunal público (BOURDIEU, 1965) que ocorre no culto de doutrina ou na plenária³⁶. Este ritual acontece toda vez que um adepto desvia-se das normas instituídas na igreja. As pessoas que fazem esse ritual (os pastores e os demais membros da igreja) se auto-percebem e são percebidas pelos integrantes da igreja como representantes da lei religiosa. E assim, decidem se os “rebeldes” irão ser excluídos da igreja ou afastado das atividades (dos

³⁶ . Na igreja dos que Militam na Obra e na Restauração de Tudo esse procedimento ocorre no culto público, ou seja, diante de todos. Por considerarem que estão em “família”, acreditam que não há razão para discutirem a atitude do membro em uma reunião mais reservada (culto de doutrina ou nas plenárias) como nas demais igrejas.

cargos) que porventura estejam exercendo e de algumas práticas religiosas como a Santa-Ceia.

Neste “tribunal” o pastor controla os conflitos que emergem na comunidade religiosa envolvendo fiéis e, os que compõem o público aproximam as suas ações a de um juiz.

O pastor em meio a este ritual de julgamento construirá, paralelo a este, um ritual de cortesia. O que está sendo chamado de “ritual de cortesia” é uma chance para o réu se redimir de seus atos. Os conflitos que surgem a partir destes rituais nem sempre resultam na destruição das redes sociais no interior da *família religiosa*. Assim, os conflitos, em parte, acabam gerando uma coesão na comunidade religiosa e uma certa solidariedade entre os irmãos em Cristo.

Como já havíamos apontado cada igreja possui particularidades, portanto citaremos algumas referentes a essa dinâmica de “julgamento”.

As atitudes que contrariam as doutrinas passam a ser consideradas um escândalo na igreja. A continuidade de tais comportamentos pode prejudicar *a imagem do corpo da igreja*. Por este motivo, é indicado que se afastem dos cargos e de determinados rituais (como a Santa Ceia). Em algumas igrejas este tempo será chamado *tempo de disciplina* ou *período de advertência*. E se durante este período o adepto não fizer mais o ato que o colocou na condição de *rebelde* e, demonstrar arrependimento será reintegrado a atividade na qual ficou suspenso.

Particularmente na igreja Assembléia de Deus do Guandu além do arrependimento, citado acima, o adepto perguntará aos membros em um culto de doutrina se o aceitam novamente como membro e se pode retomar o cargo que possuía.

Já na igreja Pentecostal Unidos do Brasil além do afastamento do adepto, este receberá uma carta de advertência. Tal acontecimento é documentado na ata da igreja. Sobre o julgamento também haverá uma especificidade. Pois, os membros serão avaliados por uma comissão (composta somente pelo pastor, presbítero e diácono) que determinará o tempo de suspensão para as atividades que exerciam na igreja. Este tempo dependerá do valor dado à norma que foi descumprida, se violou a que se refere à vestimenta o adepto ficará três meses afastado; se for caso de adultério poderá ser excluído da igreja ou afastado por um ano.

Entre todas as igrejas citadas nesta dissertação a Assembléia de Deus do Ministério da Reconciliação é a mais rígida no “período de disciplina”, pois durante este tempo o adepto não poderá faltar nenhum culto que lhe for determinado. Indicando que quanto mais perto o indivíduo estiver do sagrado mais rápida será a sua reconciliação. Fato baseado na crença de que tal aproximação fará do “membro desobediente” a *imagem* e a *semelhança* do ser sagrado.

Já na igreja dos Testemunhas de Jeová quando a ação do *membro rebelde* for entendida como uma atitude muito grave – adultério, fornicção (relações conjugais antes do casamento) e roubo – apenas o ancião terá responsabilidade sobre estes atos, pois somente a este caberá a decisão de desassociar (excluir) o membro. E quando for uma atitude considerada de menor gravidade o servo ministerial poderá aconselhar o membro. Mas ainda assim, será desassociado do cargo que exerce dentro da igreja. E se posteriormente houver arrependimento e desejar voltar a ter *oportunidades* (cargos) terá que recomeçar exercendo o primeiro cargo instituído na congregação, até alcançar o que exercia antes do *desligamento*.

Mesmo diante de toda esta dinâmica é possível pontuar que o ritual do “tribunal público” não surge apenas como um instrumento de avaliação sob o outro, pois parece revelar três papéis importantes neste universo.

O primeiro, seria o de fazer conhecer quem faz parte ou não da *família de fé*. E essa pertença é o que está sendo negociada a todo tempo.

O segundo, seria definir quem poderá correr o risco de viver como um “réu” neste “tribunal”. THOMPSON (1998) já indicava que se um ritual de hostilidade “*funciona é porque a vítima é suficiente ‘da’ comunidade para ser vulnerável à desonra, para sofrer com o tratamento*” (pp. 368). Então, podemos dizer que passar por este ritual não significa tão somente “passar por uma humilhação” e, sim ser reconhecido como um indivíduo que “pertence” ao grupo. É isto que lhe dará a possibilidade de ser excluído deste grupo social ou afirmar-se como membro.

O terceiro, fica mais evidente ao observarmos o discurso de um membro da igreja Assembléia de Deus *do Orfanato*, onde esse ritual não existe mais. Fato que tem gerado algumas tensões neste espaço religioso:

“Para eles a ovelha só dá lã não tem voz; não tem nada. Tanto é que na igreja agora não tem mais reunião. Já com o pastor Marinaldo tudo ele prestava conta; você ia falar com ele, ele apurava o que tinha dito. Era preto no branco. A igreja sempre crescia com o pastor Marinaldo, a ovelha tinha voz. Teve uma vez que sumiu uma verba da igreja e eles falaram ‘Ah! O tesoureiro foi afastado’, mas nem disse o porque. Coitado dele! Aí, passou um ano e eles falaram ‘Ah! Nós estamos reintegrando fulano de tal assim, que era tesoureiro, porque ele foi perdoado’. Quer dizer fala, mas a igreja não participa. Não adianta nada. É a mesma coisa, eu pego o meu filho e bato nele sem dizer o porque estou doutrinando ele, ele não vai saber o que ele não deve fazer. A igreja não é do homem, é do Senhor. Eu sempre reivindico e sempre chamo a atenção, mas dou o direito deles me chamarem atenção se eu tiver errado.”

(Seu Pedro, membro da igreja Assembléia de Deus, 28/05/2004)

A revolta por perceberem que não são mais agentes ativos deste “tribunal público” indica que esta dinâmica além da avaliação exprimia uma noção de “igualdade” entre os adeptos desta igreja. Pois, quando se reconheciam como atores ativos diziam orgulhosos: *“O pastor não resolve nada sem antes falar com a igreja”* ou *“Nada é decidido sem a autorização dos membros”*.

Mas com a mudança na doutrina os adeptos trocam esta expressão por outra com um tom questionador, *“Os membros agora são como ovelhas que não tem voz, só dar lã”*. A expressão *“não tem voz”* reflete a ausência do instrumento que pode propiciar espaços para mudanças ou para reafirmar os antigos valores. E ainda indicar que há um poder centralizado na figura do pastor.

Analisando o aspecto doutrinário das igrejas há dois evangélicos que nos chamaram atenção durante o trabalho de campo, seu Pedro (membro da igreja Assembléia de Deus *do Orfanato*) e Luciana (membro da igreja Assembléia de Deus do Ministério da Reconciliação).

Seu Pedro é um agente do universo evangélico que desaprova as mudanças doutrinárias que permite o uso de vestimentas mais “modernas”, a presença de políticos no púlpito da igreja e o apoio dado aos mesmos. Se este descorda de algumas doutrinas, por outro lado, deixa de cumprir com outras como o ato de dizimar. E quando a igreja em que congrega precisa do apoio financeiro de seus adeptos, este compra o material necessário e doa para a igreja. Eventualmente também faz doações de remédios e gêneros alimentícios para aqueles que considera os mais necessitados. Estas doações são realizadas com o dinheiro que seria mensalmente destinado para o dízimo. Para justificar a sua ação utiliza pilares do próprio universo religioso como a igualdade entre os homens e o amor ao próximo, ficando evidente ao declarar que *a igreja tem um papel social e deve ser visto fora da igreja*.

Entretanto, no momento em que seu Pedro descumpra com a norma de dizimar, atrai para si críticas que questionam a sua identidade religiosa. Tais críticas não são feitas apenas por membros da igreja em que congrega, mas também por outros como relata dona Leila:

“Aqui (referindo-se ao assentamento) tem muito crente. Mas muito é de meia tigela. Vê o Pedro! Não dá dízimo, que é uma doutrina da igreja. Quando a igreja precisa de dinheiro ele vai e compra o material. Aonde já se viu uma coisa dessa!”

(membro da igreja Assembléia de Deus do Ministério da Reconciliação, 25/02/2004).

Já Luciana se desviou das normas da igreja ao pintar as unhas de esmalte incolor:

“(...) Eu pinto as unhas de esmalte incolor. (...) Ele (o pai) me parou para falar sobre esmalte, nós já discutimos isso porque ele gosta de pegar no pé mesmo. E ele é o presbítero da igreja. Ele fica: “a minha família tem que dar o exemplo”. (...) O pastor até agora não viu o meu esmalte. Mas se ele me suspender por causa de um esmalzinho. Ah! Ah! Já era. Sou muito calma, mas não mexe comigo não porque não vou

ficar quieta não, não vou aceitar. Eu poderia até pensar (referindo-se a argumentação que o pastor possivelmente fará), mas mesmo assim ele não conseguiria me convencer não. *Pintar as unhas não é pecado (...)* Isso tudo são invenções do homem, né “.

(membro da igreja Assembléia de Deus do Ministério da Reconciliação, 24/03/2004).

Com estes dois exemplos podemos questionar a permanência destes atores sociais na igreja mesmo tendo atitudes contrárias às normas estabelecidas. Entretanto, consideramos que estas ações podem estar indicando que nestas igrejas há espaços para mudanças. Ou que talvez, estes atores possuem um capital simbólico religioso que outros membros não possuem. E por tais motivos, permanecem na comunidade religiosa ainda que sejam percebidos como *evangélicos rebeldes*.

Se tais questões se apresentam como uma incógnita, há uma que podemos indicar e está pautada na noção de que estes atores sociais são reconhecidos como agentes de “dentro” da *família religiosa*. É a partir da noção de “pertencimento” que se atribui a estes atores sociais uma representação/identidade, ainda que seja permeada por valores considerados “negativos” pelos membros deste universo social.

Durante o trabalho de campo alguns evangélicos demonstraram que possuem o interesse de mudar as rígidas normas das igrejas, mesmo tendo a consciência que tais mudanças poderão ser difíceis. Pois, as regras destas igrejas parecem ser cristalizadas. E se de fato forem, atitudes como as de seu Pedro e de Luciana estarão apenas afirmando as regras impostas pela comunidade religiosa ao apresentarem-se contrários às mesmas ou ao se oporem às mudanças.

Nestas últimas palavras tentamos responder uma indagação que surgiu durante o processo de escrita deste trabalho: “Por que permitem que estes membros, considerados *rebeldes*, continuem congregando na igreja? Já que são tão rígidos”. Mas após as críticas e as desaprovações que estes atores sociais realizavam perguntei o que os mantinham na igreja em que congregavam já que demonstravam não estar se identificando com as doutrinas da igreja.

A primeira resposta estava associada à vontade divina, “*Deus ainda não me disse para sair desta igreja. Quando falar ‘Sai’, eu saio*” (seu Pedro). Estranhamente a segunda resposta era comum a todos: “*Ah! A minha família sempre fez parte desta igreja*” (seu Carlos); “*O meu pai é desta igreja, é presbítero. A minha família é daqui, então fica difícil!*” (Luciana). Portanto, a dificuldade de migrar para outra igreja – mesmo não concordando com mudanças ou rigidez nas doutrinas – é associada a laços familiares. Nesta perspectiva mudar de igreja não é uma mera troca de denominação, mas pode significar um rompimento com a família consangüínea e com os valores que acompanham a geração da família.

Como vimos nestas denominações há um forte controle social que não se limita apenas à comunidade religiosa, mas interfere na constituição familiar e em outras esferas como a política. Um controle ou uma avaliação que se estende a *irmãos em Cristo* de outra *família de fé* (igreja). É importante salientar que esta avaliação também é construída fora dos limites do contexto religioso.

—

Se até o momento enfatizamos que a doutrina religiosa dita ordens a serem obedecidas, não podemos negar que no universo religioso a doutrina tem funções múltiplas que vão além desta perspectiva. Pois, aparece como um elemento que pode desencadear o *nascimento* de novas igrejas e como um elemento que determina alianças entre as comunidades religiosas. Como pode-se observar nas situações vivenciadas nas igrejas Cristã Missionária, Pentecostal Nova Aliança e Pentecostal Unidos do Brasil.

Segundo o atual pastor da igreja Pentecostal Unidos do Brasil, seu João, a história desta igreja foi fundada por uma discordância sobre a doutrina religiosa, envolvendo a diretoria da igreja e um pastor da igreja Cristã Missionária. Após este conflito, esse pastor saiu da igreja Cristã Missionária acompanhado de mais quinze membros – entre estes alguns faziam parte de sua família consangüínea. Dando início a uma nova denominação, a Igreja Pentecostal Nova Aliança no Brasil.

Essa igreja estava sobre a liderança e responsabilidade exclusiva deste pastor. Após o falecimento do pastor a igreja Nova Aliança no Brasil começou a ser percebida

por outras denominações como *uma igreja sem pastor*. Estar enquadrada nesta condição desqualificava a sua existência e toda sua ação perante a comunidade evangélica.

Inicialmente algumas denominações propuseram uma unificação à igreja Nova Aliança no Brasil. Essa unificação fortaleceria os demais grupos religiosos enquanto igrejas. A partir destes interesses começaram a disputar a Igreja Pentecostal Nova Aliança no Brasil, alegando que esta igreja *não poderia continuar sem pastor*.

Todavia, a congregação não queria que a viúva do pastor perdesse os seus bens e nem que vendesse a sua casa. Pois, se fizesse estaria vendendo a igreja. Tendo esta preocupação os membros se reuniram e resolveram eleger um pastor entre os *irmãos da igreja*. O escolhido foi seu João, por ter mais experiência na maneira de falar, por ser um dos membros mais antigos e o de *boa conduta*.

Seu João, como pastor, teve que tomar decisões para fortalecer a igreja frente às outras. Então, unificou-se a uma das denominações que estava “disputando” a igreja do pastor falecido. No discurso abaixo poderemos verificar alguns motivos que foram determinantes na escolha de seu João:

“JOÃO – Essa igreja, a Igreja Pentecostal Unidos do Brasil, praticamente era a mesma igreja né. Era a única igreja que pregava a doutrina que nós precisávamos, que já pregávamos antes.

PESQUISADORA – Quer dizer, era uma igreja de fora também, sendo que era uma igreja que vocês tinham mais afinidade.

JOÃO – Perfeitamente. Que tinha na realidade a mesma doutrina, só não tinha o Lava pé, o Ósculo Santo e o véu. Mas o resto tudo era igual, o Batismo em nome de Jesus porque hoje em dia é o seguinte se você for fazer uma avaliação dentro da Bíblia tem pastores que estão batizando em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. E isto está completamente errado porque na Bíblia, em Mateus 28, diz que nós temos como provar que quando Mateus falou aquelas palavras, batizando em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, passa pelo entendimento das pessoas que “em nome” é no singular e não no plural. (...) Então, qual é a diferença destas igrejas com a católica? Não tem. E

temos que ter. (...) Então, a única opção foi a gente se unir a igreja de São João que é melhor. A igreja de São João ela tem, ela é mundial, entendeu. (...) Essa igreja é internacional, inclusive a nossa agora também é né. A nossa igreja antiga não era. *E aí a gente uniu com esta, mais por este motivo também; a gente se uniu com uma igreja grande.*”
(membro da igreja Pentecostal Unidos do Brasil, 30/01/2004)

Portanto, a decisão que seu João tomara para unificar-se a uma igreja passava por dois princípios. O primeiro, era unir-se a uma igreja *grande, internacional* para se fortalecer enquanto igreja. O segundo e o mais importante em nossa reflexão, era unificar-se a uma igreja que possuía uma doutrina semelhante à anterior³⁷. “Semelhante”, porém muito mais flexível. Foi a partir destas bases que o líder religioso se negou fazer aliança com a igreja Assembléia de Deus: *“Não unifiquei com a Assembléia de Deus por causa da doutrina, né. A doutrina da Assembléia é muito diferente da nossa. (...) a doutrina da Assembléia mudou muito né, tá muito liberada. Não tem nada a ver com a nossa (...)”*

Após a unificação a igreja Pentecostal Nova Aliança do Brasil passou a se chamar Igreja Pentecostal Unidos do Brasil, perdendo o nome “Nova Aliança”. Mas também houve outras mudanças nos rituais³⁸ e na doutrina como a que permitiria aos adeptos um novo olhar sobre o envolvimento do crente com a política. Até então era proibido que membros se candidatassem às eleições ou que participassem do movimento da luta pela terra. Estas práticas políticas acarretariam a exclusão do membro, sendo documentado em ata. Segundo seu João, o atual pastor, esta mudança ocorreu porque *“o pessoal dessa igreja (a que se unificaram) tem uma visão maior, porque é uma igreja internacional”*.

³⁷ . A Igreja Pentecostal Nova Aliança tinha como doutrina e como prática religiosa o Lava Pé, o Ósculo Santo e o uso do Véu sobre a cabeça das mulheres que cortam o cabelo (partindo do princípio bíblico que o cabelo foi dado em lugar do véu). O Ósculo Santo é um beijo dado no dorso da mão, simbolizando uma saudação respeitosa e indicando humildade entre os irmãos. O ritual do Lava Pé ocorre apenas no mês de dezembro e em seguida ocorre à celebração da Santa-Ceia. No momento do Lava Pé separa-se a igreja em dois grupos, um de homens e o outro de mulheres. As mulheres lavarão os pés somente de mulheres e os homens só poderão lavar os pés de homens. Para este ritual utilizam utensílios (balde, bacia e toalhas) previamente separados para este momento. Este ritual é mais do que uma prática que se repete a cada ano, é uma forma de expressar a humildade, o amor e o companheirismo entre os irmãos em Cristo. Expressando um ideal e um modelo de vida que deve ser praticado no cotidiano dos evangélicos.

³⁸ . Permanecendo apenas o ritual do Lava Pé, o batismo em nome de Jesus e a doutrina concernente à vestimenta.

Este argumento nos permite dizer que essa “visão maior” foi um dos fatores fundamentais para que a unificação ocorresse com a igreja Pentecostal Unidos do Brasil. Pois, o próprio João enquanto membro da igreja Nova Aliança do Brasil sofreu várias perseguições por ter se candidatado a vereador e por ter se envolvido com a luta pela terra (este momento será mais detalhado no próximo capítulo). E como já era um homem político essa “visão maior” contribuiria para as suas futuras ações no campo político. Tornando mais nítida a hipótese de que a doutrina religiosa interfere na adesão entre igreja e política.

Com os diversos quadros apresentados constatamos que quanto mais rígida for a doutrina de uma igreja maior será a perseguição e a proibição de membros agirem no campo político. E quanto mais flexível for à doutrina maior será a probabilidade desta ação.

A rigidez ou a flexibilidade da doutrina também é associada ao desligamento de um membro na igreja ou a migração de um adepto para outra denominação. Porém, o que mais me chamava atenção era que este processo de migração tinha como justificativa o fato da doutrina estar se “modificando”, ou seja, ficando mais “moderninha”: *“A igreja hoje já está mais avançada, já pode usar calça comprida, jogar bola, usar blusas de alcinha, pode ir na praia, ir na piscina; já pode entrar para a política”*. (Dona Livia, membro da igreja Assembléia de Deus do Guandu, 16/07/2004).

E justamente por mudanças como estas, que alguns evangélicos migraram para igrejas que possuem uma doutrina mais rígida (dita como “tradicional”). A trajetória religiosa de dona Leila é um exemplo deste processo. Esta frequentava a igreja Assembléia de Deus *do Orfanato* há 18 anos e migrou para a Assembléia de Deus do Ministério da Reconciliação, alegando que esta possuía uma doutrina mais rígida. Vale ressaltar que esta rigidez não está associada tão somente a normas sobre as vestimentas, mas também à permissão dada aos membros para entrarem na política.

Se a doutrina de uma igreja influi no trânsito **inter-denominacional** de membros, ela também é um instrumento para avaliar a veracidade de uma igreja e a integridade de um membro.

O que podemos concluir é que a doutrina ora surge como o elemento decisivo no processo de escolha de uma igreja; ora é o fator determinante para estabelecer alianças

com outras igrejas; ora é um fator que desencadeia o processo de migração intra-denominacional ou o surgimento de outra denominação; ora define o perfil da igreja e do membro; ora surge como um medidor da vida cristã do indivíduo³⁹; ora é uma das causas que questiona ou que justifica a entrada do evangélico na política.

³⁹ . Este aspecto apareceu em diversas entrevistas. Podemos citar a de seu Alex, que criticou alguns evangélicos por considerar que não possuem um comportamento adequado, ou seja, *se vestem de qualquer maneira e tem uma personalidade que não condiz com uma pessoa “santa”*.

CAPÍTULO III

A RELAÇÃO ENTRE RELIGIÃO E POLÍTICA

i. O Sagrado e o Profano

“Acho que igreja e política não devem se misturar. Que associação pode ter entre igreja e governo? Não pode. Porque veja bem, é exatamente o santo e o profano. O que é puro é o que não tem mistura. E o profano é o que tem mácula de qualquer forma (...).

Igreja é o puro, política é o profano. A política é lugar de apostadores, como aquele que investe na bolsa de valores, política é agiotagem. Eu acho isso tudo, tudo que é de ruim. Tantos roubam, não tem nada a ver com a gente. (...) Os governos são corruptos, avarentos e as coisas de Deus tende a ser puras porque Ele é santo. Então, não pode ter associação. (...) Não tem condição de se misturar, isso é uma profanação terrível. Tá uma profanação terrível no meio evangélico. Tá terrível”. (Alex, membro da igreja dos que Militam na Obra e na Restauração de Tudo, 27/03/2004).

Os diferentes olhares sobre a temática “igreja e política” chamaram atenção para a noção do *sagrado versus o profano*. É a partir desta oposição que os evangélicos constroem uma percepção de aprovação ou de repulsa quando pensam na aproximação entre esses dois mundos. Por este motivo iniciaremos este capítulo abordando este tema para posteriormente pensarmos como se dá este processo que estamos chamando de “aproximação”.

Essa oposição que parece tão evidente nos discursos e nesta epígrafe é documentada na Bíblia evocando um cuidado que o adepto deve ter para discernir o sagrado do profano, como aparece no versículo abaixo:

“(...) Os seus sacerdotes transgridem a lei, e profanam as minhas cousas santas; entre o santo e o profano não fazem diferença, nem discernem o imundo do limpo” (Ezequiel 22:26, Bíblia Anotada).

O “saber discernir” o que é sagrado e profano é importante porque as coisas e os lugares sagrados devem ser protegidos contra o profano (DOUGLAS, 1966). Por outro lado, só quando reconhece o que é sagrado que se pode compreender o que é profano. Tais questões consolidam a idéia de que o mundo religioso criou dois mundos opostos. Mundos que estão sendo lidos, pelos agentes entrevistados, como a igreja e a política, e que só existem no olhar de quem vê, no nosso caso, no olhar do *homem de Deus*.

Ressaltamos que o sagrado ou o santo que está sendo retratado nesta dissertação não se refere apenas à figura divina, mas a templos religiosos e às pessoas que fazem parte deste mundo.

Como observamos no capítulo anterior a definição de igreja está associada à noção de família, uma esfera considerada sagrada pelos evangélicos. O que parece colocar o grupo religioso em um plano muito mais de relações sociais (de amizade, de família, de parentesco) ou de outros fins, do que uma esfera que se compõe majoritariamente ou apenas por experiências religiosas. Mas que não deixa de ser reconhecida como um espaço sagrado, muito pelo contrário só afirma este olhar. Pois a igreja é considerada um lugar de: união; paz; lugar de honra e da moral; fidelidade; cooperação; lugar da verdade; lugar em que os valores morais se perpetuam, se reproduzem; lugar do coletivo; lugar do eterno (porque *a igreja sobe, é eterna*).

Já a congregação da igreja (os membros) passa ter a conotação de sagrado por representarem o *corpo de Cristo*. Se tais membros representam a figura essencialmente pura e sagrada (Cristo) deverão ter características quase que visíveis, a fim de revelar a pureza de Cristo. “Visíveis” a ponto de serem julgáveis. Então, o que medirá esta pureza será a moral dos homens de Deus. Esta equação nos permite indicar que o sagrado está sendo lido como integridade moral. Daí a importância da boa reputação e do forte controle moral no cotidiano das igrejas, como aparece no desenvolvimento deste trabalho.

Logo, o que compõe o sagrado seriam valores e qualidades morais que o homem de Deus deve portar como mansidão, honestidade, integridade, pureza, e tudo que refere-se a verdade, a paz e a ordem. Assim, nos aproximamos da definição elaborada por MARY DOUGLAS sobre o que significa ser *santo*, “é ser total, ser uno; a santidade é unidade, integridade, perfeição do indivíduo e da espécie” (pp. 70. 1966). O profano seria o seu oposto.

Os significados associados ao que é profano, na perspectiva dos evangélicos entrevistados, compõem a definição de política: um lugar de briga, lugar de relações mercantis, de negociação; lugar de estranhos; lugar de imoralidade; infidelidade e falsidade (passar o companheiro para trás); mentira; lugar de *prometimento* (*promessas que não se cumprem*); lugar onde os valores são corrompidos; lugar do individualismo; lugar de coisas passageiras (porque *a política passa... fica na terra*); lugar de desordem. Em suma, é um lugar que deve ser olhado com desconfiança por ser um espaço profano. Algumas destas associações podem ser observadas nos discursos abaixo:

“A igreja sobe e a política fica aqui. A política é o meio de você resolver os seus problemas, pra quem quer se candidatar, pra quem quer conseguir algum benefício. E a igreja não, a igreja é pra nossa salvação, é algo eterno. E a política é pra conseguir benefício, é algo passageiro, algo daqui da terra”.

(Dona Clara, membro da igreja Assembléia de Deus, 12/05/2004)

“A igreja é o sagrado e a política é o profano. (...) A Bíblia mesma diz: ‘Que associação pode ter entre Cristo e Maligno; entre a igreja e o mundo’. Certa vez um governador estava para construir o templo. Aí Deus diz para o profeta ‘Vai e diga para Jerobabel que não é por força e nem por violência, mas é pelo meu Espírito. E é o que mais está acontecendo hoje, é pastor negociando voto das ovelhas (membros) para o próximo pleito. Isso tem aparecido pra caramba aí na mídia: que as lideranças maiores que é protestante negociou com fulano de tal da política. Aí chegam e falam: ‘Porque na bíblia diz feliz é a nação cujo

Deus é o Senhor e o homem de Deus'. Pô, isso é hipocrisia! Eu mesmo vejo isso em noticiário, isso é ridículo. *Então, não tem condição um indivíduo dizer assim; um crente dizer 'eu sou temente a Deus, mas eu sou candidato a política'. Não tem condição isso. (...)*".

(Pedro, membro da Assembléia de Deus – 28/05/2004)

"A igreja não entra no campo da política porque a finalidade da igreja não é política. A finalidade da igreja é as almas sedentas para Cristo. Você viu dizer que quando Cristo veio ao mundo Ele se entendeu na política? O povo judeu pensava que vinha aquele homem que ia tomar o poder de todos os reis, por isso que criaram aquela grande confusão né. Mas não é. Jesus foi o Rei dos judeus, Jesus veio para os judeus e eles estão esperando o Messias até hoje. Então, é isso aí. A finalidade é diferente da política. Já a política você vê que dentro da política tem muita mentira, tem muito prometimento (...)"

(Seu Ricardo, já foi membro da igreja Batista de Jericó, do Guandu e atualmente está na igreja Batista de Santa Amélia, 25/02/2004).

"(...) A política é uma coisa muito enganadora, está mais relacionada com poder, ambição, não tem nada a ver com religião. Que nem as pessoas falam: 'Ah! É crente e vereador', mas será que é bom um crente misturado com essas coisas? (...) A principal questão do crente não se envolver com a política é estar separado com as coisas do mundo. (...) a política faz parte deste mundo, deste sistema que a gente vive. (...) Jesus frisou a importância de nós nos mantermos separados desse mundo. O mundo não tem valor, o valor dele é dinheiro, fama, é cada vez você ter mais. Eles frisam em você ter prazer cada vez mais não importa como, é mentira, roubo. (...) E eu não quero estar apoiando esse tipo de coisa (a política). Já os valores da igreja são totalmente diferentes, você tem aquela questão da moral, a questão do respeito ao próximo, o amor ao

próximo, amor a Deus, respeito, autoridade de Deus – coisas que no mundo você não encontra – porque ela é uma família”.

(Vilma, membro da igreja dos Testemunhas de Jeová, 05/05/2004)

“A política é dois lado. Então, para a pessoa ser político ele se torna um mentiroso, porque se ele não mentir ele não vai se eleger a nada. Se eu prometer uma coisa que sei que não vou ter possibilidade de cumprir aquilo que eu estou prometendo, então, eu sou um mentiroso. Então, eu acho justo a nossa igreja não apoiar eles (referindo-se aos políticos. Mas também não concorda com o envolvimento de evangélicos nesta esfera). (...) Todo político é mentiroso, infelizmente é. Fala ‘eu vou fazer tudo’, aí quando chega lá é uma coisa diferente. (...) A igreja é algo sincero, o cristão tem que ser sincero porque se ele confessar que é uma coisa e não ser aquilo tudo vai cair sobre os ombros, ele vai dar conta dele.”

(Rafael, membro da Igreja Adventista, 12/05/2004)

“Política é uma máfia sabe por quê? Porque muitas vezes um vai com aquela vontade de fazer alguma coisa, mas ele não pode fazer porque a maioria vai sufocar ele. Então, ele tem que ficar do lado da maioria. Igual o presidente da república, o Lula falou que fazia e fazia. Mas o que ele tá fazendo, não tá fazendo nada. Por quê? Porque ele tem que obedecer quem está lá. Política é a parte material e a igreja é a parte espiritual. Porque a igreja que se coloca na parte material ela não cresce, ela cresce sim mas materialmente. Então, a igreja tem que ser espiritualista. A igreja não pode ser materialista.”

(Seu Ilson, foi membro da igreja Batista, Adventista do Sétimo Dia, e atualmente é membro da igreja Assembléia de Deus, 14 de maio de 2004)

“Política é uma guerra. Ali ninguém quer o bem do outro não; se puder comprar os votos do outro todinho, compra. Por isso, que eu acho que

não combina com crente. Já na igreja um quer bem para o outro. Mesmo que seja só da boca pra fora, mas deseja o bem pro outro ali dentro. E é o ponto certo de todo mundo ver o bem para o outro”.

(Seu Leandro, católico, 07/05/2004)

“A política não é lugar de crente, é lugar de católico. Crente não combina com política. Política é lugar de confusão. Crente que entra em política não é crente de verdade”.

(Seu Charles, católico, 25/06/2004)

“Crente não tem que se meter em política, lá só tem roubo, corrupção”.

(Seu Henrique, católico, 17/03/2004)

Ressalto que entre todas as entrevistas apenas dois informantes, seu João e seu Cleber, concordaram com o envolvimento do evangélico com a política.

Seu Cleber (membro da igreja Batista) constrói seu discurso lembrando que o maior líder da igreja Batista, pastor Fanine⁴⁰, foi um *exemplo de homem político*. Já seu João, por se considerar um homem político apóia tal envolvimento. Mas ainda sim, ambos reconhecem a política como um lugar de mentira, roubo, etc.. Como podemos observar:

“A igreja não aceitava crente na política. Eu digo que hoje, hoje a igreja aceita. Acredito que a igreja aceita, é no sentido daquilo que já te falei a igreja tem medo de alguma coisa. A igreja não aceitava porque qualquer coisa que acontece de mal com um membro da igreja repercute dentro da igreja, aí, eles ficam com medo disso. Porque a igreja é muito santa, então, ela não gosta que a igreja se envolva com algum problema dentro da política e traga esse tipo de problema pra dentro da igreja. O

⁴⁰ . Pastor titular da Primeira Igreja Batista de Niterói, presidente da Convenção Batista Brasileira, membro do Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro e diplomado pela Escola Superior de guerra. Realizou cultos no estádio do Maracanã, do Caio Martins e em diversos estados brasileiros.

maior medo da igreja é esse, entendeu. (...) A igreja tem o seu projeto e a política tem o seu projeto; e são dois projetos diferentes. A igreja, o seu projeto, aponta para a união e salvação das pessoas em Cristo. Não é verdade? E a política aponta a organização do povo que não fala nada da salvação, não é isso. E a igreja tem por obrigação proclamar o evangelho, ensinar as escrituras para o povo; para que o povo se salve porque esse foi o projeto de Jesus trazer o programa de salvação para o povo e não veio trazer a política. Mas Jesus também foi político, né. *A igreja é uma família, a igreja é uma família unida, entendeu. E fora, na política, logo se parte pra morte, pra tiro e acabou. (...) Então, é o seguinte dentro da política não existe amor à pátria para organizar o povo. Nela só existe o seu lado pessoal.* Hoje estou me afastando da política porque a minha esposa não quer mais. Aqui em Japeri estão matando muitos políticos.”

(Seu João, membro da Igreja Pentecostal Unidos do Brasil, 30/01/2004)

Com tais olhares observamos que estes atores sociais procuraram reafirmar o discurso que igreja e política são mundos opostos que divergem em seus objetivos e valores.

E se a política é o profano e a igreja o sagrado, teríamos então desvendado uma das razões pelas quais a comunidade religiosa não aprova o envolvimento do evangélico com a política. Afinal, o sagrado e o profano devem manter-se separados. E é este olhar, que partiu dos nativos do mundo religioso e que vem sendo reafirmado por uma parcela de evangélicos, que nos levou a considerar ao longo dos anos que estes atores se comportavam de forma indiferente aos fatos políticos.

Mas há outra face atribuída à política que pode ampliar a nossa resposta. Esta começa ser construída no ato de associar a política a algo que “ofende” ou que “suja” o sagrado. Estas noções apareceram em diversos discursos, indicando que o problema de aproximar “religião e política” está na possibilidade de “*sujar*” a reputação do crente e da igreja, por isto não se pode “misturar” igreja e política.

A expressão “*não pode se misturar*” parece apontar que o ato de *misturar-se à política* indica uma futura “desordem” no espaço religioso. Assim como, o termo “*sujar*” parece indicar que a igreja é um espaço “limpo” e a política um espaço “sujo”.

Com esta perspectiva, tanto a “desordem” quanto à “sujeira” pode se dar quando há um encontro ou uma aproximação entre o sagrado e o profano (a igreja e a política). Tal “desordem” só ocorre porque o profano ofende o sagrado (DOUGLAS, 1996), “ofende” os padrões e os códigos morais deste sagrado. “Ofender” no sentido de “contaminar” os valores ou a reputação do homem de Deus e do espaço religioso como foi levantado por diversos informantes. Como um exemplo, podemos citar o discurso de seu Carlos:

“Então a igreja acha, achava no caso que até o crente não deveria se envolver com a política porque o homem poderia se corromper também; e até o seguinte a santidade do homem poderia ser contaminada. Por que a Bíblia diz o quê? Diz que devemos manter a comunhão com todos e a santificação. Devemos ter comunhão com todos, sejam eles prostitutas, traficantes, devemos ter amizades com eles todos. Mas agora, devemos ter santificação. Santificação é o que? Separação. Devemos separar. Se eles (referindo-se aos políticos) praticam aqueles erros não devemos praticar. Devemos considerar a pessoa, mas não devemos praticar os erros. (...) A política contamina, mesmo”.

(membro da Igreja Assembléia de Deus do Orfanato, 02/04/2004).

A desordem ou a contaminação ocasionada pela política “simboliza tanto o perigo quanto o poder” (DOUGLAS, 1966, pp.117). A política então passa a ser percebida como um movimento que tem poder para desestabilizar ou desordenar os padrões morais instituídos pela comunidade religiosa. Assim, os membros ou líderes religiosos que se aproximam do profano (a política) podem colocar em risco a sua reputação, a sua qualificação enquanto seres sagrados, ou a posição de garantidores da pureza.

Esse olhar é percebido de forma mais pontual no discurso de seu Ison: “*Quando um crente entra nesse mundo profano, a política, perde não no mundo material, mas no*

mundo espiritual. (..) A igreja, o crente, o templo do Espírito é imaculado, é sagrado. Entrar na política é deixar de ser crente". É por causa do risco desta desqualificação que surge a necessidade de agirem conforme os padrões que regem a comunidade religiosa como afastar-se da política. Tais padrões detêm o que é santo e protege o *sagrado*, cercando-o com proibições.

Essas proibições na verdade são esforços para manter o espaço sagrado ausente de elementos considerados profanos. E estes esforços se dão por meio de punições como afastar os membros dos cargos que exercem na igreja; excluí-los por terem se envolvido com a política ou por terem ousado levar para o espaço sagrado a política. Tais esforços são ritualizados nas reuniões que discutem ações de membros que se envolvem com a política. Assim, estas punições "sustentam um sistema moral já aceito" pelos membros da *família religiosa*, e realçam os comportamentos que são desaprovados (DOUGLAS, 1966) sobre o par, igreja e política.

Podemos concluir que a existência de um mecanismo de punição dentro do espaço sagrado – mecanismo que atinge os membros que colocam em risco a manutenção ou os valores do espaço sagrado ao se envolver com política – pode revelar que este encontra-se em desordem, ainda que seja momentaneamente como em tempos de eleição. Entretanto, após o uso deste mecanismo a esfera sagrada pode retornar a ser um espaço de ordem e de moral.

A noção de sagrado e profano que refletimos faz parte do processo de pensamento do evangélico na medida em que sua vivência religiosa vai se consolidando. Porém, constatamos que esse processo pode ser questionado, desconstruído ou até mesmo negado. Mas isto só parece ser possível se os adeptos utilizarem um instrumento com uma legitimidade semelhante ao objeto que formulou o pensamento original acerca do sistema que define o que é sagrado e profano. A Bíblia se revelou como este instrumento, ao observarmos o cotidiano religioso e os discursos dos adeptos, por possuir no universo religioso legitimidade para romper com o sistema existente ao representar a palavra divina.

—

Se os discursos apontam para o afastamento de evangélicos do meio político, ao observarmos esse meio temos percebido a presença dos mesmos. Tal inserção tem causado um olhar de “estranhamento” e, às vezes, de rejeição. Mas este olhar não tem sido produzido apenas por atores do mundo religioso, mas parece estar sendo produzido por agentes que não pertencem a este mundo.

Esta questão apareceu em dois meios de comunicação, jornal *O Dia* e a revista *Eclésia*⁴¹. O jornal *O Dia* tinha como manchete: "Evangélicos invadem o MST – apesar da resistência de algumas igrejas protestantes, fiéis lideram o movimento e tomam o lugar dos católicos nos acampamentos". Já a revista produziu como manchete: "Igreja e o movimento sem-terra: Cresce a participação de evangélicos nos movimentos sociais e já há pastores incentivando ocupações". Em ambos, aparece a crescente atuação dos grupos pentecostais no campo político e, sobretudo, os evangélicos surgem como líderes políticos. Como também, chamam a atenção para conflitos que se dão a partir da inserção de evangélicos no campo político.

Aspectos que reaparecem nestes dois artigos descrevem um movimento que já vem sendo inscrito na história política brasileira⁴². Porém, em épocas distintas, esta ação tem sido percebida pela igreja e pela sociedade – agentes de “fora” da comunidade religiosa – com olhares diferenciados.

Pensando neste complexo processo de conciliação entre as normas religiosas e o envolvimento com a política, exemplificaremos o caso de membros da igreja Assembléia de Deus que ao se envolverem com a política foram condenados pela igreja, por volta de 1964. Este exemplo também nos oferece subsídios para entendermos a indiferença deste grupo religioso com aproximações ao campo político. Estes assembleianos, ao se envolverem com o movimento das Ligas camponesas no Nordeste, por volta de 1964, não receberam nenhum apoio da igreja quando foram presos na época do golpe militar. E, ao serem libertos, alguns foram considerados gentios, o que ocasionou a expulsão destes fiéis do quadro de membros da igreja. Enquanto, outros membros tiveram que passar por um processo de “re-conversão” (GUIMARÃES, 1992). Ações como estas nos

⁴¹ . HEBMÜLLER, Paulo et al. “Guerra Santa no campo e na cidade”. *Eclésia* – a revista evangélica do Brasil, Ed. 92, ano 8, pp. 42-51.

⁴² . Ver CAMPOS, Silveira Um estado Evangélico? In ANPOCS. 2004, Caxambu (MG). *Evangélicos e Estado republicano no Brasil*, sessão 3. Anais. Minas Gerais.

permite refletir que nesta época o trânsito de evangélicos na política era impensável e que as igrejas assumiam uma posição de auto-exclusão na política.

Mas estes que se caracterizavam por sua ausência na esfera política começam a marcar presença crescente neste campo desde 1983, como aponta FRESTON (2001). Em 1983 a bancada evangélica era representada por 12 *homens de Deus* e em 2002 esse número cresce para 59 evangélicos.

Neste sentido, lembramos que nas últimas eleições, no Rio de Janeiro, tivemos: como candidato à presidência pelo PDT, Antônio Garotinho (membro da Igreja Congregacional Presbiteriana); a assembleiana Benedita da Silva como deputada federal pelo PT fluminense; e Marcelo Crivella (pastor da IURD) candidato a prefeito pelo PL. A relação dos pentecostais no campo da luta política não tem sido diferente em outros Estados como podemos exemplificar o caso do pastor Cosmo (da Igreja Anglicana) que fundou o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e vem liderando as passeatas dos sem-terra em Recife.

Os cenários mostrados até o momento também se inscrevem no assentamento Penuel. Neste capítulo observaremos evangélicos se envolvendo nas esferas políticas de cunho eleitoral, na luta pela terra e na liderança de associações. Algumas lideranças religiosas⁴³ possuem cargos políticos “dentro” e “fora” do assentamento – como candidatos a vereador, presidente e tesoureiro da associação, delegado do programa Fome Zero, presidente do sindicato de Japeri, e outros – tais trajetórias serão abordadas posteriormente com mais detalhes.

Assim, as práticas políticas dos evangélicos do assentamento Penuel parecem desviar-se de seus próprios discursos. E isto pode nos revelar mais do que oposições, no momento em que estas práticas políticas apontam elementos que permitem ou que neguem o que estamos chamando de aproximação entre a esfera religiosa e a política.

—

E um desses elementos passa por uma reflexão que os assentados chamam de modelo tradicional X modelo moderno. Ou melhor, a doutrina velha (tradicional) X a

⁴³ . Lideranças como seu João, seu Ricardo, seu Cleber, dona Leila e pastor Marinaldo.

doutrina nova (moderna). O que é entendido como *tradicional* seria o afastamento das esferas religiosas e políticas, e o *moderno* seria o processo oposto.

É neste cenário – que possui um discurso que se fundamenta em um modelo tradicional e em práticas que seguem um modelo com adaptações (que significa o ‘moderno’ para estes grupos religiosos) – que emergem os conflitos na comunidade religiosa ao se falar em política e igreja.

Para os membros que possuem um olhar mais tradicional⁴⁴ e que tentam reproduzi-lo em seus discursos, acreditam que aproximar-se da política é afastar-se de Deus. E esta aproximação é percebida como uma modernização que pode destruir os valores cristãos, marcar o fim da igreja ou ainda provocar a saída de alguns membros do contexto religioso por ser corrompido ao entrar no mundo político. Como aponta seu Pedro e seu Carlos:

“(…) A nossa Assembléia de Deus era o exemplo das outras. A Assembléia de Deus de São Cristóvão, então, era rígida, era maravilhosa. Porque a igreja só se destorce quando começa a facilitar a doutrina; o que não podia agora pode. Que negócio é esse. *Muita gente se afastou da Assembléia, alguns foram até pro mundo por causa disso aí, por causa da modernização. O que um católico faz a gente hoje faz na igreja. Hoje dentro da igreja o que num terreiro de macumba faz nós também fazemos dentro da igreja, exorcizando (...). Você sabe qual é o problema de ter político no púlpito? É a modernização da igreja*”.

(Pedro, membro da Assembléia de Deus – 28/05/2004)

“Eu cresci ouvindo o pastor dizer que política não era de crente, que política era do diabo e que o crente não deveria se envolver com política. Então, eu criei isso dentro de mim, que o crente não deveria se envolver com política. (...) Então, se o elemento – o pastor – prega que a política contamina e você aprendeu isso por tanto tempo. E você vai vendo que isso contamina mesmo, porque a boca lá é boa por isso que

⁴⁴ . Dilema posto pelos nativos entrevistados e não pela pesquisadora.

todo mundo quer ser político. *Agora, por quê que a igreja está dentro da política e a política tá com um pé lá dentro? Então, você vê o seguinte, hoje o próprio pastor que pregava que a política não devia entrar na igreja, hoje entra na política. Entendeu? E está pedindo votos. E tem igreja aí, e não são todas, que está na política. (...) Na minha igreja pediram votos para apoiar o pastor e outros pediram para que apoiasse fulano, beltrano. E essa mudança me desanimou, é por isso que estou um pouco afastado da igreja. Se antes não podia entrar na política por quê que agora pode?”.*

(Carlos, Membro da Igreja Assembléia de Deus do Orfanato, 02/04/2004)

Estes questionamentos indicam caminhos a serem traçados para entendermos a questão central desta dissertação. Tais caminhos são revelados pela temática que marca esses discursos, a mudança que tem ocorrido na doutrina religiosa.

Na tentativa de elaborarmos caminhos que podem indicar *‘O por quê que agora crente pode entrar na política, se antes não podia?’*, tomamos como ponto de partida a reflexão que THOMPSON (1998) construiu sobre a *Rough Music* (termo que se refere à rituais que surgem de múltiplas formas).

Este ritual se dá por meio de um grupo de indivíduos que produzem barulhos estridentes, usando instrumentos musicais ou afins. O uso deste ritual significa que alguém está rompendo com as normas da sociedade e, por meio desta cacofonia musical o indivíduo é ridicularizado diante de todos. A *Rough Music* é, portanto, uma ação de hostilidade e de “julgamento” das ações do cotidiano. E determinadas elaborações deste ritual indicavam uma possível “reforma” no interior das relações sociais e de gênero.

Este ritual apresenta um “julgamento” que não é feito de forma tão formalizada como o que ocorre em algumas igrejas evangélicas, onde há um lugar (as reuniões ou plenárias na igreja) e atores já estabelecidos para tal função (*vide* cap. um). O ritual estudado pelo autor não apresenta uma dinâmica de avaliação tão sistematizada embora também esteja falando de um modo de controle social, assim como estamos sinalizando a igreja.

Mesmo diante de rituais de avaliação que apresentam uma certa diferença entre “ser mais ou menos formalizados”, queremos enfatizar que a reflexão de THOMPSON (1998) nos ajuda a pensar em uma suposta “mudança” em costumes que antes pareciam ser tão cristalizados.

Assim, esta reflexão nos orienta para traçarmos um caminho que pode elucidar o que está sendo questionado na pergunta que os atores sociais elaboraram, tão bem retratada por seu Carlos.

O caminho a ser apontado está relacionado à noção de que os ritos, os dogmas e as doutrinas religiosas (entendidas como costumes e/ou normas) não são imutáveis e que os agentes religiosos não são passivos diante dos dogmas como se pensava e/ou tenta-se reproduzir.

No contexto religioso a não passividade pode ser percebida através de conflitos essencialmente formalizados em reuniões e plenárias no interior da igreja quando um fiel, por exemplo, se envolve com política. A ausência desta passividade também se inscreve pelo movimento de emigração que se inicia em direção à outra denominação, pelo *esfriamento na fé* e por críticas – como as que foram feitas pelos informantes – existentes na própria comunidade religiosa.

Nos discursos citados anteriormente ficou nítido que ambos os atores não concordam em hipótese alguma com a *frouxidão da doutrina* em sua igreja. “Frouxidão ou mudança” que vem ocasionando a aproximação de dois mundos que eram percebidos pela igreja em que congregam como dois campos em oposição, a igreja e a política. E no olhar destes assembleianos estes dois mundos deveriam manter-se afastados.

Há, portanto, nesta congregação olhares que seguem outra direção como de alguns pastores. Estes são agentes que tem aprovado tal mudança e viabilizado na prática condições para as novas doutrinas, ou seja, o envolvimento com a política. Fato que tem gerado alguns questionamentos nas plenárias:

“Quando o filho do pastor Túlio (da igreja matriz) se candidatou, eu fui até ele e perguntei: *Pastor eu gostaria de saber por que tamanha modificação de nossa Assembléia de Deus?* O que não podia, hoje pode’ – referindo-se a pastores se candidatando. Aí, ele falou ‘Irmão Paulo a

vida muda, os costumes mudam’. Aí eu olhei pra ele e disse ‘Mas pastor a palavra de Deus o que ela é ontem, ela é hoje e será eternamente, ela não se modifica. O que Jesus foi ontem é hoje e nunca se modifica’. Ele me respondeu ‘E isso te dá o direito de se você não tiver satisfeito procure outra igreja pra você’. Aí, eu abaixei a cabeça e falei ‘Senhor, olha o teu filho sofrendo. Eu pensei que a igreja fosse Tua, mas a igreja é do homem’. (...)”.

(Pedro, membro da Assembléia de Deus – 28/05/2004)

Este quadro nos direciona para a reflexão de que os pastores e os membros, que aceitam a aproximação da igreja com a política, consideram os *costumes* (doutrinas) como algo que não é estático ao longo do tempo. Mas que se modifica e que sofre uma nova leitura. Neste caso, a doutrina e a cultura religiosa não são instrumentos cristalizados. Assim, como os costumes que regem a sociedade praticante da Rough Music.

Mas nos cabe perguntar “Como que os adeptos e os pastores, que não concordam com a aceitação do *homem de Deus* na política, lêem as mudanças doutrinárias que permitem a ação do crente nesta esfera?”. Esta indagação nasce da angústia de vários informantes ao verem estas mudanças nas doutrinas religiosas, entre eles, o seu Pedro que questiona o pastor como observamos no relato descrito acima. Nestes olhares os *costumes* jamais poderão mudar, são atemporais e imutáveis. E a mudança que houver será entendida como uma mudança que não é da parte de Deus e sim do maligno (do Diabo), ou, até mesmo da carne (referindo-se a vontade exclusiva do homem).

Estes diferentes olhares que envolveram membros e pastores da Igreja Assembléia de Deus, instauraram nesta *família religiosa* uma arena de conflito.

E conflitos como estes podem promover mudanças no interior das igrejas pela maneira dos adeptos olharem a relação igreja e política; podem reestruturar os parâmetros que determinam quais ações irão classificar o membro como um homem de *boa reputação*; e, ainda podem reafirmar a visão “tradicional” de oposição entre o campo religioso e político.

Assim, é possível apontar que se nos últimos anos estão existindo, em algumas igrejas, transformações ou adaptações nos costumes religiosos (doutrina) – que implicam em tensões no interior deste grupo – tal processo tem como produtor os próprios agentes do universo evangélico. Tal mudança contribui com a construção de um novo quadro nas eleições que tem sido desenhado com a crescente inserção de evangélicos no campo político.

Assim, poderíamos dizer que a mudança não tem vindo de “fora” da igreja, mas de dentro; ou, que tal apontamento pode desmistificar a noção nativa de que *a política está entrando no campo religioso evangélico*. Mas será que não está ocorrendo o inverso? Se esta tem sido uma indagação constante dos atores religiosos que foram entrevistados, diríamos que ainda assim seria cedo demais para respondermos tal inquietação. Ou, quem sabe, estamos longe de formular tal resposta.

—

ii. Perfil de um líder

“O cristão pode ser até um candidato, mas ele não pode ser um líder da igreja. Um pastor não pode se candidatar a nada. Eu como membro posso entrar na igreja, mas o meu pastor não. Não pode porque ele (o pastor) é uma autoridade máxima, ele vai ter um rebanho; ele tem um rebanho pra cuidar. Eu não; eu sou diferente a responsabilidade que eu tenho de ser honesto é só perante Deus. Mas ele não, ele é diferente de mim. Ele (o pastor) tem alguém lá fora que vai cassar o mandato dele. É por isso que a gente não apóia que ele entre na política”.

(Seu Ilson, atualmente membro da igreja Assembléia de Deus,
12/05/2004)

Ao longo desta dissertação temos apontado que alguns evangélicos constroem a definição de igreja em oposição à política. Porém, esta oposição não se inscreve de forma tão antagônica ao construírem o perfil de uma liderança política e religiosa.

Nos discursos dos atores sociais (evangélicos e católicos) o perfil de um líder religioso refere-se a um homem honesto, calmo, passivo, sábio, fiel, que possui caráter,

boa reputação, que tem conhecimento, que sabe falar e um homem que sabe agüentar afrontas por ter domínio próprio.

Semelhantemente, o líder da associação é um homem sábio, sincero, portador de boa reputação, um homem que tem conhecimento, que sabe agüentar as afrontas, que sabe falar e que é trabalhador.

Já o perfil de um homem político se distancia dos perfis que foram construídos acima. Para os atores deste assentamento um político é percebido como um homem corrupto, um homem que só promete, um homem que é ladrão, safado, infiel, falso, que fala mentira, que gosta de briga, que não gosta de trabalho, mas também um homem que tem conhecimento e que sabe falar.

Com este breve retrato observamos que há alguns elementos em comum na caracterização do perfil destes líderes que circulam em esferas distintas. Contrapondo o discurso dos entrevistados.

Mas os traços de semelhança entre o líder religioso e o líder da associação devem-se ao fato de alguns assentados desassociarem as atividades da associação dos trabalhadores rurais a um movimento político. Como aponta dona Leila: *“Igreja é igreja; política é política; associação é associação”* (membro da igreja Assembléia de Deus do Ministério da Reconciliação, 10/03/2004). Este olhar parece ignorar algumas semelhanças entre o líder religioso e o político, ao indicar que se a associação fosse coligada a esfera política não poderia existir semelhança entre o perfil de um líder religioso e de um homem político (neste caso, o presidente da associação), como também, o *homem de Deus* não poderia assumir tal cargo.

Por outro lado, aqueles assentados que vinculam associação à esfera política consideram que o presidente da associação é um agente que briga e que rouba. Estes mesmos valores acabam sendo atribuídos à própria definição do que venha ser a associação. E como já havíamos apontado, quando existe esta percepção os assentados deixam de participar das reuniões de associação. Afinal, o homem religioso deve se afastar do que aparenta ser profano.

“Hoje eu não me envolvo mais com a associação porque não posso mais me meter em política, por ser crente. Hoje sou de Deus. (...)”

(Pedro, membro da Assembléia de Deus *do Orfanato*, 28/05/2004)

“Eu não faço mais parte das reuniões da associação. A Bíblia diz ‘afastai da aparência do mal’, então, eu não vou. Lá só tem briga, confusão (...). Eu costumo dizer ‘você vai a reunibriga hoje?’. Sabe por que eu dei este nome, reunibriga? Porque lá só tem briga. (..) Três pessoas já morreram aqui no assentamento por causa dessa reunião.. Uma dessas pessoas foi o primo de seu Henrique. Quem matou foi o próprio Henrique, este foi preso por 2 anos. Sabe como que é, prisão de mentirinha né”.

(Alzir, membro da igreja Assembléia de Deus, 16/04/2004)

Mesmo diante desta ambigüidade, é possível indicar que a semelhança significativa entre o perfil do líder religioso e do presidente da associação pode estar associada ao fato de que a liderança da associação passa pelo crivo da religião, em específico o que se refere a moral e a boa reputação.

Esta hipótese vem se consolidando ao longo do trabalho de campo onde os valores e princípios que permeavam a dinâmica interna da associação ficaram bem claros. Como exemplo, citaremos um fato que ocorreu no assentamento, envolvendo seu Carlos e o líder da associação (seu João).

Inicialmente, é bom lembrar que seu Carlos era percebido pelos assentados como um homem de boa reputação e com boa oratória. Em uma determinada época este apresentou um projeto para construir um campo de futebol perto da associação e para reconstruir o galpão da associação. Esta reforma seria para viabilizar a realização de cultos e de outros eventos neste espaço. Além das reuniões semanais da associação. Seu Carlos tinha se comprometido em levar mesas, cadeiras, quadro negro e outros materiais para propiciar mais conforto aos participantes e para viabilizar as possíveis atividades.

O culto no galpão teria duração de duas horas e ocorreria somente uma vez por semana. Por declarar que o espaço é público deixara claro que neste ambiente poderiam ocorrer bailes, pois não seria restrito apenas a atividades religiosas e nem políticas. Mas

seu João, como líder da associação, não permitiu que seu Carlos fizesse tal benfeitoria no local.

Alguns assentados diziam, em tom de fofoca, que a proibição de seu João devia-se ao medo que o cercava por achar que os responsáveis pela realização dos cultos no galpão (o pastor da Assembléia de Deus e seu Carlos) iriam *mandar no assentamento*. Em outras palavras, tais atores (o pastor e seu Carlos) poderiam ser percebidos pelos demais como os novos líderes da associação ou pessoas capazes de os representarem. Este assunto foi lembrado em diversas entrevistas com versões semelhantes. A própria versão relatada por seu Carlos aponta para este caminho, finalizando este assunto da seguinte forma:

“É muito difícil passar o bastão, seja na igreja ou em outro lugar. Vamos supor você tem um amigo na igreja e você assume uma posição. E nessa posição você está dominando, você chega assim a pastor então você está dominando e aí você tem tudo na sua mão. E amanhã é o seguinte você tem que ir lá e passar o bastão para a outra pessoa. Você vai sair da bica, entendeu. É difícil falar ‘aqui Carlos, toma’. Você sabe que será outro que vai mandar. Ele (referindo-se ao seu João) achava que eu ia ter o domínio do assentamento, e não é isso que eu queria. Só queria fazer o culto lá”.

(membro da Igreja Assembléia de Deus da Reconciliação, 02/04/2004)

Enfim, os discursos dos informantes revelam que o que estava em jogo, quando seu João proíbe o projeto proposto por seu Carlos, era a liderança do assentamento. Apontando que esta liderança se constrói com elementos ou com um capital que se obtém através da religião.

Portanto, neste assentamento há fatores que atribuem a indivíduos características de um líder. Como, por exemplo: ter boa oratória; possuir projetos mais amplos do que um centrado em interesses religiosos (como a preocupação em construir um espaço para o lazer); ter boa reputação diante de todos; e, uma identidade evangélica (que parece ser a característica fundamental que um líder deve portar para ser respeitado neste contexto).

Assim, se compõe um quadro de elementos importantíssimos para os atores que fazem parte deste universo social. E que parecem formar o perfil do herói e do líder no assentamento.

—

Para entendermos o que significa a figura do líder religioso evangélico, para estes agentes, é necessário retornarmos a uma dinâmica que ocorre no interior do universo religioso. Em específico, as etapas que um membro precisa se submeter para possuir um cargo de liderança dentro da igreja.

Optamos em descrever esta dinâmica por duas razões. A primeira seria por acreditarmos que tal dinâmica revelaria quem é este líder religioso que estamos falando. A segunda seria por considerarmos que a mesma nos ofereceria instrumentos para uma futura reflexão, esclarecer como estes líderes se constituem.

Abaixo, tentaremos de forma breve apresentar tal dinâmica procurando identificar as igrejas mapeadas no trabalho de campo.

Iniciaremos pela igreja Batista. Nesta denominação para um membro ser nomeado a algum cargo precisará passar por algumas etapas. A primeira é organizar uma equipe. Cada equipe terá uma diretoria. Após agruparem-se terão que se submeter a uma votação, onde estará sendo avaliada a sua reputação como membro e a sua capacidade de liderar. Essa votação ocorrerá no *culto de negócios* ou *cultos de assuntos da igreja* (chamado de “plenárias” na Assembléia de Deus).

Para cargos como diácono o candidato terá que fazer uma prova escrita e um prova oral que será um debate entre o candidato e os líderes, já consolidados na igreja.

Para o cargo de pastor além destas provas o candidato terá que possuir o diploma de graduação em teologia. Segundo seu Ilson:

“a prova é para saber se ele (o candidato) tem condição de exercer aquele cargo. (...) Depois que se vê que a pessoa está apta (através de provas) coloca-se em votação, em uma sessão, na igreja pra ver se ela aceita ou não. Se a igreja não aceitar aí fica como prova de diácono, que

é tipo um estágio até a pessoa passar. A pessoa fica trabalhando na igreja como diácono até passar”.

(foi membro da igreja Batista, Adventista do Sétimo Dia e, atualmente é membro da igreja Assembléia de Deus, 14 de maio de 2004)

Mas além deste procedimento há outros que são requisitos fundamentais. Estes se compõem pela noção de *vocação* e do *chamado de Deus* para exercer o cargo que pretende assumir (questão trabalhada no próximo capítulo).

Já a hierarquia da igreja Assembléia compreende nos seguintes cargos: pastor, evangelista (que é pastor missionário), presbítero, diácono, obreiro, missionário.

Para assumir qualquer cargo o candidato terá que ser reconhecido como *uma pessoa de oração, uma pessoa bem consagrada*⁴⁵, e uma pessoa que seja assídua nos cultos da igreja.

Para ser pastor e presbítero é necessário ter o curso de teologia e “*saber falar, saber pregar, ter boa reputação né, tem que ser fiel na igreja, pagar seu dízimo, não ficar comprando as coisas aos outros e não pagar, não pode dar mal testemunho, entendeu. Então eles são chamados para o quadro de obreiros, de trabalhador entendeu. Então, aquela ficha vai correr “tá sujeito a pagar o dízimo? Tô. Tá sujeito a ser obreiro, você sabe não pode comprar as coisas dos outros e não pagar, não pode comprar as coisas a prestação e não pagar. Entendeu, tem que ter seu testemunho, a sua roupa, as suas coisas dretinhas. Entendeu?”*. (Dona Lívia, membro da igreja Assembléia de Deus do Guandu, 16/07/2004)

Independente do cargo, o candidato será apresentado nas reuniões chamadas de *plenária* e publicamente os membros presentes irão ser argüidos se possuem alguma coisa a revelar contra este candidato. Caso seja apontado algum problema que o impeça de assumir o cargo será averiguado se a acusação é verdadeira ou não. E posteriormente em outra reunião será dada mais uma oportunidade para este membro.

⁴⁵ . Ser uma pessoa “bem consagrada” significa dar sinais de ter passado por um processo de transformação, que torna-se visível pela mudança de temperamentos, na maneira de falar, no modo de se trajar, enfim, demonstrar ser semelhante e estar próxima do sagrado, Deus.

Na Igreja Adventista do Sétimo Dia os cargos existentes são: os de pastores, anciãos (que em outras igrejas chama-se presbítero), diáconos (a), obreiros, evangelistas e diretor jovem.

Para um fiel ser nomeado a algum desses cargos passará por uma eleição que é anual. Neste processo quem irá compor o corpo eleitoral será uma comissão montada pelo diácono, ancião, pastor, as demais lideranças evangélicas e os membros da igreja.

O candidato a pastor será avaliado por uma comissão da igreja (formado por membros da igreja central). Este candidato terá que apresentar um projeto de trabalho contendo as propostas que pretende realizar e as metas que já foram cumpridas quando exercia outras funções no universo religioso.

E quando um membro é ordenado ao pastorado, o pastor da igreja central (matriz) desloca-se à igreja filial para fazer a unção com óleo – ritual que legitima tal ordenação. O pastor desta congregação, diferentemente de outras denominações, não se fixa em uma igreja. Pois, um único pastor, simultaneamente, pastoreia oito igrejas durante o seu mandato de quatro anos. Nesta denominação para um membro ser reconhecido como alguém qualificado ao cargo de pastor terá que ter nível superior em teologia e dom espiritual para este exercício.

A função do pastor concentra-se em pregar o evangelho; orientar novos membros que possuem o desejo de se batizarem; fazer visitas nos lares e em hospitais; e distribuir a Santa-Ceia (que pode ser realizada também pelo ancião). E quando ocorre algum problema na igreja o pastor será o único ator que poderá resolver. Enfim, para assumir este cargo *“a pessoa tem que ter alguns requisitos né. Não pode ser assim uma pessoa que não tem um palavrear, pessoas que usam palavras obscenas, pessoas que na igreja são uma coisa e lá fora é outra coisa diferente”*. (Rafael, 12/05/2004)

Na igreja Pentecostal Unidos do Brasil e na Igreja dos que Militam na Obra e Restauração de Tudo para que um fiel seja escolhido a algum cargo terá como requisito principal estar enquadrado na categoria dos que foram *chamados por Deus* e dos que *possuem vocação*. Não sendo necessário que o candidato seja graduado em teologia e nem que se submeta a etapas verificadas anteriormente nas demais igrejas.

A hierarquia da igreja dos Testemunhas de Jeová compreende nas seguintes *oportunidades* (cargos): ancião, superintendente⁴⁶, missionário, servo ministerial, publicador⁴⁷, pioneiro⁴⁸ auxiliar, pioneiro de tempo integral e pioneiro regular.

Cada membro que possui um cargo na igreja deverá elaborar um relatório mensal onde conterá as atividades exercidas e o número de livretos (sentinela, despertai, reproxuras) distribuídos nas residências. Neste relatório, também deverá documentar a carga horária que se passou *no campo* – quanto maior for a carga horária no campo, maior será o cargo que um membro exercerá. É através deste relatório que a congregação saberá quantos estudos bíblicos irão ocorrer, quantas literaturas estão sendo distribuídas e o quanto se está trabalhando na igreja.

Qualquer fiel antes de ocupar ou de ser escolhido para exercer um cargo terá que se submeter a uma entrevista com o ancião. Nesta entrevista abordar-se-á aspectos da reputação do candidato; se o fiel é um membro que obedece às normas de comportamento (citadas no segundo capítulo); e se o mesmo foi *chamado por Jeová* para

⁴⁶ . Os superintendentes são irmãos que viajam e circulam em todas as congregações com objetivo de apóia-las; para ministrar novos cursos; para observar o desempenho de cada congregação; para fazer discursos (o que outras denominações chamam de pregação) e para levar a cada congregação experiências vividas em outras igrejas. Estas atividades praticadas pelo superintendente são realizadas no período de uma semana, após este prazo repete-se este processo em outra congregação dos Testemunhas de Jeová. Os estados em que o superintendente irá realizar o seu trabalho será decidido pela Betel. A cada término de seu trabalho, este retorna a Betel com um relatório e logo após é enviado para outro estado brasileiro.

⁴⁷ . O cargo de publicador é dividido entre publicador batizado e o não batizado. A diferença que se estabelece entre o publicador batizado e o não batizado se dá pelo fato do publicador batizado poder alcançar outras *oportunidades*. Enquanto o não batizado não poderá alcançar tal êxito e não poderá assinar uma carta (espécie de declaração) que documenta o exercício de tal atividade.

O cargo de publicador é subdividido em: publicador comum, publicador pioneiro, publicador auxiliar e publicador regular. A diferença básica entre essas subdivisões está relacionada apenas a carga horária que cada membro se dedicará a este cargo, ou melhor, *oportunidade*. O publicador tem a incumbência de entregar folhetos – que são produzidos e editados pelos Testemunhas de Jeová – e de fazer estudos bíblicos nas residências de pessoas que estiverem interessadas. A estas duas atividades a Testemunha de Jeová chama de *obra de pregação*, esta atividade só é feita com dois irmãos. Por este motivo, existe o publicador auxiliar que irá dar apoio para o publicador regular. O publicador auxiliar irá trabalhar 60 horas e o regular se dedicará à obra de pregação por 90 horas.

⁴⁸ . O pioneiro fará as mesmas atividades de um publicador. O diferencial será que o pioneiro, no final de seu trabalho de campo, receberá uma carta assinada pelos irmãos da dianteira. Nesta carta estará documentado que o pioneiro assumiu se dedicar ao trabalho de campo para ajudar outras pessoas a aprenderem os ensinamentos bíblicos. Para esta atividade será estipulada uma determinada carga horária. Caso o membro não queira mais exercer estas atividades poderá assinar uma nova carta se comprometendo com o desligamento de seu cargo. Porém, quando desejar voltar a *trabalhar na obra de Jeová*, o mesmo terá que recomençar as suas atividades na igreja exercendo o primeiro cargo (o de auxiliar) até chegar a ocupar o cargo que anteriormente deixara.

O fiel que exerce o cargo de pioneiro auxiliar terá que se dedicar ao trabalho de campo por no mínimo 40 horas, já para o cargo de pioneiro regular terá que doar no mínimo 60 horas, e a integral 120 horas.

exercer tal cargo na igreja. A última etapa compreende na realização de uma reunião com outros anciões, para discutirem a aprovação ou não do fiel para o suposto cargo e para decidirem o cargo que o fiel exercerá.

Para exercer o cargo de missionário (a) e superintendente o fiel deverá possuir boa oratória, assim como, o ancião. Deverá também ter carisma, ser casado e possuir o diploma de um curso realizado na Betel com duração de seis meses a um ano. Depois de concluído os fiéis serão enviados para diferentes países, a fim de desenvolverem as atividades que competem a cada cargo. Como podemos observar para ambos os cargos há uma avaliação bem mais rígida que os demais.

Constatamos que em algumas igrejas o processo de votação para a escolha de um líder religioso se dá de forma mais democrática nas reuniões ou nas plenárias, onde todos os adeptos fazem parte e surgem como os atores decisivos neste momento. O que parece, neste caso, colocar as lideranças do universo religioso como agentes dependentes do grupo que lideram.

Mas chamamos atenção para a existência de denominações que se distanciam deste modelo de liderança mais igualitária ao construírem um modelo mais arbitrário e que se impõe com poder de mando como os que se estabelecem na Igreja dos que Militam na Obra e Restauração de Tudo e na Igreja Pentecostal Unidos do Brasil.

A figura de alguns líderes religiosos mais igualitários e mais pacíficos que começa a ser construída dentro de algumas igrejas, como a Assembléia de Deus e a Batista, aproxima-se à figura do chefe indígena estudado por CLASTRES (2003).

O chefe indígena possui alguns traços que os distingue de outros indígenas como a boa oratória, a generosidade⁴⁹ e a capacidade de manutenção da paz entre o grupo. Por

⁴⁹ . Com os dados obtidos poderíamos dizer que a generosidade é uma qualidade que tanto o chefe indígena como o líder religioso deve portar. Porém, há diferenças que compõem essa generosidade. Na reflexão de CLASTRES (2003) a generosidade de um chefe indígena passa a ser mais um dever (uma servidão), o ato de dar algo passa ser uma obrigação. E as doações determinam a popularidade deste chefe. Esse dever ou ofício faz do chefe uma figura reconhecida por todos da tribo. Reconhecimento que surge pelo fato de se tornar um indivíduo com menos bens do que os chefiados. Afinal, tudo que lhe pertencia foi apresentado.

Os discursos selecionados também revelam que o líder religioso deve ser generoso e aquele que não possui tal qualidade terá seu prestígio negado, assim como os chefes indígenas.

Mas há um diferencial neste caso, a generosidade do líder religioso não o levará a ter menos bens que os adeptos. A sua generosidade só será possível por possuir mais capital econômico e cultural que os demais. E será desta forma que irá ser reconhecido como uma figura que possui mais bens.

este motivo CLASTRES o denomina como um “fazedor de paz”, um “pacificante”. Mas em época de guerra este chefe potencializa o seu poder de mando.

Entretanto, o mais importante a ser sinalizado é o fato de que as características do chefe indígena não se constituem apenas sobre o poder de mando, mas pelos demais traços. É neste sentido que podemos associar a figura do chefe indígena a algumas lideranças religiosas. Ou indicar que os elementos que constroem a sua autoridade são semelhantes ao de um chefe indígena como a boa oratória, a capacidade de manter a harmonia no grupo e de evocar as tradições.

O pastor Marinaldo é um exemplo de um líder religioso que não possui o poder centralizado, um poder de mando arbitrário. É um líder, como dizem os adeptos, *que não pode decidir nada sozinho, pois depende dos membros*. Ou seja, é um chefe que repousa sob a ausência quase completa de autoridade (CLASTRES, 2003). Mas que possui bens simbólicos que o faz ser líder, assim como um índio que se torna chefe.

E por esta razão, tal pastor mesmo não podendo *decidir sozinho os rumos da igreja* era visto por todos da congregação como um grande líder. Afinal, possuía o poder da fala, era um homem generoso e evocava as tradições como aparece nos relatos:

“Com o pastor Marinaldo os cultos terminavam no horário, a doutrina era com ordem e decência: não podia usar calça comprida, blusinha de alça no culto. *Fazia reunião*. Então, hoje eu estou em uma Assembléia de Deus muito tumultuada porque a renovação está prejudicando a palavra de Deus. Está renovando, era uma igreja séria, uma igreja reta, uma igreja bonita, cheia de membros. Agora pode até crente entrar na política. Agora, com o pastor Isaías tudo pode! (...) *O pastor Marinaldo pratica o social, mata a fome e socorre as pessoas*. É um homem de Deus, é um homem que não tem defeito. (...) *Agora esse pastor não! Este não faz nada, não faz as reuniões*. Um homem de Deus não pode ser assim, por isso que tem um monte de gente saindo da igreja”.

(Pedro, membro da igreja Assembléia de Deus do Orfanato 28/05/2004)

“O pastor Marinaldo era um exemplo, *fazia sempre as reuniões*. (...) Com ele a doutrina era rígida. O pastor Marinaldo era pastor de verdade. Ele ajudava a comunidade. Vi muitas vezes ele dando remédio para as velhinhas, levando alimento. Agora este pastor (Isaías, substituto do pastor Marinaldo) não faz nada (referindo-se aos auxílios a comunidade).”

(Dona Livia, membro da igreja Assembléia de Deus do Orfanato, 23/04/2004).

“*Esse pastor que está no lugar do Marinaldo, ele não faz reunião, não faz nada para a comunidade*. Não ajuda as velhinhas, as viúvas. O auxílio às viúvas é bíblico. Já o pastor Marinaldo era pastor mesmo! Ele ajudava a comunidade. *Não deixava de fazer as reuniões*”.

(Seu Carlos, membro da igreja Assembléia de Deus do Orfanato, 02/04/2004)

Se o poder da figura do chefe indígena é mais evidente em tempos de guerra, o poder que o líder religioso possui para “pacificar” conflitos torna-se mais nítido nas reuniões que chamamos de “tribunal público” (ver capítulo dois).

Portanto, a figura de alguns líderes religiosos em pauta não passa apenas pela ação de obrigar os chefiados a obedecer. Mas também está associado à boa reputação que possuem, a atitudes que demonstram ser solidários e “pacificantes” com o outro, como diria CLASTRES (2003).

—

iii. Constituindo lideranças políticas e religiosas pela reputação

“Vou ser sincero, isso (a boa reputação) é um pouco básico né porque um tesoureiro (da associação) não pode pensar de

qualquer maneira fazer de qualquer maneira”.
(Cleber, 17/03/2004)

“Para ser pastor tem que ter boa reputação”

(Carlos, 02/04/2004)

Ressalta-se que a “boa reputação” que está em jogo deve-se ao ato do fiel obedecer às doutrinas religiosas (normas e regras) da igreja⁵⁰. Assim, o homem religioso que for percebido diante da família religiosa como um homem de “boa reputação” poderá ter o privilégio de ocupar cargos na igreja.

Portanto, ser reconhecido como um homem de “boa reputação” será importante para se legitimar diante dos irmãos em Cristo no campo religioso e, para ser legitimado como um líder em outras esferas da sociedade, sobretudo, no campo político. Assim, esse princípio moral instituído no universo religioso tem transpassado as fronteiras deste mundo e tem sido acionado no universo político.

Esta reflexão é perceptível na dinâmica interna da associação, em específico o momento de se definir cargos na associação. Essa dinâmica nos dá pistas de como as lideranças políticas se constituem neste espaço social.

Entre vários atores dona Vera relata bem este processo ao explicar a razão de seu Cleber (seu esposo) ter sido escolhido para assumir o cargo de tesoureiro da associação:

“O que fez ele ser escolhido para este cargo de tesoureiro é o testemunho da gente. Ele (referindo-se ao seu Cleber) é um testemunho da igreja. Em todo lugar que a gente mora, graças a Deus, somos um testemunho, um exemplo. Graças a Deus! Todo lugar que a gente mora o pessoal confia na gente, graças a Deus”.

(membro da Igreja Batista, 17/03/2004)

Outro elemento que se torna diferencial para um assentado ser eleito a um cargo na associação – entendidos por alguns como cargo político – é ser percebido como *uma pessoa que se firma na igreja*, ou seja, um membro que não migra constantemente para outras denominações. Seu Ricardo⁵¹ por não se enquadrar neste modelo é reconhecido

⁵⁰ . Ver capítulo dois.

⁵¹ . Seu Ricardo já foi membro da igreja de seu Cleber. Ambos sempre congregaram na igreja Batista, mas há um porém, seu Ricardo constantemente muda de igreja.

como *aquele que não se firma na igreja*. E por este motivo tem sido desaprovado pelos assentados como um ator político. Como aparece nos relatos abaixo:

“Este Ricardo é uma vergonha para a igreja, não para em igreja nenhuma. Já foi expulso de uma igreja e agora me parece que vai sair de novo. É brigão e ainda diz que é crente. Ele agora vai ser exonerado da ocupação que ele tinha na cozinha, pelo IDACO. O IDACO vai vir conversar com ele, porque todo mundo não quer mais ele na cozinha. Como ele não aceita sair, como a cozinha foi construída pelo IDACO, eles vão vir para exonera-lo da cozinha. (...) Na igreja ele foi excluído. Ele era diácono da igreja. Ele foi excluído porque ele; eles (seu Ricardo e outros irmãos em Cristo) se desacataram. Quiseram se atacar na frente da igreja foi um escândalo. A igreja Batista tem três coisas que ela não tolera: briga, roubo e adultério”.⁵²

(Seu Cleber, membro da Igreja Batista, 17/03/2004)

“Você vai entrevistar ele, o meu vizinho (o Ricardo)? / PESQUISADORA – Vou.

Ih! Ele não vai falar nada, só vai falar que ele é o melhor, que o queijo dele é melhor; ele só sabe falar que tudo dele é melhor do que dos outros. Ele vende as coisas dele, mas depois você vê o pessoal batendo no portão dele para devolver. Falam que o leite dele é água pura. Tem mais! A primeira coisa que ele vai falar vai ser mal de mim, para todo mundo que chega ali ele fala mal de mim. Mas tenta, quem sabe. Começa a perguntar sobre o dia da invasão, talvez ele fala alguma coisa. [PESQUISADORA – Ele faz parte de alguma igreja?]

Ele diz que é crente, né. Eu nunca vi crente assim. Oh! Ele não para em nenhuma igreja. Já passou por várias igrejas Batistas. Ele é sempre

⁵² . Outros relatos sobre seu Ricardo foram bem próximos a este elaborado por seu Cleber. Ressalto que os outros assentados que faziam os mesmo comentários eram membros de igrejas diferentes. Mas todas essas versões foram diferentes da versão elaborada por seu Ricardo, por relatar que sempre teve uma “boa reputação” e que saiu da igreja por livre e espontânea vontade.

expulso, ele arranja confusão. Não estou dizendo que ele não se dá bem com ninguém, é muito encrenqueiro. (...) Quando você entrevistar o Cleber, que é da igreja Batista, ele vai te contar tudo. Vai falar mais sobre ele. O Cleber vai falar os motivos que ele (referindo-se ao Ricardo) não fica parado em nenhuma igreja. Ele é um ser indesejável”.⁵³
(João, membro da Igreja Pentecostal Unidos do Brasil, 25/02/2004)

“Seu Ricardo é um mau elemento, tem mau comportamento, não para em nenhuma igreja e vive brigando com seu João. Essa confusão que tá aí com certeza é por causa do Ricardo.”

(Dona Leila, membro da Igreja Assembléia de Deus do Ministério da Reconciliação, 10/03/2004)

E por todos estes motivos agregam a este ator valores que são contrários ao perfil de um *homem de Deus*, desaprovando-o como tal.

Portanto, sobre estes princípios é que seu Ricardo tem sido percebido como um homem que não possui atributos para compor uma chapa que venha concorrer às eleições da associação e nem continuar tendo outras funções coligadas a associação como ser o responsável pela cozinha do assentamento (lugar de sociabilidade, espaço onde ocorrem algumas reuniões da associação e onde se desenvolvem alguns projetos).

Ao mapearmos a trajetória dos presidentes da associação também constatamos que essas práticas políticas têm sido marcadas por valores e por dogmas que fazem parte do universo religioso. A participação política de dona Letícia, de seu Henrique e de seu

⁵³ . A entrevista que realizei com seu Ricardo, diferente de outras, foi muito rápida e com pouco conteúdo. Em seus relatos sobre vizinhança surpreendeu-me ao procurar demonstrar que possuía boa relação com todos, inclusive com o seu João. A maneira que se comportava parecia ser uma estratégia para confundir-me sobre a sua identidade tão deteriorada que os outros assentados construíram. Se seu Ricardo evitou falar durante a entrevista, não agiu da mesma maneira ao mostrar-me: a sua casa (bem diferente das demais que visitei neste assentamento), os bens que possuía; a produção de leite; queijo; iogurte; mel e os remédios à base de mel com embalagens apropriadas e com logotipo. Esse entusiasmo não parecia apenas o orgulho de ter uma residência bem mobiliada ou de ser produtor de tais gêneros, parecia sinalizar uma forma de revelar outros atributos que possui, na expectativa de que estes fossem cobrir a sua imagem estigmatizada (GOFFMAN,1988).

Pedro⁵⁴ na associação são exemplos que podem ser citados por representar bem a questão levantada.

Dona Letícia de Alcântara era uma professora que agrupava os assentados em sua residência para realizarem as reuniões onde se debatiam estratégias para conquistar a fazenda Penuel. Prática que a legitimou como uma liderança no assentamento. Mas em uma determinada época começaram a surgir boatos de que dona Letícia estaria vendendo, no centro de Japeri, alguns mantimentos doados para o mutirão na época do acampamento. Fofoca que questionava a reputação de dona Letícia.

Tal fofoca foi averiguada e constatou-se que não passava de um boato infundado. Partindo desta comprovação, alguns informantes acreditam que este boato foi apenas uma estratégia do vice-presidente para retirá-la do cargo. Como esta estratégia não teve sucesso, foi necessário utilizar-se de outros meios para que dona Letícia abdicasse do cargo de presidente da associação. E estes meios passam pelo crivo da religião. Como aparece no relato abaixo:

“Foi João que quis derrubar dona Letícia dizendo que *‘mulher não pode ser presidente. Na Bíblia não diz que mulher pode ser presidente’*. Esta foi a proposta de seu João na época. Ele dizia que mulher não mandava em homem na Bíblia. Ele se dizia pastor evangélico, ele se dizia. (...) Aí, seu João propôs derrubar dona Letícia dizendo *‘que na Bíblia em lugar nenhum tem mulher como presidente. Na Bíblia não diz que mulher tem que ser pastora e líder’*. E aí, o quê que aconteceu? Na época eu não conhecia a Bíblia, nunca tinha visto a Bíblia. Eu era católico (...) Aí, nós reunimos a comissão que era Tiago, João, Daniel, tudo crente. Só eu que não era. E tiramos a dona Letícia. Aí o João assumiu o cargo, foi colocado em reunião e a maioria decidiu que ele fosse. Erradamente eu participei da saída de dona Letícia. (...)”

(Seu Pedro, membro da igreja Assembléia de Deus, 28/05/2004)

⁵⁴ . Ver capítulo primeiro.

Seu Henrique e seu Pedro também foram impedidos de manterem-se no cargo da associação. Eles foram submetidos a acusações que basearam-se em suspeitas de terem furtado o caixa da associação e por terem se envolvido em brigas de família, tendo como consequência diversos assassinatos. Como suscita dona Leila:

“Eles (Seu Henrique e seu Pedro) ameaçavam muito a gente, já fizeram muita coisa aí com os outros. Eu já fui ameaçada, só que nunca tive medo, e não tenho não. (...) Deixa isso pra lá, Deus vai cobrar. Nós sabemos viver. Agora eles é que não tem moral. Eles andam de cabeça baixa; eles não têm coragem pra chegar em uma reunião e falar nada. Nenhum deles que fizeram a sujeira (referindo-se ao patrimônio da associação que supostamente roubaram e aos assassinatos que cometeram)⁵⁵. O Henrique é terrível, é terível. (...) Eles tiraram as coisas da associação, acabou com a associação. Era um patrimônio que não era deles. Eles não tinha esse direito. (...) Vou em qualquer lugar, tenho crédito em qualquer lugar né. Eu e meu marido andamos com a cabeça erguida, graças a Deus ! Não temos que temer nada de ninguém. E eles quando vê uma entrevista dessas eles ficam tudo com medo. Eles ficam tudo com medo por quê? Porque deve. (...)

O Pedro não é fiel ao dízimo de sua igreja, é um pão duro. Sabe o que ele faz? Ele pega o dinheiro que é do dízimo e guarda. Quando a igreja precisa de algum dinheiro ele vai lá e compra o material e dá para a igreja. Mas não dá o dízimo. *Se ele não é fiel na igreja vai ser fiel aos companheiros da associação? Não vai*”.

(membro da Igreja Assembléia de Deus do Ministério da Reconciliação, 15/03/2004)

Mesmo diante da pequena trajetória política estes atores, seu Pedro e seu Henrique, acumularam a imagem de *indivíduos de má índole* ou de *má reputação*. Imagem que colocou um fim na carreira política destes atores.

⁵⁵ . Nesta época seu Pedro denominava-se católico.

As ações dos atores citados acima foram comentadas por vários assentados, indicando que tais ações contrariavam as normas do universo religioso e do modelo de família que idealizam, que também passa pela noção do que venha ser a moral religiosa.

A maneira que os comentários foram elaborados, em relação aos assentados que já exerceram ou que ainda exercem cargos de liderança na associação, nos remete a reflexão de GILMORE (1987) sobre a “fofoca”.

A lembrança deste autor deve-se ao fato de que no contexto social estudado, toda a dinâmica que classifica um assentado como portador de uma *boa* ou *má reputação* funciona a partir da fofoca. E também por algo mais formalizado como as reuniões de negócio ou plenárias que ocorrem nas igrejas.

E é por meio desse mecanismo, a fofoca, que os membros da comunidade religiosa têm marcado alguns atores que se destacam como líderes religiosos e figuras políticas do assentamento. Constatamos que este mecanismo pode apresentar-se como uma forma de manipular a imagem dos indivíduos.

Entretanto, o mais importante a ser pontuado é a idéia de que este processo torna-se possível porque a dinâmica desta comunidade se estrutura a partir da qualidade moral de cada agente.

A partir das práticas políticas relatadas e observadas pela pesquisadora pode-se dizer que as lideranças religiosa e política, em específico a “política do cotidiano”⁵⁶ do assentamento Penuel, se constituem e se mantêm como lideranças a partir de uma noção de prestígio e de moral. Elementos que acompanham o indivíduo portador de boa reputação.

—

Esta mesma lógica se repete quando as lideranças religiosas passam a ter identidades múltiplas ao se inserirem na política eleitoral e na luta pela terra não sendo apenas lideranças religiosas, mas também políticas. Para este processo ser entendido é fundamental observarmos a entrada de alguns líderes religiosos neste campo. Este percurso é complexo e marca como que se dá a aproximação da esfera religiosa com a

⁵⁶ . O que estamos chamando de “política do cotidiano” é uma luta específica ligada a uma categoria, estando em jogo interesses em comum de um movimento social. Como, por exemplo, a política interna do assentamento, a associação.

política ou o que está sendo negociado neste movimento, o que podemos chamar de “dupla identidade”. Esta se configura no ato de reconhecer um único ator como sendo um líder religioso e um líder político e, gera tensões a partir da noção de “reputação”.

A primeira trajetória a ser descrita é a de seu João que é uma liderança religiosa (pastor da Igreja Pentecostal Unidos do Brasil há 12 anos) e política. A sua representação de político deve-se a alguns cargos políticos que vem assumindo como a própria posição de presidente da associação do assentamento que se perpetua há 16 anos; de líder do sindicato rural de Japeri; de delegado do programa Fome Zero; de líder das Reuniões Regionais dos assentados de assentamentos do Estado e do INCRA; e a de candidato a vereador por duas vezes pelo PT.

Mas a trajetória política deste agente tem sido marcada por tensões que se estabelecem entre ele e a sua comunidade religiosa. Este membro já passou por repreensões em sua igreja por estar se envolvendo com política eleitoral e com a luta pela terra.

Esta comunidade religiosa ao questionar a ação deste membro organizou uma reunião para decidir o que seria feito com o mesmo. Este procedimento ocorreu três vezes com seu João, a primeira ao se envolver com a Luta pela Terra e as duas últimas ao se candidatar a vereador.

Segundo seu João na primeira vez em que se candidatou a vereador a repreensão foi muito maior. Já na segunda vez, se confrontou com problemas menos intensos por estar exercendo o cargo de pastor da igreja. Esta nova posição, de pastor, lhe atribuiu prestígios e um capital simbólico maior, sendo decisivos no momento em que foi “julgado” pela comunidade religiosa por estar se envolvendo mais uma vez com política.

Todo este discurso nos faz pensar que nesta igreja, Pentecostal Unidos do Brasil, a congregação tende compartilhar com a visão de seu líder (pastor), mesmo não sendo tão naturalizada no universo religioso como, por exemplo, a adesão entre “igreja e política”. Nesta denominação⁵⁷ tal realidade se inscreve porque a liderança parece constituir a autoridade máxima e a figura que determinará em quais esferas sociais os fiéis poderão atuar. Portanto, se o líder religioso apóia o envolvimento do crente com a política os

⁵⁷ . Salientamos que em outras igrejas o líder religioso não possui esse mesmo poder de mando ou de autoridade. Parecem ser mais igualitários.

conflitos poderão ocorrer, mas em escalas menores. Todavia, esta situação não extinguiu, neste contexto, as tensões e oposições que se originaram quando um evangélico “entrou” na política.

As três reuniões que foram agendadas para discutir o envolvimento de seu João com a política (eleitoral e a luta pela terra) tinham como objetivo central excluí-lo da igreja. A exclusão não ocorreu porque seu João utilizou-se de uma nova leitura que dera a passagens bíblicas; de seu carisma que conquistara diante da comunidade religiosa; de todo o seu capital religioso que acumulou durante os 12 anos na igreja (hoje já totaliza 24 anos); e de sua boa conduta moral. Como revelara seu João:

“Aí teve uma época que o pastor fez uma reunião para me tirar da igreja (..).Mas toda vida ele entendeu que eu era um *bom elemento* dentro da igreja. *Eu era um elemento satisfatório*, não era uma pessoa que fazia coisa errada. *Graças a Deus, eu toda vida tive esse prazer né do pessoal me considerar assim, etc. (...)* Satisfatório porque eu era uma pessoa que nunca criei problema dentro da igreja; eu sempre fui uma pessoa que procurava entender a situação da igreja, do evangelho. *Não dava problema*, atendia a necessidade da igreja. E nunca deixei as minhas vagas, as minhas obrigações vazias, eu sempre procurei preencher. (...) Mas na reunião eles estavam é contra mim. Eles queriam me excluir. Sei lá, porque eles não excluíram. Sei lá! *Acho que foi porque eles tinham um respeito muito grande por mim, e ficaram acanhado de votar contra mim e tal. (...)*”.

(membro da igreja Pentecostal Unidos do Brasil, 25/02/2004)

Além deste agente, há outros que também sofreram problemas por terem se envolvido com política. Entre esses, podemos citar o que ocorreu com o pastor Marinaldo da Assembléia de Deus (do Asilo), seu Ilson e Carlos (marido de Luciana).

O pastor Marinaldo inicialmente era reconhecido por todos membros da igreja Assembléia do Orfanato, como *um pastor bem tradicional*. Para estes membros, tal

categoria refere-se exclusivamente ao pastor que mantém na igreja uma doutrina bastante rígida sem possibilidades para mudanças⁵⁸.

Mas o ator que era reconhecido de tal forma começou a ser questionado por toda a comunidade religiosa quando passou a ter atitudes ditas *modernas*, ou seja, quando candidatou-se a prefeito de Japeri. Após a inserção deste pastor na política, a igreja matriz, localizada em São Cristóvão, o afastou da congregação. Fazendo-se legitimar a ordem estatutária (regra registrada no estatuto da igreja) que proíbe o envolvimento de membros na política.

O afastamento do pastor Marinaldo instaurou um conflito neste espaço social. Este conflito se constituiu quando um grupo de membros, que não concordavam com a saída do pastor, resolveu fazer um abaixo-assinado. Os adeptos que participaram desta reivindicação foram nomeados pelos líderes da igreja matriz como *os rebeldes*. Atualmente alguns destes membros afirmam que participaram de tal ato porque reconheciam este pastor como um grande líder religioso e por serem recém convertidos. Mas complementam dizendo que se conhecessem o evangelho há mais tempo, mesmo tendo afinidade com o pastor Marinaldo não iriam concordar que este na condição de líder religioso se envolvesse com política. O que resultaria na não participação neste ato de reivindicação e na ausência de apoio nas campanhas eleitorais.

A entrada do pastor Marinaldo na política resultou em seu desligamento como pastor desta igreja e na migração de membros para outra congregação da Assembléia de Deus. Esta migração foi dada porque os membros não reconheciam o pastor substituto como um *pastor tradicional*. Esta percepção está associada ao fato do novo pastor mudar as doutrinas da igreja que se referem basicamente a três aspectos: as normas concernentes às vestimentas; a ausência de reuniões para discutirem problemas internos da igreja e os que se referem às atitudes dos membros; e, ainda ao espaço que está sendo dado a homens públicos para falarem de política no púlpito.

Já seu Ilson mesmo sendo um líder religioso e político⁵⁹ não passou por problemas na mesma proporção que os demais evangélicos vivenciaram. Mas, atualmente possui o mesmo discurso em oposição à política:

⁵⁸ . Ver primeiro capítulo.

⁵⁹ . Como líder religioso possui vários cargos de liderança em distintas igrejas, como de diácono, presidente do evangelismo – preparando futuros evangelistas –, presidente da mocidade, do coral, da classe dos

“Eu sou contra crente na política. Já fiz parte da política. (...) Antes de entrar eu aceitava evangélico na política, mas só não aceitava fazer propaganda na igreja. Depois que fiz parte da política vi que não é lugar de crente. Depois disso, eu não concordo mais. Promete e nada faz, é mentiroso”.

(membro da Igreja Batista, 14/05/2004)

Seu Ilson já tinha iniciado a sua campanha a vereador, porém desistiu prematuramente de sua carreira política quando o seu aliado – Domingues Correia – não cumpriu com a promessa de ajudá-lo a financiar as obras que deveriam ocorrer nas estradas:

“O povo ficou reclamando querendo a rua consertada. *Aí, como ficava a minha imagem de evangélico.* (...) Ele prometeu que ia nos dar cobertura, mas depois ele não cumpriu. Aí, eu desisti de me candidatar. Desisti desse negócio de política (...)”.

(Seu Ilson, membro da igreja Batista, 12/05/2004)

Por último podemos citar o caso de seu Carlos, narrado por sua esposa – Luciana, membro da igreja Assembléia de Deus da Reconciliação. Este relato tem como pano de fundo a mesma preocupação que os demais casos.

Segundo Luciana, o pastor de sua igreja orientou o seu marido a “deixar essa coisa de sem-terra” porque poderia sujar a boa reputação de diácono que possui. Por esta razão, o esposo de Luciana não está mais acampando. Mas está participando de uma reunião que ocorre quinzenalmente com objetivo de conseguir a desapropriação da terra. Porém, tem ocultado essa participação na luta. Fato que origina-se da certeza dos problemas que podem ocorrer na esfera religiosa ao “entrar” em um movimento político.

homens e vice-presidente da escola dominical. Como homem político também foi presidente da associação por dois anos (interrompeu o seu mandato por problemas de saúde de sua esposa) e candidato a vereador.

Observamos que nos quatro casos o elemento que torna complexo o envolvimento do *homem de Deus* com a política eleitoral e com a luta pela terra está associado ao ato de respeitar ou não as doutrinas da igreja que está coligada à discussão do primeiro capítulo.

Portanto, o que está sendo negociado é a *boa reputação* da igreja e dos membros quando tais líderes religiosos (pastores e o diácono) descumprem com a doutrina, em específico quando aceitam o envolvimento de membros na política ou quando se envolvem nesta esfera.

A doutrina que é registrada no estatuto da igreja passa, então, a ser o parâmetro que define o que é *boa* ou *má reputação* e, um instrumento de controle que tem o objetivo de preservar a *boa imagem* ou a *boa reputação* de tudo que estiver ligado a este universo. E quando a igreja permite qualquer aproximação entre o campo político e o religioso significa colocar em risco esta reputação.

A “boa reputação” destes atores políticos em sua comunidade religiosa parece ser importante por três motivos. Primeiro, porque será através desta imagem que se ampliará as relações sociais evangélicas que foram construídas a partir da conversão e consolidadas nos cultos.

Segundo, porque esta “boa reputação” contribuiu para que estas lideranças tenham a sua ação política legitimada e conseqüentemente obterá o apoio político dos *irmãos em Cristo*. É visível que a busca por este apoio é fundamental, pois a comunidade religiosa passa a ser mais um contingente eleitoral com o qual o candidato evangélico ou o seu partido poderá contar.

E terceiro, porque a *boa conduta* pode não estar ligada tão somente a obediência às normas que são constituídas pela comunidade religiosa, mas a uma maior *intimidade* com Deus. Imagina-se que quanto maior for a relação entre o homem e a figura Divina menor será a probabilidade do homem religioso passar para o outro lado, o profano.

Ressaltamos que mesmo nos casos em que as igrejas e os pastores aceitam a aproximação da esfera religiosa com a política (em suas diferentes facetas), ainda assim, tal aproximação tem sido tensa e se exige cada vez mais do evangélico algumas condições. Como, por exemplo, enquadrar-se em um modelo que está sendo entendido

como *‘boa reputação’* e de estar mais *envolvido com a igreja* para não *se perder* no mundo da política – o que conseqüentemente resultará na perda de sua identidade cristã.

Lembro mais uma vez, agora na íntegra, o discurso de seu Cleber ao enfatizar que foi escolhido para exercer o cargo de tesoureiro da associação por ter *boa reputação*:

“(...) Não sei porque estou no cargo de tesoureiro porque não sou tão instruído assim. Mas isso, que ela falou (referindo-se a sua esposa) do testemunho de vida cristã, a nossa relação com Deus contribui muito para eu estar neste cargo. A nossa vida cristã é uma identidade para a nossa vida. Pra isso a identidade é um documento que tem validade para qualquer território, nacional e internacional. Então, a nossa identidade não pode ter nela contradição, coisas sujas, tem que ser coisas limpas. Então, a nossa identidade espiritual tem que ser uma vida cheia de santidade. Certo! *Não pode ter uma vida misturada com ímpio (referindo-se a política), porque a identidade não pode ser suja, a identidade representa um documento limpo.* E assim, representa a nossa identidade espiritual com preço”.

(membro da igreja Batista, 17/03/2004)

—

iv. Constituindo uma liderança pelo jeito de falar .

“Para ser líder da associação tem que ter conhecimento, saber discutir” (Alex)

“..Um político também tem que ter conhecimento..” (João)

“Para ser um pastor, um diácono tem que ter conhecimento, saber falar.” (Cleber)

Inicialmente *ter conhecimento* surge como mais um elemento importante para constituir uma liderança. Segundo os assentados o líder religioso tem que ter conhecimento essencialmente da Bíblia, do estatuto da igreja e sobre assuntos que estão em debate na sociedade.

Já o *conhecimento* que o presidente da associação deve portar, não se opõe tanto ao conhecimento de um líder religioso. Assim como, o perfil deste agente não se distancia

do modelo que os assentados do assentamento Penuel construíram para o presidente da associação. Como podemos observar:

“O líder da associação tem que saber falar, ter conhecimento de vários assuntos – inclusive o agrário – e ser uma pessoa firmada na igreja. A pessoa tem que ser respeitada para ocupar a posição de líder na associação; *tem que ter um conhecimento profundo, sinceridade, conhecimento da Bíblia, humildade, passividade para agüentar afrontas*”.

(seu Cleber, membro da igreja Batista, 17/03/2004)

“Aqui (referindo-se ao assentamento) só tem um que ganha do João, é meu marido aqui (seu Anderson) e o irmão Carlos ali. Que aquele ali (referindo-se ao seu Carlos) eu posso, eu luto por ele, que além da igreja é muito capacitado. Mas eu também não sei se ele quer. (...) *O irmão Carlos é muito capacitado porque tem conhecimento, sabe falar, é da terra, é trabalhador, inteligente, homem sábio, é um homem de muito respeito. Aqui só tem esses dois para dirigir a associação, fora eles aqui eu não conheço mais ninguém para dirigir a associação.* O pessoal aqui vota quando também é da igreja. Se entrar o irmão Carlos e o Anderson, o seu João perde. Seu João vai perder a associação. Mas o meu marido não quer”.

(Dona Leila, membro da Igreja Assembléia de Deus do Ministério da Reconciliação, 10/03/2004)

O presidente da associação pode ter o conhecimento da Bíblia, porém o conhecimento primordial que deve possuir refere-se a assuntos que abordam o mundo rural.

O político também é uma liderança que precisa *ter conhecimento*. Mas segundo os informantes, inclusive seu João que é um homem político, tais atores *usam o conhecimento para roubar e enganar o povo*. Como aponta dona Leila:

“(...) Um vereador ele vai querer ganhar eleição pra quê? Para ter o dinheiro dele. Ele não vai ganhar eleição por causa dos seus ideais; ele não vai falar com o intuito de brigar com você e por você. Ele vai ganhar eleição para ele; ele está brigando pelo poder. *Ele fala para enganar o povo, não é para defender a classe. É para defender o lado dele.* Então, é por isso que eu não aceito as igrejas se meterem em política. Muitas igrejas não aceitam e estão certas de não aceitarem por causa da corrupção”.

(membro da igreja Assembléia de Deus, 10/03/2004).

Queremos também chamar atenção para outro aspecto, o fato de que na perspectiva dos assentados *o conhecimento* tem se materializado e tem sido avaliado através da oratória de cada ator social.

Primeiramente iremos montar um breve quadro sobre *a arte de saber falar* no contexto religioso.

Sobre esta arte, a comunidade religiosa que mais nos chama a atenção é a Igreja dos Testemunhas de Jeová. Esta denominação inclusive possui um culto onde os membros desenvolvem ou adquirem um dos atributos considerados mais importantes para um líder religioso, a arte de *falar ou de discursar bem*. Este culto chama-se *escola do ministério*, tal nome já indica que é uma espécie de treino para adquirir esta competência.

Este culto começa com uma oração e logo após os responsáveis pelo culto, o servo ministerial e o ancião (estes são os únicos líderes que poderão dirigir este culto), sorteiam os membros que irão fazer o “discurso”⁶⁰ para os demais membros. O servo ministerial e o ancião dão as instruções sobre o tema que deverá ser ministrado e ao longo do *discurso* avaliam o membro escolhido. Esse momento é esperado pelos fiéis com muita expectativa e ansiedade.

As outras congregações não possuem este culto, mas possuem a prática de dar oportunidades para que alguns membros preguem em determinados cultos com o

⁶⁰ . Que é chamado em outras igrejas, de pregação.

objetivo de *treinar* a prática da oratória, afinal: “*Para ser um pastor tem que ser aquele que sabe falar, que sabe pregar que nem o meu filho, né*”.(Lívia, membro da Igreja Assembléia de Deus, 23/04/2004)

Já na igreja Batista a preocupação em formar líderes religiosos com atributos, inclusive a boa oratória, fundamentou a existência de um curso para prepará-los.

Mas o *saber falar* não é uma competência que potencializa apenas fiéis a exercerem cargos no universo religioso. Este atributo configura um elemento importante para mapear e para definir lideranças em outros espaços sociais como em sindicatos de trabalhadores rurais⁶¹ e na associação do assentamento Penuel. Como aparece nos discursos dos assentados:

“(...) Para ser líder da associação tem que saber falar, discutir em uma reunião porque tem gente aí que nem sabe falar em uma reunião. Ele tem que saber. Se precisar ir para Brasília para resolver alguma coisa, ele tem que saber entrar em uma sala para discutir em uma reunião, um projeto. Tem que saber lançar um projeto, saber se ele vai dar certo também porque tem muita gente aí que às vezes sabe até lançar um projeto, mas não sabe se aquele projeto é certo para aquele tipo de terra que a gente tem. Então, é assim. O Charles nunca ganhou porque uma vez ele arranhou um comprador para o caminhão sem ninguém saber, então se a gente colocar poder na mão dele aí é que ele bagunça mesmo. É por isso que ninguém vota nele. Se o Charles se candidatar mil vezes eu não voto nele, porque os projetos dele é tudo diferente da gente. (...)” (Leandro, católico, 07/05/2004)

“Seu João é o presidente porque ele tem conhecimento sincero e profundo. Tem conhecimento em tudo. Ele fez curso agrário em Brasília. E antes dele ir para Brasília ele já tinha conhecimento em tudo. Ele quando vai para essas reuniões lá fora, a palavra dele tem validade

⁶¹ . Ver COMERFORD (1999)

porque ele sabe falar, tem hora certa de falar. Tudo que o pessoal fala, ele tem conhecimento, ele tem resposta”.

(Cleber, membro da Igreja Batista, 17/03/2004)

“O líder tem que saber falar, se não sabe não pode entrar porque não conhece. Tem que ter conhecimento daqui de dentro. E outra pessoa de fora não é aceita, tem que ser a pessoa da comunidade”.

(Dona Leila, membro da Igreja Assembléia de Deus do Ministério da Reconciliação, 10/03/2004)

Assim, podemos apontar que independente do campo que estiver em disputa (religioso ou político) o ator que será reconhecido como alguém suficientemente capaz de representar a categoria ou de se legitimar enquanto líder é aquele que dominar os códigos e assuntos específicos do campo que fazem parte. E, sobretudo com a capacidade de passá-los através da fala. Mas há algumas diferenças que marcam estes campos.

Na esfera religiosa o *saber falar* está associado à capacidade do indivíduo decodificar a linguagem mais espiritual deste universo, que é a Bíblia, e traduzi-la em um discurso capaz de vincular a linguagem simbólica a uma realidade do que se é vivido. O portador deste *saber* também terá a capacidade de alcançar e atrair as pessoas de “fora” da comunidade religiosa. Além destes significados a *fala* para os de “dentro” da comunidade religiosa é o instrumento para reafirmar alguns dogmas e para manter a coesão entre os membros das distintas *famílias religiosas*.

Já no espaço da associação a *arte de saber falar* é o veículo que possibilita a este grupo ser representado e reconhecido para além dos limites de seu próprio campo, assim como, fazer conhecer os seus interesses enquanto grupo. Além, destas questões o *saber falar* não só os colocam na condição de letrados, mas também atribui a quem fala competências para negociar com representantes de Estado.

Mas há dois atores sociais, seu Leandro e seu Henrique, que atribuem outros significados para quem *sabe falar*:

“O seu João sempre ganha porque ele tem mais talento para discutir alguma coisa lá fora, parece que ele nasceu para aquilo. Ele consegue enrolar qualquer um na conversa. Às vezes, ele diz ‘eu vou entrar’, e o cara está dizendo ‘não pode’, e ele ‘Não! Eu vou entrar’. Ele consegue enrolar o cara ali e acaba entrando mesmo. Ele tem talento mesmo, parece que ele nasceu pra isso. E os outros não tem talento para chegar e fazer o que ele faz. Então, o pessoal sempre escolhe ele por causa disso. Ele sempre fala ‘eu vou correr atrás disso’, e ele corre atrás e dá certo. E aí passa ano e entra ano e, ele diz : ‘Eu não falei para vocês que eu conseguia’. Porque ele não desiste não”.

(Seu Leandro, católico, 07/05/2004)

“O João ganha sempre as eleições porque ele fala como político, faz campanha como político”.

(Seu Henrique, católico, 17/03/2004)

Na perspectiva de seu Leandro o significado atribuído à pessoa que sabe falar não está associado à condição de portador de conhecimento, mas refere-se a valores associados à malandragem.

O discurso de seu Henrique aponta para um modo de falar que suscita desconfiança, pois é uma fala que “pode ser usada com a intenção de iludir e seduzir o ouvinte, passando a ser entendido como um discurso para ganhar voto” (COMERFORD, 1999).

Os valores que foram acoplados, por seu Leandro e seu Henrique, a quem possui a competência de *falar bem* destoa do significado que é atribuído ao ator do universo religioso que possui tal qualidade oratória. A este presume uma fala que expressa a verdade e que mesmo tendo a competência para iludir não o faz. Este atributo é um dos elementos que legitima o pastor Marinaldo diante de seus membros, inclusive sob a avaliação de seu Pedro:

“O pastor Marinaldo é um homem que sabe falar, tem o dom para falar, prega a palavra (referindo-se a Bíblia) como ela é. Não é como muitos aí, que distorce a palavra de Deus para se beneficiar. É por isso que tem um monte de ovelhas (evangélicos) quebradas por aí”.

(membro da Assembléia de Deus, 28/05/2004)

Desta forma quem é considerado como *aquela que sabe falar* possui um poder que o coloca em uma posição ambígua. Pois, passa a ser percebido como alguém cuja fala pode expressar a verdade e o seu conhecimento – que é um veículo que o classifica como representante de uma categoria – ou, em contrapartida, pode ser nomeado como aquele que ilude o ouvinte.

Esta ambigüidade coloca constantemente quem possui “o poder de saber falar” em uma área de risco, pois a fala pública pode consolidar ou desconstruir o prestígio ou a reputação de quem fala (COMERFORD, 1999). É em meio a esta tensão que a imagem de seu João (ator que *sabe falar* como pastor da igreja Pentecostal Unidos do Brasil, como presidente da associação e como político) se constrói como líder e se refaz continuamente.

—

v. Constituindo uma liderança por relações de trocas

“Muita gente não gosta de seu João como líder da associação, porém, não sei o que o João tem que mesmo assim as pessoas continuam votando nele. Eu acho que é porque ele faz igual político. Sabe! Promete, promete. E o pessoal acredita. É igual a político. Ele vai em casa em casa.”

(Seu Henrique, católico, 17/03/2004)

Discurso como este e de seu Cleber: “*Acho que todo mundo vota no João né, porque ele só ganha. O João só ganha*”, ouvi inúmeras vezes. Mas estranhava o fato de seu João ocupar o cargo de liderança da associação por 16 anos (nos últimos quatro anos tem ocupado o cargo de maneira ininterrupta) e ser tão questionado enquanto presidente deste grupo.

No decorrer do trabalho de campo foi possível observar que a duradoura liderança de seu João não era simplesmente porque “*ele faz igual político sabe, promete, promete*” ou por ser “*igual político, vai em casa em casa*”, mas pela existência de outros elementos que o afirmavam como líder da associação. Esses elementos começaram a ficar mais nítidos nas reuniões regionais dos assentamentos.

Estas reuniões ocorrem de dois em dois meses e são realizadas nas sedes de associações de diferentes assentamentos do Rio de Janeiro. O público destas reuniões é constituído por lideranças de cada assentamento. Tendo como objetivo discutir assuntos sob reforma agrária, produção, infra-estrutura, enfim, problemas vividos nos assentamentos que foram desapropriados pelo INCRA e pelo Estado. Estes debates são registrados em ata para serem discutidos com a governadora do Estado do Rio e com representantes do INCRA.

Nestas reuniões regionais seu João tem sido o ator que define o tipo de ata que deverá ser enviada, como também é a pessoa que explica como os demais líderes dos assentamentos devem proceder diante de seus problemas do cotidiano.

Seu João além de explicar aos demais assentados o que deve ser feito, também sempre se dispõe a fazer “favores”. Tais favores beneficiam os assentados do assentamento Penuel, mas também se estende a outros assentamentos. Geralmente estes favores concentram-se em atividades como levar e pegar no banco documentos sobre o processo de cada proprietário, verificar o andamento dos processos referentes às dívidas de empréstimos e projetos, e emprestar produtos agrícolas para que o vizinho complete a encomenda que lhe foi feita.

Em algumas reuniões regionais presenciei seu João entregando documentos de natureza bancária para alguns assentados assinarem. Como observava este procedimento, seu João prontamente me informava que tinha feito alguns favores. Mas quando estava distante dos favorecidos fazia reclamações do tipo:

“Sempre faço favor. Qualquer dia os assentados vão querer que eu assine os documentos por eles”.

(Seu João, Reunião Regional, 01/05/2004)

O cenário não foi diferente na reunião que ocorreu no assentamento de Pedra Lisa. Seu João ao entregar um documento para o seu Salvador, informou-o sobre a necessidade de ir ao banco e de como deveria proceder. Quando este relata que iria ao banco na quarta-feira, seu João faz a seguinte proposta: *‘Se você quiser eu vou lá na segunda-feira e posso fazer esse favor para você’*. Seu Salvador imediatamente responde: *‘Ah! Então, vai lá fazer este favor para mim. Obrigado João’*. Quando este vai embora seu João mais uma vez me falou: *“O pessoal aqui é assim não vem na reunião e eu fico fazendo favor. Não vou fazer mais não”*.

Favores como estes são realizados de forma individualizada ou paternalista. Como um exemplo, podemos citar as idas de seu João na casa de dona Andressa cujo objetivo era oferecer as mesmas explicações que dera para seu Salvador. Dona Andressa também o procurava para que este realizasse alguns favores.

Para dona Andressa e outros assentados seu *João é o único que anda* para ver as pendências burocráticas que alguns assentados possuem e para *lutar por financiamento* possibilitando o desenvolvimento de alguns projetos. Dona Andressa endossa seu discurso da seguinte forma:

“Como ele é o único que faz estas coisas pela gente, às vezes, damos algum dinheirinho para ajudá-lo a fazer algum lanche quando sai para fazer alguns favores, serviços”.

(desviada da Igreja Assembléia de Deus, 05/05/2004)

Tais “favores” não só reagrupam relações de amizade entre os assentados como também estabelece lideranças. Pois, seu João não é percebido tão somente como o único que faz favores, mas também como *um bom vizinho; um vizinho que se pode contar*.

Observamos que os laços de amizade construídos através de “favores” geram e atribuem prestígios a quem faz o favor. Logo, este tipo de amizade sempre estará sendo testado por intermédio de favores e sendo construídos por interesses que definem o grau destas amizades (PITT-RIVERS, 1992).

Podemos apontar que a liderança da associação tem sido constituída por meio de favores, que favorecem tanto atores evangélicos como os que se autodenomiram não

evangélicos. Além deste fator, as formas de trocas e de favores contribuem para evidenciar quem são os aliados e quem são os inimigos políticos (SHALINS, 1972). E será em época de eleições à presidência da associação que as alianças ou a reciprocidade equilibrada se tornará mais evidente. Esta reciprocidade não só se torna mais visível ao marcar interesses entre o candidato e seus eleitores, mas se estabelece na noção de que haverá um tempo em que os favorecidos irão retribuir os favores em forma de voto.

Esta dinâmica sinaliza que os “favores” nesta comunidade não possuem um sentido econômico (LEFORT, 1979; MAUSS, 1974; GODBOUT, 1999), indicando que este grupo social cria as suas regras, se organiza e se distribui por meio de princípios como os da amizade; e não por uma dinâmica essencialmente de mercado financeiro.

De forma geral os inúmeros “favores” que foram relatados e presenciados parecem compor mais um dos elementos que legitimam seu João como o líder da associação e como líder diante das demais lideranças, tendo em vista que a maioria dos entrevistados questionava algumas atitudes de seu João. Mas “estranhamente” após demonstrarem descontentamento com seu João diziam que não sabiam o motivo deste ator ganhar seguidamente as eleições, mantendo-se tanto tempo em um cargo político.

Ressaltamos que os atores que reclamavam deste agente eram os mesmos que diziam votar em seu João. Por outro lado, afirmavam que *“ele é o único que sabe falar, que tem conhecimento, que sabe se comportar diante do INCRA, que entende os processos que são enviados para o banco e é o único que sai do assentamento para lutar por todos”*. E poderíamos acrescentar que de todas as lideranças, este é o único que faz favores.

Entretanto, na medida que seu João sempre se dispõe a fazer “favores” os outros assentados cada vez mais só circulam dentro do assentamento, não discutem os seus problemas com agentes de “fora” do assentamento. Ou seja, não aprendem como “fazer”. E, o “saber” fica monopolizado nas mãos deste ator. Contribuindo assim, para que este seja sempre considerado *o único* que terá as qualidades citadas acima.

“Ser o único que sabe fazer” está associado à noção de que é *o único que tem tempo para isso*. Como apareceu em vários discursos semelhantes ao de seu Alzir:

“Ah! O seu João tem tempo para isso (referindo-se a questões burocráticas a serem resolvidas no banco). Eu não tenho, eu cuido do meu lote. Já o seu João deixa o seu lote para ver os problemas no banco, etc”.

(membro da igreja Adventista do Sétimo Dia, 16/04/2004)

Podemos dizer que o “tempo livre” que seu João dispõe para resolver os problemas de cada assentado e para realizar os inúmeros “favores” tem sido o elemento fundamental na hora dos assentados votarem neste agente para assumir a liderança da associação.

Esta dinâmica nos oferece instrumentos para argumentarmos que o ato de “votar em seu João” seria uma forma de reconhecer o capital simbólico que ele adquiriu durante esse processo, “dar o seu tempo” e “fazer favores”.

Se a liderança da associação tem se constituído, sem conflitos, por meio de trocas e favores, isto não se repete quando trata-se de políticos. Para os informantes o político que usar o mesmo mecanismo, o de trocas e favores, será um homem de má reputação e que não merece credibilidade.

Alguns evangélicos chegam a sugerir que se um político fizer alguma obra na igreja deve fazer na condição de *irmão em Cristo* e não na posição que ocupa, a de político. Isto significa que qualquer benfeitoria realizada na igreja, como obras no templo, deve ser feita através de seu dízimo ou de sua oferta. Pois, para estes assentados o político não deve utilizar-se de um recurso público para obras da igreja. E se o fizer estará “roubando” o que é público:

"Quando Deus falou assim 'Dá a Deus o que é de Deus e a César o que é de César (era o governador)'. César é o quê? É o tributo, o imposto. E Deus é o quê? É a fé. Então, quer dizer dá a Deus o que é de Deus; e a César o que é de César. E dá a Deus também o dinheiro que é para a obra de Deus porque tudo depende de dinheiro. Você dá o Dízimo é para quê? Para obra; é para socorrer as necessidades da igreja; socorrer as necessidades das viúvas. (...) Mas hoje em dia não se procura mais

viúva, mais ninguém. (...) *Eu acho que um político pode ajudar a igreja, mas não tirando dinheiro do povo, tem que ser dinheiro dele que é o dízimo dele. Mas tirar do povo e dar para igreja tá errado, está roubando do mesmo jeito. Se for ajudar a igreja tem que ser o dinheiro próprio e não tirando dinheiro do governo porque aí está fazendo parte da corrupção. (...) O povo precisa de uma boa estrada para andar, uma boa escola para se educar, de uma boa condução para se transportar e isso também parte da política. Então, se tira dinheiro disso e bota na igreja o povo vai ficar em falta e Deus não gosta disso. Então, dá a César o que é de César e a Deus o que é de Deus*".

(Seu Ilson, foi membro da igreja Batista, Adventista do Sétimo Dia, e atualmente é membro da igreja Assembléia de Deus, 14/05/2004)

Esta questão não só aponta para um discurso que desaprova favores (no caso obras em templos religiosos) em troca de voto, mas também escreve que neste contexto social os evangélicos não resumem a política à prática “de se fazer obras”. Desta forma, estes evangélicos ampliam o significado do que venha ser política.

Para alguns assentados o novo significado atribuído à política eleitoral e à política interna do assentamento passa ser a cidadania e a luta pela igualdade. E de forma unânime o esforço por esta igualdade tem sido expressa pelo movimento da luta pela terra.

Se este novo significado parece ampliar a visão dos evangélicos sobre política, por outro lado, pode trazer mais tensões ou minimizar as que já se configuram no processo de aproximação da igreja com a política.

As tensões podem aumentar na medida que o novo significado dado à política colocar em questionamento os discursos ou os esforços para cristalizar a noção de que igreja e política são esferas que devem manter-se separadas.

Em contrapartida, a nova percepção sob a política pode minimizar as tensões que se estabelecem no processo de “aproximação” entre o universo político e o religioso por ser bem similar a um dos postulados da fé cristã, a igualdade entre os homens. Fato que a distancia da noção de ser um movimento profano.

vi. Religião e política: esferas que são opostas ou que se complementam?

“Eu acho que o meu envolvimento na igreja me ajudou na política. Mas ajudou muito, mesmo. Eu acho que o meu desenvolvimento na luta política nasceu através da igreja. A minha visão abriu um pouco mais depois que eu estava na igreja porque aí eu comecei a ter uma capacitação, entendeu, tanto evangélica quanto política. Abriu muito essa situação na igreja para mim. Além dos cursos que eu fiz, o meu entendimento dentro disso aí foi muito grande porque abre um horizonte muito grande dentro de sua cabeça. Você aprende muito, aprende muito”. (Seu João, 30/01/04)

Se no início deste capítulo observamos que as práticas políticas de evangélicos suscitavam tensões no próprio universo religioso, ao longo do mesmo constatamos que a relação entre religião e política não é marcada tão somente por tensões.

Para tanto foi necessário entendermos o que traduzia a fala de seu João, acima, como também as declarações de outros evangélicos (exceto seu Ricardo) que se autodenominavam analfabetos antes de se converterem ao cristianismo. Realidade que nos levou a considerar que determinados atributos começavam a ser adquiridos ou acumulados no momento em que a igreja se preocupava em qualificar fiéis para assumirem cargos de liderança e para vivenciarem as próprias práticas religiosas – leitura bíblica e pregação do evangelho – que necessitam do *saber falar*.

O fato é que todo este processo, que tem uma origem no universo religioso e com fins para atender as necessidades que emergem neste espaço, acaba contribuindo para que os fiéis sejam portadores de competências e capitais simbólicos que os possibilitam a se inserirem no campo político. Sem os quais, não se legitimariam neste campo.

NOVAES (1985) já atentava para a ação dos grupos pentecostais ao apontar que os trabalhos religiosos destes grupos, mesmo sendo *‘apolíticos’*⁶², contém elementos que

⁶². A autora faz uma ressalva ao se utilizar deste termo descrevendo: “se é possível dizer que são *apolíticos*.”

podem ser apropriados politicamente: *"organiza os pobres, rompe com determinadas inibições, e forma lideranças"*.

Com estas reflexões podemos indicar que esses atores evangélicos não estão entrando no campo político como “figuras vazias” – sem conhecimento, sem competências que são próprias de um líder. Pensar tais atores como “figuras vazias” seria acreditar que os evangélicos estão entrando no campo político para aprenderem, tão somente, o jeito de se fazer política brasileira. E isso seria ignorar o empréstimo que há entre os diferentes campos e os possíveis interesses dos partidos em “abrirem” espaços para a inserção destes novos atores no universo político. Alguns desses possíveis interesses podem estar associados à capacidade de líderes religiosos reunirem um contingente enorme de pessoas para ouvirem um discurso. Capacidade que o povo evangélico possui como já observamos em eventos públicos ou em cultos evangélicos realizados no estádio do maracanã (que tem sido nos últimos anos uma prática da Igreja Assembléia de Deus). Acredito que um líder político com esta competência pode atrair um contingente eleitoral, como pode somar um número de votos significativos para o candidato ou para seu partido.

—

CAPÍTULO IV

A BÍBLIA E A POLÍTICA

i. As Diferentes leituras da Bíblia...

“Eles (referindo-se aos cristãos que aceitam o envolvimento de evangélicos na política) usam versículos para apoiá-los. E a Bíblia é um livro que não se esgota, é de uma profundidade que você encontra respaldo para tudo. Você vai ler um versículo e vai encontrar uma coisa e, eu vou ler encontro outra coisa. É de uma profundidade, é um livrinho inesgotável a Bíblia. Então, eles encontram respaldo para tudo. Mas o que eu acho? Acho que se um elemento for principalmente um pastor, um presbítero, em fim um líder da igreja ele não deve se envolver com a política”.
(Seu Carlos, 02/04/2004)

Podemos indicar que neste assentamento a ação do homem religioso na política não tem sido impulsionada apenas pelo interesse de fazer política, mas está sendo fundamentada por uma leitura bíblica. Esse fato pode gerar um olhar político comprometido com uma política-religiosa e não apenas com uma política partidária. Olhar que se constitui justamente por nascer a partir dos dogmas religiosos. Desta forma, a ação do homem religioso no campo político pode ganhar respaldos na comunidade religiosa. Mas esta aprovação só será possível se os evangélicos “entrarem” na política *no sentido de Deus* como aponta o assentado:

“(…). Na segunda vez que me candidatei o pastor fez uma outra reunião, aí chamou o pastor da matriz. Aí, ele falou (referindo-se ao pastor da igreja matriz): *‘Quando José do Egito foi um prisioneiro do rei, o rei fez ele o quê? Governador. Foi o primeiro ministro do governo, então, qual é o problema de você ser candidato?’*. Eu falo por que não? Se Jesus foi um dos maiores políticos. Jesus foi, como se fala? Foi um comunista. Depois ele falou: *‘Esse mundo ainda tinha que ser dominado por um*

homem de Deus'. E que os grandes homens de Deus entravam no poder com a permissão do Senhor. Agora, se virasse (no sentido de que se deixasse de ser cristão, se fosse para o outro lado – o profano) era outro problema. Mas que Deus apóia, quer dizer a autoridade constituída Deus apóia. Agora, se tivesse que fazer bagunça é outro problema. Por exemplo, nós tínhamos 39 deputados federais lá dentro. Quer dizer, tinham 39 deputados evangélicos. Quando se elegeram, entraram pra lá. Dois anos de mandato só tinham dois, o resto tudo se bambearam. Isso endoida com o poder. *Então, é uma prova que as pessoas entram para lá (na política) não com sentido de Deus, mas entra com sentido no poder*". (Seu João, membro da Igreja Pentecostal Unidos do Brasil, 25/02/2004)

Assim como, este pastor utilizou-se da Bíblia para respaldar o envolvimento de um evangélico com a política alguns assentados também tomam o mesmo recurso para se distanciarem da noção de que os grupos religiosos são passivos na ação política.

Mas há outros assentados, que nunca se envolveram com política eleitoral, que também se apropriam do mesmo instrumento para reprovar tal ação, como seu Ricardo: *"Religião e política não se pode misturar. Tem que seguir a Bíblia. Me mostra aonde está escrito que podemos misturar política com igreja? Isso não está escrito na Bíblia."* (membro da igreja Batista, 25/02/2004)

Desencontros como estes nos trazem uma contribuição de caráter metodológico. Apontando, assim, que para entendermos a relação entre religião e política neste assentamento seria necessário observarmos outras questões, como por exemplo, os motivos que levam estes atores atribuírem à Bíblia diferentes leituras (que são capazes de legitimar ou não a aproximação entre estes dois mundos) e a necessidade de mapearmos a posição que estes evangélicos ocupam nas igrejas e no espaço político. E porque não dizer, mapearmos as posições que ocupam no próprio assentamento.

Assim, chamamos a atenção para a posição que estes atores – seu Ricardo e seu João – ocupam no assentamento, a de vizinhos. Tal relação é configurada por conflitos que se originaram a partir das práticas políticas vivenciadas na associação do assentamento. Este conflito parece moldar o discurso que seu Ricardo elaborou sobre o

envolvimento do homem de Deus com a política. Tal argumento pareceu ser ambíguo, pois ao conversamos sobre a participação de líderes evangélicos na política como o pastor Fanine, seu Ricardo enaltece tal envolvimento. Mas ao falarmos da ação política de seu João enquanto líder da associação do assentamento e candidato a vereador, o mesmo utiliza-se do instrumento mais sagrado, a Bíblia, para reprovar o envolvimento de *homens de Deus* na política. Não o de todos, mas em particular o de seu vizinho.

Por outro lado, a própria trajetória política de cada ator social já indica a leitura bíblica que terão sobre o envolvimento de um *homem de Deus* com a política como acontece com seu João e seu Ricardo. Pois, se a trajetória de seu João o faz ser percebido por todos os agentes como um homem político, a de seu Ricardo não lhe atribui esta imagem. Assim, diferentes leituras podem ser dadas aos textos bíblicos a partir das posições que os atores sociais ocupam em diferentes espaços. A possibilidade de extrair diferentes leituras de textos bíblicos foi revelada por seu Carlos como aparece na epígrafe.

Se há diferentes leituras sobre o envolvimento do *homem de Deus* nas eleições e em cargos políticos da associação do assentamento, o mesmo não tem ocorrido quando se trata do envolvimento deste agente com a luta pela terra. Neste aspecto todos os assentados evangélicos usam textos bíblicos para respaldar as suas ações neste “movimento social”. É exatamente desta forma, como *um movimento* ou *luta social*, que os assentados percebem a luta pela terra. Tais termos são usados e reafirmados na expectativa de negarem que a luta pela terra é um movimento político. E uma vez defendida esta idéia, reduz-se a chance de surgirem tensões a partir dos próprios dogmas religiosos. Os discursos abaixo revelam as semelhantes leituras bíblicas que os atores construíram sobre a ação do *homem de Deus* neste movimento:

“A luta pela Terra a igreja apóia porque a terra é nossa. A luta pela terra vem desde o princípio, Deus quando tirou o povo do Egito eles saíram de lá para uma terra que mana leite e mel. Eles iam viver nesta terra, então, lá onde eles estavam não era a terra deles. Eles estavam em uma terra que não era deles, eles estavam em uma terra estranha e eram escravos, eles foram libertos. Eles foram libertados dela e Deus fez uma promessa a

eles que iria dar uma terra que mana leite e mel. E essa terra que mana leite e mel não é essa terra aqui não. Essa terra vai manar leite e mel depois de ser transformada e purificada. E está próximo de vir. (...)”

(Rafael, membro da igreja Adventista do Sétimo Dia, 12/05/2004)

“Quando Deus botou o homem na terra foi para viver da terra, da erva do campo (...) Você vê no livro de Isaías 58 quando os ressurretos voltarem na terra após o julgamento no céu, então, nós voltaremos para a terra e vamos ter a nossa vinha. O que é uma vinha? Um sitiozinho, uma fazendinha. A palavra diz que muitos são chamados e poucos escolhidos. A palavra de Deus continua do mesmo jeito (...)” [este assentado associa a vinha descrita na Bíblia ao seu lote no assentamento]

(Seu Alzir, membro da igreja Assembléia de Deus, 16/04/2004)

“A igreja evangélica deveria apoiar a luta pela terra porque esse é o papel da igreja, o de lutar pelo povo. Vê Moisés, foi um homem que era um lutador”.

(dona Leila, membro da Igreja Assembléia de Deus da Restauração, 10/02/2004)

“Quando falam de igreja e política para mim eu falo: Quando aquele povo estava no Egito foram para onde? Foram para Canaã. O que era Canaã, aquela terra? Era posse. Quando na Bíblia fala de Abraão e Ló, fala sobre o quê? Um foi para uma terra e outro disse: se você for para lá, eu vou para cá. Um disse se você for para a esquerda, eu vou para a direita. Então, aquelas terras eram o quê? Era posse”.

(Seu João, membro da igreja Pentecostal Unidos do Brasil, 02/03/2004)

Mas além destes discursos, há outros que acrescentaram um elemento novo para esta reflexão como podemos observar:

“Sobre a Luta pela Terra os irmãos sempre aconselham ‘será que vai prejudicar o seu lado espiritual?’. Eles visam muito isso né. (...) Eu conversei com um irmão da minha congregação sobre isso, aí ele falou, só que ele não é ancião: ‘Ah! Chama um ancião e conversa porque eu não sei não esse negócio de invadir terra dos outros e tal’. Aí, eu cheguei para ele e falei: ‘A gente não vai invadir terra dos outros – a gente tá acampado ali na terra que a gente tá querendo – o dono não paga imposto, não tem nada plantado, é toda improdutiva e É LEI. Uma LEI DE 1982. Não lembro qual o número, um artigo lá fala que ‘toda terra que tiver sendo improdutiva deve ser usada para meios sociais’. Então, não está errado, é lei. Está debaixo da lei, se a terra não está sendo usada tem que ser dividida. Então, foi isso que eu falei para ele. Também falei que a gente só vai entrar na fazenda depois que o INCRA vistoriar e liberar. Então, o quê que tem de errado? Se está tudo dentro da lei. (...) Passou na televisão que era invasão, mas eu não estava invadindo, eu estava debaixo da lei. *Eu também não era do MST, porque o movimento é um movimento político*, mas eu não estava me envolvendo com ele. Se fosse do MST, *se eu tivesse que entrar no MST aí eu não iria entrar porque ele é um movimento político*. (...) *Se não tivesse na lei eu também não entraria (invadir) porque eu como cristã eu não poderia ser baderneira*. Agora não! Isso é lei, um direito meu, seu, de qualquer pessoa. As pessoas falam que é invasão de terra, não é invasão de terra. Isso é lei”.

(Vilma, membro da Igreja dos Testemunhas de Jeová, 05/05/2004)

Uma leitura semelhante a esta foi elaborada por seu Cleber ao ser questionado pelos membros de sua igreja quando tiveram conhecimento de que estava se envolvendo com a luta pela terra. Como todos os membros desaprovavam a concreta idéia de ter “*evangélicos invadindo terras*” foi necessário que o pastor realizasse várias reuniões na igreja para se discutir esta complexa adesão, igreja e política (no caso, a luta pela terra).

Nestas reuniões seu Cleber e sua esposa também se apropriaram da Bíblia como sendo um instrumento que validava as suas ações⁶³. Porém, a principal argumentação para que a moral destes atores não continuasse sendo questionada perante a comunidade religiosa foi a do pastor. Este ao defender tal adesão enfatizou que a posse pela terra era uma ação legalizada por existir uma lei aprovando-a.

Portanto, o elemento que parece ser novo é a leitura de que a apropriação da terra constitui uma lei civil. Neste caso, a adesão que outrora criava tensão no universo religioso agora poderia ser um movimento aceitável. Essa possibilidade só se consolida na medida que a lei civil recebe um significado semelhante à *lei divina*⁶⁴. Os mandamentos bíblicos ao receberem a característica de “lei” fazem deste instrumento algo inquestionável. E se a *lei divina* possui padrões morais e ações a serem seguidas, a lei civil também passa ser um modelo a ser seguido e inquestionável. Logo, estar enquadrado nas leis – divinas e civis – não coloca em jogo a imagem ou a reputação do homem de Deus, mas só a reafirma.

Por outro lado, se a lei civil não respaldasse a “*invasão*” ou a *apropriação de terras*, os evangélicos poderiam ser enquadrados como *baderneiros*, *desobedientes*, ou *rebeldes* por estarem agindo contra a *lei divina* e contra a lei instituída pela sociedade, podendo *manchar* a representação destes atores evangélicos enquanto homens de Deus. Por este motivo, surge algumas condições para que um evangélico participe da luta pela terra:

“Eu acho que o crente pode entrar, mas só não pode entrar em choque. Eu acho que pode, mas tem que ser uma coisa pacífica. Mas essas coisas de violência como estão fazendo eu não sou a favor não (...). Veja na terra prometida que o próprio Deus mandou ‘fulano vai na terra que eu vos mandar’. Moisés foi com Abraão, falou com Ló que até a mulher dele virou estátua de sal. Deus não mandou que ele saísse de Sodoma e

63 . “(...) de primeiro Deus mesmo permitia tomar terra dos outros. Não é mesmo? Você sabe disso? (referindo-se a pesquisadora) Então, lá perto de Canaã. Então, lá, por exemplo, quando Deus chegou lá quantas nações Deus desapropriou lá? Acho que foram 5 nações que desapropriou para colocar o povo. Então, o pessoal antigamente dizia “terra não se vende”. Mas o próprio Abraão comprou terra lá em Sequim, aonde enterrou a mulher dele (...)”.(Seu Cleber, membro da igreja Batista, 17/03/2005)

64 . Também chamada pelos nativos de *lei de Deus*, *mandamentos bíblicos*, ou *lei bíblica*.

Gomorra, mas não destinou para onde eles iriam. Então, isso é bíblico. Quem era o dono da terra? Deus não colocou donos de terra na face da terra, não! A única coisa que Ele falou lá foi: ‘Crescei e multiplicai, enchei-vos’. Ele não deu donos de terra. Mas agora não, hoje os donos da terra são os sabichões”.

(Seu Ilson, já foi membro da Igreja Batista, da igreja Adventista e atualmente está na Assembléia de Deus, 23/05/2004)

“(...) quando nós entramos na terra o nosso presbítero não queria que a gente entrasse não. Aí, meu esposo falou com ele (o presbítero) se a terra foi Deus que deu para o homem como que ele queria impedir que a gente entrasse na terra. *Naquela época quando nós entramos pra cá foi muito bom. Mas hoje em dia eu como evangélica não entraria mais para esse negócio de sem-terra por causa da baderna.* Hoje em dia eles não querem mais terra pra trabalhar, eles querem é para fazer baderna. Tiro por aqui, aqui se tem 50 lotes não tem três trabalhando; é tudo mato (...). O pastor dizia que a invasão pela terra era roubo, porque a gente não era dono e por isso que evangélico não poderia participar da terra. Hoje eu não aprovo não. Não aprovo porque a maioria quer baderna”.

(dona Lívia, membro da Igreja Assembléia de Deus, 24/03/2004)

Tais condições como “*não entrar em choque*” ou “*ser mais pacíficos*” na luta pela terra não só afasta esse movimento da imagem que o associa a conflitos e a badernas – noção que o classifica como profano – como também, indica que será uma ação que não confrontará com as leis civis.

Pode-se concluir que a obediência à lei bíblica e a lei civil é um passo fundamental para legitimar ou não a entrada do homem religioso no campo político. Neste contexto as leis bíblica e civil parecem carregar a idéia de que *lá está escrito*. Noção que pode estar associada ao fato de ambas possuírem o poder da “palavra” escrita, dando a esta escrita sentido de algo consagrador.

No capítulo anterior vimos a noção do sagrado e do profano associada à idéia de integridade moral do *homem de Deus*. Mas agora a proposta é pensar este par de oposição a partir da noção de “templo” (chamado também pelos nativos de *tabernáculo* ou *casa de Deus*).

A primeira noção do que se entende como *templo* é fundamentada no seguinte versículo: “Não sabeis vós que sois santuários⁶⁵ de Deus, e que o Espírito de Deus habita em vós?” (1 Co. 3:16). A partir deste parâmetro surgiram diversos discursos que associavam o adepto à figura de *templo do Senhor*, como relata seu Pedro:

“(...) É o Espírito que está dentro de você é que tem que coordenar você, para você não fazer as coisas que não deve, as coisas que prejudica a igreja do Senhor. Então, é visando isso que você não fuma, não bebe porque *você é igreja do Senhor. E se você é igreja do Senhor, você é templo do Senhor você não pode praticar coisas erradas, não pode se envolver com política*”.

(membro da Assembléia de Deus, 07/06/2004)

Com este olhar a estrutura física da igreja, o templo, não surge essencialmente como o lugar do sagrado, mas sim como um ambiente para ouvir a palavra de Deus através dos pastores; para congregar com *irmãos da mesma fé*; para receber orientações bíblicas que acabam se estendendo a outras esferas como a familiar, profissional e política. E também é um espaço para consolidar os laços entre os membros da *família religiosa*.

Além destes significados agregados ao *templo* ou a *Casa de Deus*, há outros que estão sendo negociados. Estes nos fazem lembrar a reflexão que BOURDIEU (1995) construiu sobre a Casa Cabila. Tal reflexão é um estudo etnográfico onde procurou-se investigar, entre outras questões, o par de oposição feminino e masculino observando a organização espacial da Casa Cabila no plano físico e simbólico.

⁶⁵ . Chamamos a atenção que no universo evangélico o termo “santuário” é sinônimo de templo.

Com este trabalho observamos que uma estrutura física pode revelar muito mais do que apenas posições de objetos ou de indivíduos. A mesma pode indicar que a organização espacial de um determinado lugar pode demarcar a existência de relações hierárquicas. Portanto, a maneira que o autor descortinou cada cômodo nos trouxe pistas para entendermos a organização do espaço que estamos dando ênfase neste capítulo, *a casa de Deus*.

Como a *casa de Deus* é uma estrutura bem ampla, iremos nos ater apenas ao espaço que está sendo colocado em questão pelos informantes, o templo. Ressaltamos que este não é o mesmo *templo* abordado anteriormente por seu Pedro (que fez associação ao corpo do adepto). O *templo* que iremos agora retratar, refere-se a própria estrutura física da igreja. Salientamos que esta junção foi muito enfatizada quando o assunto era “política e igreja”.

Nesta perspectiva, o *templo* não é meramente um lugar para reunir membros como chamamos atenção anteriormente. Mas é o lugar mais importante da igreja, por ser o ambiente onde ocorrem os cultos. Em outras palavras, é o lugar da intimidade com Deus, o lugar onde se vivencia experiências com o divino.

Os valores morais que marcam este espaço são inversos aos que marcam o espaço de fora. A relação “de fora” e “de dentro” é formulada pela própria estrutura física, ou seja, as paredes. Estas exprimem a noção de fronteira e de limites. Logo, o que estiver entre as paredes recebe o significado de sagrado e o que estiver fora será o profano. Pode-se dizer que esta estrutura protege tudo que está dentro do templo.

Neste olhar o *templo*, a estrutura física, passa a ser o lugar sagrado. E nele encontra-se o púlpito – que é o espaço mais sagrado de todo templo – e o salão, que é um espaço maior onde os membros se acomodam para participarem dos cultos, das reuniões ou das plenárias (abordadas no segundo capítulo). Ambos são separados por pequenos degraus.

Os atores que podem circular no púlpito são os pastores, presbíteros e os músicos. Estes descem do púlpito e dirigem-se para os assentos do salão após o término do louvor, os demais permanecem no púlpito.

Já o salão é o espaço onde os membros e os diáconos podem circular. De forma mais precisa os membros ficam sentados em seus lugares e os diáconos ficam em pé

durante o culto, nas extremidades das paredes do salão. Esta posição facilita o desenvolver das funções que exercem na igreja: de vigiarem tudo que ocorre no templo; auxiliar o pastor durante o culto; receber e orientar as pessoas que entram no templo, apontando os lugares que devem ocupar – protegendo, assim, o púlpito – ou oferecendo, se necessário, informações aos adeptos.

Os atores que ficam no púlpito têm uma visão privilegiada de todo o templo por estarem posicionados em frente à entrada do mesmo. Tal posição os permite observar tudo que entra neste espaço. Se for o caso, pode até impedir a entrada de algo com poder de contaminar o espaço mais sagrado ou de introduzir neste espaço conflitos.

Salientamos que a *casa de Deus* é um lugar onde todos podem entrar. Porém, o púlpito é um espaço digamos “mais seletivo”, por ser considerado o lugar mais sagrado. E por este motivo deve-se mantê-lo imaculado e protegido contra qualquer risco de contaminação ou de desordem.

Ora, se tudo que pertence à política é entendido como profano, deve-se então proteger a *Casa de Deus* deste movimento para não ser contaminada. É a partir desta noção que surge a idéia de que *o templo e o púlpito não são lugares de política*:

“Púlpito não é lugar de política, é coisa séria (...)”. (Pedro, membro da Assembléia de Deus, 07/06/2004)

“Não pode fazer campanha na igreja porque a igreja é para pregar o evangelho, é parte espiritual, não é pra pregar política não. Acho que se quiser falar de política vai na sua casa, mas na igreja não. Subir no púlpito para falar de política não! A igreja é separada. Acho que não é qualquer um que deve subir no púlpito não, porque ali é parte espiritual. Não é qualquer um que vai subir lá, vai subir um bicho corrupto lá para falar de bobagem (referindo-se aos políticos) em cima do púlpito. Teve uma vez que eu falei com o pastor: ‘O púlpito não é lugar para ficar subindo político’. Falei isso porque de vez enquanto subiam uns políticos lá, porque tinha um vereador que era membro de nossa igreja.

Ele falou: ‘Não fala em política não. Eu não quero mistura de evangélico com política’”.

(Seu Ilson, foi membro da igreja Batista, Adventista do Sétimo Dia, e atualmente está na igreja Assembléia de Deus, 14/05/2004)

“Geralmente a gente não fala de política no salão (referindo-se ao púlpito). Temos que manter a neutralidade”.

(Vilma, membro da Igreja dos Testemunhas de Jeová, 05/05/2004)

“Na igreja eu não falo de política porque não pode, né. (...). A campanha na igreja é praticamente feita com a minha presença lá, né. Porque eu não misturo as coisas, eu não misturo as coisas. Eu na hora da igreja eu não falo de política e na hora da política eu também não falo de igreja. Quer dizer, eu falo mais do evangelho na hora da política do que de política dentro do culto, porque não pode né. Mas distribuo material para as pessoas, peço apoio (dentro da igreja). Eu faço assim, entendeu”.

(João, membro da Igreja Pentecostal Unidos do Brasil, 05/02/2004)

Salientamos que colocar um político no púlpito traz conflitos no interior do espaço religioso não apenas pela ordenança de manter o espaço sagrado imaculado. Mas também, porque a presença de políticos ameaça a essência de unidade da *família religiosa*. Esse prenúncio começa a ser desenhado quando o ato de apresentar no púlpito um político é associado à noção de que o homem de Deus está apoiando tal político e comprometendo o voto deste grupo social.

Logo, ter um político no púlpito é um ato de declaração pública de voto. O grande problema é quem faz esta declaração e o que esta figura representa. E se este declarante for o pastor da igreja, a discussão sobre adesão religiosa e política torna-se um pouco mais delicada neste universo. Tal quadro se constrói porque a figura do pastor não representa apenas a de “um líder religioso”, mas, sobretudo, a de um “pai” espiritual. Um “pai” de todos os membros da *família religiosa*. A questão, então, parece girar em

torno da seguinte indagação: “Se o *pai espiritual* declara o seu voto publicamente em quem os *filhos espirituais* irão votar?”.

Indagação que só está subscrita porque alguns informantes, evangélicos ou não, possuem a noção de que o patriarca decide o voto de todos os membros da família consanguínea ou religiosa, como podemos constatar no relato de seu Leandro:

“Eu não agüento política. (...) Não tem aquele cara que veio aqui de carro, então ele agora vai vir a vereador. *Ele tem vindo aqui no sítio direto porque aqui são 7 votos. Aí, estão beirando aqui só por causa de política. Eu já disse não adianta vir aqui só por isso, porque aqui nós não temos candidato preferido. De jeito nenhum!* Aí, ele fica ‘não é possível que você não vai votar no meu filho! Você vai votar no meu filho’. Eu disse ‘Eu vou ver ainda. Isso não está certo’.

[PESQUISADORA – Ele fica achando que se o senhor votar nele toda a sua família vai votar nele também? Pelo jeito ele acha isso].

É. Foi o que eu falei com os meus filhos. *Eu falei para os meus meninos que eu acho certo que se um votar numa pessoa todo mundo deve votar em um lado, só para ver se forma um vereador ou um prefeito. Eu acho certo assim. (...) Esse ano eu estou a fim de não votar. E se eu não votar mesmo, eu estou a fim de pagar a multa do título de todo mundo – dos sete filhos e da esposa – para ninguém votar. Eu já falei com eles ‘se eu achar que não vai dar certo eu votar esse ano, eu vou pagar a multa de todo mundo. Ninguém vai votar, nem em branco porque o voto passa para o outro. Aí, no dia das eleições ninguém vai, deixo passar uma semana e na outra semana vou lá e pago a multa’. A multa é só 4 reais de cada um, e eu pago satisfeito. Pago satisfeito, só para não votar em ninguém.*

(católico, 07/05/2004)

Assim, estaríamos bem próximo da reflexão de HEREDIA (1996) ao considerar, em seu estudo, “que a unidade do voto exemplifica a unidade da família⁶⁶” (pp.59, 1996).

Como os adeptos parecem estar presos a este olhar o conflito no interior da igreja começa a despontar quando o ato de apresentar um político no púlpito e de dar a este ator o “poder da fala” evidencia a impossibilidade de unificação do voto. Essa impossibilidade só se faz porque a *família religiosa* é constituída por alguns membros que possuem olhares que se opõem ao do “pai espiritual” (o pastor), inclusive sobre a opção política. Como podemos observar abaixo:

“O pastor de hoje ele não é da política, mas ele apóia. Inclusive já foi até político em púlpito; já deixou até político ir ao púlpito. (...) *Todos esses políticos que vão são ímpios como Carlos Moraes e outros. Eu acho isso péssimo. Se eu estiver na igreja e ver qualquer político chegar e subir no púlpito, na mesma hora eu levanto e vou embora. Eu faço isso! Eu jamais vou apoiar o errado e ninguém vem falar comigo porque sabe que vou falar. E vou falar o certo: Púlpito não é lugar de política, é coisa séria, é lugar santo. Esse cara (referindo-se ao candidato Carlos Moraes) é safado. Antes o pastor era contra ele, agora não sei porque ele está apoiando. Eu não apoio. Não apoio coisa errada; levanto e saio. Eu faço isso mesmo!*”

(Pedro, membro da Assembléia de Deus, 07/06/2004)

Enfim, permitir que um político circule no espaço sagrado, o púlpito, traz um desconforto para a comunidade religiosa porque a presença deste ator representa uma ameaça ao que há de mais sagrado no universo religioso, a unidade na *família religiosa*. E esse fator torna-se mais um motivo que impulsiona os fiéis a impedirem ou a reprovarem qualquer atitude que possa introduzir a política no espaço sagrado (a igreja).

⁶⁶ . Mas nesta reflexão o uso deste termo está associado à noção de família por consangüinidade e afinidade.

Constatamos que para os evangélicos o templo ou o púlpito não é lugar de político. Porém, há igrejas como a Batista e a Assembléia de Deus que possuem um elemento que lhe é peculiar diante das demais igrejas, o *lugar da mesinha*.

A *mesinha* localiza-se no salão (no plano mais baixo do templo), entre o púlpito (plataforma mais alta do templo) e a congregação. A *mesinha* nada mais é do que uma pequena mobília que constitui uma espécie de espaço, criado para dar informações que *a priori* não são de natureza religiosa. Entre essas informações podemos citar problemas sobre as finanças da igreja e assuntos que abordam a política. Podemos, então, dizer que dentro do sagrado, *a casa de Deus*, há um espaço reservado para falar de *coisas* ditas *profanas*. Como podemos observar nos seguintes relatos:

“Às vezes, o vereador pregava lá (referindo-se ao púlpito), mas não tocava em assunto de política. Depois que terminava tudo, aí se fazia uma espécie de anúncio, de trabalho e tal. Aí, o pastor falava ‘quando os irmãos forem votar lembrem do irmão que é candidato’. *Mas lá em cima do púlpito, na hora da pregação não. E quando falava já estava fora, porque ali na mesa já é fora do púlpito, não estava nem no púlpito mais. A mesinha é uma mesa que fica na frente do púlpito assim, quando se faz qualquer coisa que não é pregação, tipo assim uma palestra, um cursinho já não é no púlpito é na mesa que fica em frente ao púlpito. É assim, quando a pregação acaba o pastor faz a oração final e sai do púlpito, aí o culto acaba. Mas os membros permanecem porque tem os anúncios. O pastor faz os anúncios na mesa, aí nesta hora se pode falar de política, que é só falar que o irmão está se candidatando e que um visitante que é cristão está se candidatando. Mas isto tudo é antes do culto. Depois do culto não faz mais nada, porque é só a pregação do evangelho se não tira a visão e fica uma mistura danada, uma coisa espiritual com uma coisa que é material. Tudo diferente”.*

(Ilson, foi membro da igreja Batista, Adventista do Sétimo Dia, e atualmente está na Assembléia de Deus, 15/05/2004)

Roldão (amigo de seu Pedro) – “Primeiro tem um culto depois que acaba tem os anúncios, que na verdade o culto já acabou mais fica todo mundo sentadinho lá para os anúncios; é aí que fala de política. *Mas lá na nossa igreja eles não estão falando de política na mesinha não! Estão falando lá no púlpito mesmo.* Mas com o pastor Marinaldor nunca permitiu que político falasse de política em púlpito. Ele nunca se permitiu”.

Seu Pedro completa – “Mas depois que mudou para o pastor Isaías qualquer político fala no púlpito ‘Ah! Eu queria chamar o fulano de tal, o prefeito’. O Zé do Gás mesmo já foi lá em cima falar. Aí, eu falei ‘No Púlpito? Não deve se fazer isso’. Este é o pastor atual, mas não está dando certo. Eu estou pedindo direção ao Senhor. E se eu sair da igreja vou falar: ‘Foi um prazer conhecê-lo, mas eu estou em Jesus tá’. Porque quem está com Jesus não faz estas coisas não. Não deixa político subir no púlpito”.

(ambos membros da igreja Assembléia de Deus, 28/05/2004)

Não queremos apenas atentar para o fato de que existe dentro da esfera sagrada um espaço para o profano. Mas vale também ressaltar que o ato de criar ou reservar um espaço para o profano, a mesinha, pode ter sido uma tentativa de proteger cada vez mais o espaço que é considerado o “sagrado absoluto”, o púlpito. Pois, se existe um espaço dentro da *Casa de Deus* para se discutir política, o púlpito pode permanecer imaculado e inviolável.

A necessidade desta proteção passa um pouco pela maneira que BOURDIEU (1995) localizou a Casa Cabila, argumentando que “*a casa é uma espécie de império dentro de um império, mas que permanece sempre subordinada*” a este império. No nosso caso, esse império maior é o que está fora dessa casa como a sociedade. Esta é composta por questões que vão além do que é espiritual como a política em suas diferentes facetas.

E como a *Casa de Deus* faz parte deste “império maior” as questões e os grandes acontecimentos que estão do lado de fora parecem submeter tal espaço a debates que

marcam o seu exterior. E quando esta dinâmica ocorre pode-se cristalizar os antigos esquemas e classificações da *Casa de Deus*, ou, ainda colocá-los em jogo repensando novas estruturas.

Esse movimento no interior da *casa de Deus* e o fato de construir um espaço profano dentro do sagrado, pode estar sendo ocasionado pelo grande assédio que as lideranças religiosas tem sofrido para participar da política. Construindo assim, um quadro interessante, de um lado alguns evangélicos procuram se afastar da política – *o mundo de fora* – e de outro são assediados para entrarem neste campo. O assédio tem sido bem intenso e foi relatado inúmeras vezes. O que tornou constante discursos como: “*eu fui chamado para a política este ano*”; “*Querem que eu entre na política*”; “*O meu pastor me perguntou se vou me candidatar*”; “*Eles querem que eu me candidate*”.

A intensidade deste assédio pode estar relacionada com o que discutimos no capítulo anterior. Neste, abordamos a possibilidade dos líderes religiosos estarem sendo percebidos como agentes portadores de um capital simbólico que os torna aptos para entrarem neste mundo. Ou ainda, pelo fato dos líderes estarem representando um grupo extenso, podendo ser entendido como mais um pleito eleitoral.

Por outro lado, quando ocorre o assédio inscreve-se no interior da *casa de Deus* a possibilidade de se colocar em discussão alguns paradigmas religiosos, inserindo neste espaço algumas divergências sobre a aproximação entre a igreja e a política.

Algumas dessas divergências podem se transformar em conflitos. Uma natureza de conflito inexistente no espaço sagrado, que é simbolicamente entendido como um lugar de paz. Todo esse movimento faz com que estes evangélicos acreditem que a política é sinônimo de luta, por ser o instrumento que introduz na *casa de Deus* alguns conflitos. Colocando em risco a permanência da paz, neste espaço.

Contudo, ao lembrarmos da abordagem construída no segundo capítulo observamos que as relações sociais no interior da igreja são permeadas por conflitos que nasceram da própria dinâmica religiosa, das diferentes relações de poder existente neste espaço, das diferentes leituras sobre o instrumento religioso mais sagrado (a Bíblia), etc.. Diante destes conflitos perguntamos “Por que, então, sacrificar a política?”, “Por que a política é entendida por estes nativos como a única questão que ameaça a ‘paz’ do espaço sagrado?”. Uma hipótese para esta indagação seria dizer que a igreja não sabe

controlar os conflitos que surgem no espaço sagrado em “tempo de política”; ou ainda, não sabe dar um desfecho para estes conflitos de forma tal que não coloque em jogo os dogmas religiosos. Por fim, pode-se estar “sacrificando” a política porque os elementos que constroem esses conflitos são estranhos ao seu mundo, aquele que faz parte do interior da *Casa de Deus*.

—

ii. O “chamado” para a obra de Deus ou para a política?

“O problema é que a Bíblia não dá respaldo para que o homem de Deus entre na política. A Bíblia ainda fala, eu não me lembro aonde está mas eu já li que *a uns chamou presbíteros, a uns pastores, a outros diáconos, médicos, engenheiros, políticos. Então, o quê que acontece? O homem de Deus é homem de Deus. Ele quando se mete na política, ele deixa de ser homem de Deus*”.
(Pedro, 28/05/2004)

Observamos que os evangélicos de forma geral procuram enfatizar que o homem de Deus deve manter-se separado da política. Porém, este princípio possui algumas exceções e, uma delas é o homem religioso *ter sido chamado ou escolhido por Deus* para entrar no mundo da política. Esse *chamado* é percebido como um presente divino, ainda que seja para se inserir neste mundo profano (política), como aponta seu Alzir:

“Não concordo com crente na política, mas se entrar tem que ser *um que é chamado por Deus*”. (membro da igreja Adventista do Sétimo Dia, 16/04/2004).

Para entendermos o que significa a expressão ‘*um homem com chamado para a política*’ faz-se necessário elaborarmos um breve apanhado, a partir da visão interna dos atores religiosos, sobre os significados que são atribuídos à graça e/ou à dádiva divina e como o universo religioso se organiza a partir desta temática.

Nas comunidades evangélicas – que estamos estudando – os termos “graça e dádiva” se misturam e às vezes são substituídos pelas seguintes expressões: “*Ah! Isso foi*

um presente de Deus que recebi"; "Tem que ser um *chamado de Deus* para entrar na política"; "Tem que ter vocação para trabalhar na obra de Deus"; "A pessoa *tem que ter aquele dom para liderar* algum grupo na igreja ou na política"; "Só pela graça de Deus....". Este último termo tem diferentes leituras: ora, tem um significado da bondade de Deus e de seu poder, podendo ser exemplificado na seguinte frase "só *consegui este emprego pela graça de Deus*"; ora, expressa a misericórdia e o amor de Deus sobre a atitude de uma pessoa que está fora dos padrões morais da comunidade religiosa. Neste caso, automaticamente é feita uma avaliação sobre o outro como, por exemplo, "Ah! *Aquela irmã da igreja que está vivendo em adultério, só pela graça heim!!*".

Além destas questões a graça e a dádiva divina podem estar associadas ao ato de *receber um dom espiritual* ou o Batismo no Espírito Santo que está associado à prática da glossalia. Nesta perspectiva, esta *dádiva divina* é o elemento identificador e classificatório do grupo religioso. E o grupo que crer neste batismo será percebido como pentecostal⁶⁷.

Mas chamamos atenção que esta classificação marca um campo polêmico ao se definir os sinais do Espírito Santo – dons e frutos⁶⁸. Para alguns evangélicos pentecostais o que sinaliza ou o que sela o Batismo no Espírito Santo⁶⁹ é o falar em línguas (glossalia). Outros já se distanciam desta posição, como podemos observar no discurso de seu Pedro:

"Eles acham que quem não fala em línguas não pode curar; não é usado pelo Senhor. Entendeu. E na palavra de Deus, na Bíblia não diz que o dom de visão, o dom de cura, o dom de profecia, o dom da sabedoria, o dom de interpretação tem que falar em línguas. Um independe do outro. *O falar em línguas não significa que você é batizado ou que tem dom. Um independe de outro*". (membro da Assembléia de Deus, 15/05/2004)

⁶⁷. Debate sobre a definição do pentecostalismo e a história do surgimento deste movimento no Brasil ver: SOUZA, Beatriz Muniz (1969); CONDE, Emílio (2000); ROLIM, (1997), CONTINS, Marcia (1995), MC ALISTER (1977). CLARA MAFRA (2001) também aborda este tema no trabalho "Os Evangélicos".

⁶⁸. Os frutos do Espírito compreendem: no amor, na alegria, na paz, na longanimidade, na benignidade, na bondade, na fidelidade, na mansidão e no domínio próprio. (Gálatas 5: 22 – Bíblia Anotada).

⁶⁹. Na visão dos pentecostais o batismo no Espírito Santo é uma experiência individual e consciente. Esta crença é fundamentada no livro de Atos capítulo II.

Mas há adeptos pentecostais (os que congregam na Igreja Pentecostal Unidos do Brasil) com um olhar que se opõe às demais percepções, observadas nas entrevistas, nos trabalhos de campo e nas bibliografias. Este chamou-me atenção logo na primeira conversa com seu João. Pois, ao perguntar qual era a igreja em que congregava, incessantemente me respondia ‘*é pentecostal*’. Como podemos observar em uma parte deste diálogo:

“PESQUISADORA – Qual é a sua igreja?

JOÃO – É pentecostal.

PESQUISADORA – É pentecostal, mas qual é a igreja?

JOÃO – É pentecostal.

PESQUISADORA – Pentecostal. Mas é Assembléia ou Universal. Qual?

JOÃO – Pentecostal.

PESQUISADORA – Mas, seu João as outras também são pentecostais.

JOÃO – Mas é aquela coisa; eles usam calça comprida, batom, brinco. Isso é ser cristão? Não tem nenhum controle, é fraco o controle, é frouxo. Não acho que isso é crente não. O que falta para ser um católico, se eles podem tudo? O que você acha?⁷⁰ Não falta nada. Na minha igreja tem controle”.

(Seu João, membro da igreja Pentecostal Unidos do Brasil, 30/01/2004)

Depois desta colocação percebi que seu João estava associando o movimento pentecostal à rigidez de normas morais e a um forte controle social. E não a um movimento da ação do Espírito Santo como outros pentecostais percebiam.

As questões colocadas por este adepto parecem apontar que para ele “ser pentecostal” é o que define “ser” evangélico. Mas também é o que define a veracidade e

⁷⁰ . Por diversas razões não respondi tal pergunta. O principal motivo talvez seja por possuir, como evangélica, outro olhar sobre tal assunto. Acredito que este agente poderia interpretá-lo de forma a descaracterizar os objetivos desta pesquisa ou comprometer a minha inserção no campo.

a legitimidade da igreja enquanto *corpo de Cristo*. Portanto, não importava dizer o nome da igreja em que congregava, bastava apenas dizer que era pentecostal.

Ao perguntar para outro evangélico se a igreja em que congregava era pentecostal ou histórica, surgiu outro elemento: “*Isto é algo que falam, mas é terrível. Porque pentecoste é o que? Ocorreu quando todos estavam reunidos na festa de pentecoste, então deram o nome de pentecoste. Não tem nada a ver com a divisão de igreja como as pessoas dizem*” (Alex, membro da Igreja dos que Militam na Obra e na Restauração de Tudo). Neste olhar, “o pentecoste” não pode ser percebido como um elemento classificatório e sim um movimento espiritual que marcou uma época e que vem marcando a experiência religiosa de todos os evangélicos.

Além destes significados a dádiva divina também é a forma como a “família religiosa” se constitui e como a fé cristã se estabelece. Este aspecto torna-se mais nítido quando se observa que o postulado da fé cristã se fundamenta em uma dádiva que é gratuita⁷¹:

“Porque Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna” (Bíblia – João 3:16).

Esta dádiva, *dar* a vida de um filho *em troca* dos pecados da humanidade, coloca os adeptos em uma condição eterna de gratidão e dívida com Deus. Por outro lado, crer nesta troca e nesta dádiva define quem estará ou não aliado com Deus e quem pertencerá à *família religiosa*.

Nesta perspectiva a graça passa ser um “presente livre”⁷² de Deus, um favor imerecido e uma expressão de estima. É desta forma que na esfera religiosa os agentes não se percebem em uma relação de dominação. Podemos dizer que esta relação é uma

⁷¹ . Essa gratuidade é possível ser exemplificada com dois versículos e com o relato de um assentado: “(...) o dom gratuito de Deus é a vida eterna em Cristo Jesus, nosso Senhor”. (Bíblia – Romanos 6:23); “(...) Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus” (Bíblia – Efésios 2:8); “(...) O Senhor batiza (referindo-se ao batismo no Espírito Sano) quem Ele quiser, quando Ele quiser e a hora que quiser”. (Pedro, membro da igreja Assembléia de Deus, 19/05/2004).

⁷² . Lembremos que a dádiva expressa uma troca em movimento. Mas esta troca se rompe quando instala-se uma relação com poder de igualar a dívida estabelecida entre o doador e o receptor, como por exemplo, uma relação mercantil (PITT-RIVERS, 1992).

dominação personalizada que gira em torno de uma sociedade que vive uma economia de bens simbólicos e morais. Portanto, estes agentes religiosos vivem as trocas como um ato generoso e obtém uma dívida que nunca poderão retribuir com os seus próprios bens (BOURDIEU,1996).

Logo, a pessoa que estiver em dívida com a figura divina transforma essa dívida em lealdade tendo que ser expressa em todos os espaços sociais, seja quando assumir um cargo de natureza religiosa ou política. A lealdade é sinalizada quando o adepto *permanece na fé*, quando assume responsabilidades dentro da igreja e quando passa a freqüentar com assiduidade os cultos. Tal lealdade passa ser fundamental para definir o perfil do homem religioso e para permitir que este aja em outra esfera da sociedade, como podemos observar na experiência de seu João:

“(...) A igreja não obriga você a não entrar na política. Mas só que é o seguinte, tem um detalhe. Não pode deixar a igreja sem seus compromissos senão aí fica difícil. *Então, eu fui candidato que não pude sair da igreja, tive que trabalhar na igreja também: assumir os cultos, assumir tudo. Eu vim com a função assumida mesma para não deixar de ser leal. (...) Eu fiz com os meus filhos uma aliança para não deixar a campanha cair, para não deixar que eu fique sem a igreja né. Porque os cultos eu não abandonei, eu fazia do mesmo jeito, entendeu. Tive que fazer mais coisas na igreja do que antes de eu entrar na política. Só assim, pude continuar na política*”.

(membro da Igreja Pentecostal Unidos do Brasil, 25/02/2004)

Mas para a nossa reflexão o significado mais importante atribuído ao ato de “ser agraciado por Deus” é o que suscita a idéia de um adepto ter recebido um *chamado de Deus* para exercer uma função como, por exemplo, a de proclamar o evangelho ou de ser um político evangélico. E será sobre esta dádiva divina, o *chamado de Deus*, que iremos nos ater um pouco mais nas discussões a seguir.

Ao examinarmos a dinâmica das relações religiosas de uma igreja pentecostal⁷³, é bem nítida a importância de um membro ser percebido como um homem ou uma mulher *que foi chamada por Deus, que tem uma vocação ou que tem um dom espiritual*. O valor de um homem ter sido presenteado por Deus salta-se a nossa análise quando percebemos que há casos em que alguns membros fingem ter recebido um dom, como relata seu Pedro:

“(...) *eles* – referindo-se aos pastores e aos membros da igreja – *acham que todos aqueles que fazem alguma coisa tem que falar em línguas, em mistério*. Mesmo eu tendo dom de cura, eu não trabalho na igreja por isso porque não falo. (...) *O meu garoto fala em línguas, mistério, porque? Porque já ouviu alguém falar. Eu já falei pra ele não fazer isso. E existe muitos irmãos na igreja que não foram batizados no Espírito, mas já ouviram alguém falar e imita; mas está longe do Espírito, longe do senhor. Então, por isso que há muita maldade, muita discórdia. (...) Muitos membros que não recebem este dom acabam saindo da Igreja porque se sentem menosprezados*”. (membro da Assembléia de Deus, 19/05/2004)

Tal atitude marca como é importante, para a dinâmica espiritual e para as relações sociais no universo religioso, ser reconhecido como *aquele que foi chamado* ou aquele que é portador de um dom.

Mas também, observamos que ser portador ou não desta dádiva (o dom de falar em línguas, a glossalia) provoca uma mudança quantitativa na dinâmica interna da comunidade religiosa ao gerar uma migração para outra denominação ou a auto-exclusão de um membro dos *caminhos de Deus* por se acharem inferiores aos demais, uma vez que são reconhecidos como *os não agraciados*.

⁷³ . Igreja Assembléia de Deus *do Orfanato*, localizada em Japeri no Estado do Rio de Janeiro, próxima ao assentamento Penuel.

Estas questões revelam que as dádivas divinas – o dom e o *chamado de Deus* – marcam as relações religiosas, definindo hierarquias no interior destas comunidades e atribuindo prestígio e poder a quem for portador destes presentes divinos.

Mas garantir ao portador, destes presentes divinos, a “boa reputação de homem de Deus” só será possível se na comunidade religiosa a dádiva tiver um significado coletivo. Todavia, não é suficiente apenas ter a posse do objeto que dá poder ao homem religioso e que cria vínculos sociais (WEINER, 1992), é preciso que o objeto possuído tenha entorno de si uma crença que seja compartilhada por todos e que o coletivo reconheça a posse e a veracidade do que foi possuído. Por outro lado, se o objeto possuído não for reconhecido instaura neste espaço alguns conflitos⁷⁴ e uma percepção negativa do suposto receptor da dádiva como é possível observar no início do relato de seu Pedro, citado anteriormente.

A partir desta experiência faz-se conhecer que na esfera religiosa há códigos e sinais para avaliar quem possui ou não os dons espirituais e o *chamado*. Mas a avaliação não é feita tão somente sobre a pessoa que possui estas dádivas, mas também sobre as dádivas que estão sendo vivenciadas. É necessário que estas estejam sendo percebidas como uma ação genuína de Deus. É por esta razão que na comunidade religiosa o grande líder será o homem que tem a capacidade de *discernir* quem possui as dádivas e a veracidade das mesmas. Como também, aquele que possibilita oportunidades para as dádivas serem desenvolvidas. Tais questões ficam explícitas no exemplo abaixo:

“Eu acho o seguinte, profecia existe. Mas temos que ver o que é Deus e o que não é, porque a maioria hoje não é de Deus. Olha! Eu tenho uma cunhada aí chegaram para ela dentro da igreja e falaram: ‘O homem que está contigo não é teu’. E ela era casada. E no final ela largou esse homem. Olha! E falaram que era o Espírito de Deus. E foi morar com o outro que era desempregado. Hoje está passando fome com este homem. Isto é de Deus? Não é. E ela largou o marido dela por causa

74 . Esses conflitos revelam que na esfera religiosa há um imaginário ideal e um que é o vivido. Pois, para os adeptos os dons espirituais foram dados por Deus para trazer unidade em um grupo heterogêneo. Mas na prática as dádivas e a graça divina tem se distanciado dos propósitos originais, ou melhor, do imaginário ideal ao gerar conflitos e divisões na igreja, ao invés da unidade de espírito que é proposta biblicamente para este grupo.

dessa profecia maldita dentro da igreja. *Agora as profecias se você não tiver certeza, se Deus não confirmar para você a maioria é abobrinha. São pessoas tentando aparecer, tentando se passar por pessoas de Deus. E não são. E se você sondar a vida dessas pessoas antes de vir para a igreja, são pessoas do espiritismo que praticavam feitiçaria, que matavam, que usavam drogas. Não são pessoas que vieram da raiz do Senhor. (...) Eu, por exemplo, eu tenho o Espírito Santo. Eu fui chamado para isso. Todos aqueles que eu oro e peço, eles ficam curados. Isso é batismo no Espírito Santo. Mas só que eles (referindo-se aos pastores) só acreditam se falar em mistério, línguas. Até pouco tempo eu tive problema sério com o pastor. O pastor adoeceu e teve que ficar na policlínica. Eu fui lá para orar por ele para que fosse curado. Mas eles não acreditam porque não falo em línguas. Se você não é batizado é discriminado na igreja. (...) o homem se andar certo você vai respeitá-lo. Certo! Mas se ele andar torto você vai andar com um homem torto. O meu pastor anda no meio do caminho. Às vezes ele anda certo e às vezes ele anda como homem torto (...)*”.

(Pedro, membro da Assembléia de Deus, 19/05/2004)

Os valores que são associados automaticamente ao portador da dádiva explicam a busca que se instaurou no interior das igrejas para que o fiel seja presenteado ou agraciado com dons e com o *chamado de Deus*. Mas esta busca nos revela algumas condições necessárias para que o fiel receba os dons espirituais⁷⁵ ou o *chamado*.

É explícito na dinâmica religiosa que para ser agraciado com tais dádivas o receptor deve ser inocente, manso, humilde, ter domínio próprio, ser redimido dos pecados através da confissão dos mesmos, deve ser livre do que está em desacordo com a vontade de Deus, etc. Enfim, o receptor deve estar vivendo nos moldes do que é divino e deve estar próximo do que é sagrado para obter a dádiva divina. Em alguns casos, viver

⁷⁵ . Os tipos de dons espirituais são listados na Bíblia no livro de 1 Coríntios capítulos 12, 13 e 14. Há o dom do amor, dom da palavra da sabedoria (essencial para um apóstolo), dom da palavra do conhecimento (importante para os mestres), dom da fé, dom da cura, dom de operar milagres, dom de profetizar, dom do discernimento de espírito, dom de línguas e o dom de interpretar as línguas. Chamo atenção que estes dons são listados hierarquicamente indicando o valor de cada dom para o corpo de Cristo (a igreja)

de acordo com os modelos estabelecidos no universo religioso é uma maneira de “barganhar” com Deus a troca pela graça.

Se na perspectiva destes adeptos existem tais condições para ser agraciado por Deus é possível apontar que a graça não está tão isenta de interesses e nem de uma dinâmica de trocas simbólicas. Assim, o sentimento inspirado na graça é mais para dizer que o favor foi gratuito, fazendo do doador alguém puro, sem intenções no ato de dar, garantindo a supremacia moral (PITT-RIVERS, 1992). Entretanto, o interesse que surge nesta relação revela *“o lado dialético da dádiva já estudado por Mauss e Lévi-Strauss que o interesse e o desinteresse, obrigação e espontaneidade se misturam neste fenômeno. Se confundem mais do que se separam.”* (CAMPOS, pp. 213, 2003).

Pensar que na dinâmica da graça há trocas é dizer que a graça de *ser um escolhido de Deus* pode ser alcançada por esforços individuais do adepto⁷⁶; que a graça não ignora a moral e as qualidades humanas; e que ser receptor da graça pode indicar um triunfo e instaurar um conflito entre a congregação na medida que este estabelece o homem que foi agraciado e o homem que não foi agraciado. Significa também que a graça tem como guardiã o próprio indivíduo podendo então perdê-la e que o dom pode ser aprimorado pelo próprio receptor. Como aponta, respectivamente, seu Pedro e seu Ilson:

“(...) Se Deus chamou para ser homem de Deus então eles (referindo-se aos líderes religiosos) são evangélicos, eles são convertidos no Senhor. Então, eles não têm que agora voltar para o mundo. Porque a política é um mundo sujo. Não é o homem que está corrompido não. O que está corrompido neste país é o sistema político. *Qualquer homem de Deus que entrar lá (referindo-se a política) deixa de ser homem de Deus.* Porque ainda que ele não roube, ele vai ter que ver todo mundo roubar e ficar quieto se não ele morre. *Então, os homens de Deus não têm que se manipularem na política. Todos que se manipularem na política eles*

⁷⁶ . Como aparece no discurso de Vilma: “O escolhido de Jeová, é o ungido. Mas isto ele é escolhido por quê? Porque ele tá se empenhando, se esforça pra ajudar os irmãos, se empenha na aula de pregação. Nenhum cargo é a pessoa que decide, entendeu. Isso é a organização Jeová é que decide, é o Espírito Santo que escolhe a pessoa. É assim que se escolhe. O ancião vai muito na casa da gente, faz visitas. Então geralmente ele tem muito convívio com a gente. Então, não tem o porque. A boa reputação é importante”. (membro da igreja dos Testemunhas de Jeová, 05/05/2004)

vão perder a unção do Senhor, vão perder os dons porque o Senhor vai rejeitar. Porque não tem como. A política é a coisa mais suja que existe na face da terra. Você olha aí um assassino, um ladrão é a mesma coisa que um político porque eles praticam isso”.

(Pedro, membro da Assembléia de Deus, 28/05/2004)

“Já fui de várias igreja. Quando não dava mais para fazer nada, aí eu ia para outra para poder trabalhar, para poder desenvolver o dom. É dom que a pessoa tem. O dom a pessoa sente, Deus vai revelando as pessoas⁷⁷”.

(Ilson, já foi membro da Igreja Batista, da igreja Adventista e atualmente está na Assembléia de Deus), 12/05/2004)

Com a reflexão que elaboramos até o momento constatamos que as dádivas divinas⁷⁸ carregam representações com valores pertinentes para a comunidade religiosa e que fundamentam a ordem social deste grupo. Assim, passa ser uma honra quem for reconhecido como *portador da graça ou da dádiva divina*.

Mas no interior das igrejas os presentes divinos, a graça e a dádiva, vão além da noção de que estes atribuem ao receptor prestígio e poder. Eles também estão estritamente ligados a idéia de qualificação dos membros. Pois, no momento em que o adepto é agraciado por Deus com um *chamado*, ele passa a obter um capital simbólico para atuar e exercer cargos nos mais diferentes campos da sociedade, perpassando o religioso. E assim, a condição de ser *um homem chamado por Deus* não só justifica a entrada de evangélicos no mundo profano (a política) como também os qualificam para estar neste mundo fazendo as mediações e as negociações que serão necessárias.

Há outro elemento que pode estar associado com o fato do candidato evangélico acionar, diante da comunidade religiosa, a sua posição de portador das dádivas divinas.

⁷⁷ . Esta necessidade de “desenvolver” (aprimorar) o dom dado pela figura divina revela que este tema pode ser uma questão a contribuir com os estudos sobre o transito de membros entre as igrejas evangélicas. Ampliando, assim, os caminhos para este estudo deixando de se concentrar somente nos conflitos internos como é apontado no campo religioso e em alguns discursos no campo científico.

⁷⁸ . A graça e a dádiva divina é ser um escolhido por Deus, ser um eleito, receber um chamado de Deus, receber dons, vocação e o Batismo no Espírito Santo.

Este pode estar passando pela idéia de “aliança” que a dádiva estabelece em um grupo social (BOURDIEU, 1996).

As alianças que se estabelecem a partir da dádiva de *ser chamado por Deus* se configuram em dois planos. O primeiro é a aliança que se forma entre o membro e a figura divina. E o outro, que é o mais significativo para a nossa reflexão, é a aliança que se estabelece entre os membros da *família religiosa*. Com este vínculo o membro poderá receber apoio da congregação ou dos *irmãos em Cristo* em épocas de eleições (as que ocorrem no interior do assentamento para cargos na associação, nas eleições municipais, estaduais e federais, ou ainda no interior da própria igreja).

Por outro lado, ter sido *chamado* ou *eleito por Deus* expressa a noção de que o adepto só foi agraciado por “já ser” um *homem de Deus*. Todavia, quando o candidato é reconhecido como um adepto que *já era um homem de Deus* traz mais confiabilidade para a congregação do que quando o adepto se “transforma” em um *homem de Deus* em vésperas de eleições.

No universo evangélico esta categoria, *homem de Deus*, pressupõe que o adepto é um homem que ora, que jejua, que nega a si mesmo (as suas vontades e os princípios mundanos) e, por fim, é um homem que *anda* conforme as normas doutrinárias da igreja e as que são instituídas pelos mandamentos Bíblicos. E viver sobre os princípios morais instituídos pela igreja e por Deus atribui ao homem religioso a condição de ter uma relação íntima com Deus, ou seja, estar mais próximo do sagrado (Deus).

Por estas razões, o homem que for portador do objeto sagrado se diferenciará dos demais que congregam na mesma igreja. Uma vez que isso é estabelecido o *corpo de Cristo* (a igreja) tem a “garantia” de que este homem de Deus, que é um candidato, não se corromperá *no mundo sujo da política* porque demonstrará sinais de que foi “chamado por Deus” para ser político.

Com esta sinalização o “medo do *homem de Deus* se corromper” passa a não existir na esfera religiosa. Tal fato é importante para evitar que a carreira política de um cristão seja interrompida. Este processo é possível porque a dádiva de ser *chamado* para exercer alguma atividade está vinculada a vontade divina (PITT-RIVERS, 1992). E se o candidato evangélico está sob esta vontade será predestinado a vencer *no mundo sujo da política* e até mesmo mudar os valores deste mundo:

“Eles (os pastores) acham que tem que ter evangélico na política. Mas eu sei lá, política tem muito roubo; tem muita gente desorganizada. Realmente é por isso mesmo que eles acham que os evangélicos devem entrar na política. *O nosso pastor acha, é o que o nosso pastor falou, que o crente deve entrar para ver se tira a maioria dos roubos na política. (...)*”.

(dona Carla, membro da Assembléia de Deus, 23/04/2004)

Assim, os líderes ou os adeptos que estão sob a confiança de que foram *chamados* – que exprime a noção de serem *adequados* – para uma atividade vivenciam um antegosto da vitória. E “é isto que os permitem continuar a sua missão e a superarem os obstáculos no caminho” (MAXWELL, pp. 71, 2003)⁷⁹, ainda que estes obstáculos sejam para se constituírem líderes no mundo político. E neste caso, a barreira a ser vencida é o ato de não se corromper na política.

Mas, se há evangélicos que aceitam o envolvimento do *homem de Deus* com a política utilizando-se da noção da graça e da dádiva divina (como, por exemplo, *ser um homem chamado por Deus*); há também outros membros⁸⁰ que utilizam a mesma questão, o *chamado de Deus*, para construírem um olhar de desaprovação sobre tal envolvimento:

“Homem de Deus não foi chamado para ser político, foi chamado para ser pastor. (...) Aí, ele vai e diz: ‘eu quero ser um vereador, um

⁷⁹ . Este autor é um pastor americano que já pastoreou as igrejas: The Church of Christ; Faith Memorial Church. Desde 1981 está pastoreando a igreja “Skyline Wesleyan Church”. Entre vários livros publicados, o que está sendo citado intitula-se “Seja um líder que todos querem ter - usando seu carisma para motivar as pessoas”.

⁸⁰ . Utilizo este termo “membro” na tentativa de indicar que é um olhar individual e não institucional. Há casos em que o pastor concorda com o envolvimento do cristão com a política, e o membro possui uma percepção que diverge de seu líder religioso, como revela dona Clara: “Eu acho que a minha igreja não é contra a política. A gente tem que lutar. A minha igreja já levantou um candidato. Eles não fizeram campanha dentro da igreja porque a igreja não pode se misturar com outras coisas. A igreja tem que estar fora. Mas não proíbe que nenhum membro se candidate. (...) Mas eu realmente não sou muito de acordo com crente na política (...)”. (membro da Assembléia de Deus, 12/05/2004)

senador’. Aí, fala: ‘Isso é benção de Deus’. Não. *Ele que se escolheu*. A pessoa ser escolhida é uma coisa e ser escolhido é outra (...).’

(Seu Carlos, membro da Assembléia de Deus, 02/04/2004)

Neste olhar *o próprio chamado para ser pastor* é um elemento que dificulta a aproximação do crente com a política. Esta questão nos aponta para duas direções.

A primeira é retratada na equação de que se os líderes religiosos se envolverem com a política não cumprirão com o ofício o qual foram chamados, ser pastor de ovelhas (membros da igreja).

“Eu acho que pastor não deve se meter com política não. Pastor já tem muitos problemas na igreja. Se ele se meter na política ele acaba não cuidando da igreja. Não vai cuidar de nada, porque ele tem muitas responsabilidades na igreja. Olha, na parte espiritual da igreja o pastor tem problema porque ele tem que ver se o membro da igreja está vivendo no evangelho, senão tiver ele tem por obrigação de cuidar, chamar, aconselhar com carinho e com amor, e mostrar que ele tá errado, entendeu. Mas se o pastor entrar na política ele não vai ter tempo não. (...) Também não concordo que nem um presbítero e nem um diácono entre na política. Para falar a verdade, eu não concordo que nenhum cristão deva fazer parte da política. Sabe por quê? Porque política é mentira, eles são mentirosos. Eu acho que o cristão é o oposto da política”.

(Seu Ilson, já foi membro da igreja Batista, da Adventista e atualmente é membro da Assembléia de Deus, 14/05/2004).

“(...) Um cristão não pode se envolver com política. Se um cristão se envolver com a terra tem que ter coerência porque é chamada a luta social. Porque há um capitalismo desgraçado e o homem tem que lutar. Isso é o lado da sobrevivência dele aqui. Tem que lutar com dignidade, dentro da lei. Agora a igreja, líderes da igreja, se envolvendo com luta

pela terra não fica legal não, de jeito nenhum. Não concordo. O líder religioso não pode misturar uma coisa com outra. Quem se ocupa com a luta pela terra há de agradar a um e entristecer ao outro. E se você é um líder religioso você apascenta um rebanho, colabora com o outro. E ao se envolver com a luta você vai estar em inércia com o seu cargo na igreja enquanto você está na luta. E quem vai cuidar das ovelhas? Então, ele não vai estar apascentando o rebanho. Às vezes, ele não é pastor, mas é um evangelista e ele não vai estar na função (...). Acho que o pastor e nem o evangelista não podem se envolver nisso, na política. Acho que cada macaco deve ficar no seu galho”.

(Alex, membro da Igreja dos que Militam na Restauração de Tudo, 27/03/2004)

Este impedimento se dá pela possibilidade do líder religioso não se dedicar plenamente ao *chamado de Deus* – ou seja, a função que exerce na igreja – por estar simultaneamente atuando em movimentos políticos ou em eleições.

Com este olhar é possível dizer que está sendo negociado o “tempo livre” que uma liderança precisa para se preparar enquanto representante de um grupo, seja ele religioso ou político. Obtendo assim, acúmulo de capitais como, por exemplo, social, cultural, e, no nosso caso, religioso.

Mas este acúmulo só será possível através desse “tempo” que o indivíduo disporá para obter um capital diferenciado do grupo a que representa. E é desta forma que os líderes da igreja ganham recursos materiais e simbólicos para produzirem e se aprofundarem no conhecimento religioso; e, para passá-los aos despossuídos do capital religioso (a congregação). Enfim, os líderes de um grupo terão que *“ser competentes, sérios, dignos de confiança, prontos a desempenhar com constância e sem surpresas, nem traições o papel que lhe cabe na estrutura do espaço que está em jogo”* (BOURDIEU, 1989).

Portanto, o tempo que o líder religioso reservar para se dedicar à política (a luta pela terra, as eleições ou a associação do assentamento), o perderá para se constituir e manter-se como representante do grupo religioso.

Esta questão contribui para indagarmos até que ponto a “entrada” destes atores (líderes evangélicos) em um “outro” campo não poderá descaracterizá-los como “representantes” do grupo evangélico. Esta questão é decorrente da possibilidade que existe de um “representante” perder o contato com sua base (o movimento evangélico) ao ir para “outro” campo, como o político. Tal dinâmica pode implicar na perda de sua legitimidade, sua mobilização e conseqüentemente a sua posição de líder do grupo evangélico.

Desta forma, para estes fiéis o campo político é semelhante a uma arena em que o risco de perda, de ganho e de conflito é constante (PALMEIRA,1997). Mas, tais riscos podem ser “vencidos” por *saber fazer* e por *possuir conhecimento*, portanto quem possuir estes dois elementos ou quem demonstrar que não irá perdê-los ganhará legitimidade e autoridade.

O segundo caminho refere-se ao medo que se instaura no universo religioso quando um *homem de Deus* pensa entrar na política. Há diversos exemplos que revelam este sentimento, podemos citar alguns:

“Um crente para estar na política tem que estar com uma estrutura muito bem fundada. Eu não digo que não tem crente na política, pois a gente vê aquele pastor Fanine, é político há muitos anos né, pastor Roberto Ferreira (da Assembléia de Deus) e outros pastores também. *Eu não queria crente na política. Eu tenho muito medo de política porque tem gente que se corrompe*, mas também tem gente que não se corrompe. Tem crente com a cabeça fraca né”.

(dona Carla, membro da Assembléia de Deus, 23/04/2004)

“Eu mudei de opinião sobre crente na política, olhando para ele (referindo-se ao pastor Marinaldo) na última candidatura dele a prefeito. Porque quando o pastor Marinaldo era candidato ele era contra o prefeito Carlos Moraes, porque tudo que ele praticava era errado. Então, o pastor Marinaldo sempre se colocou contrário ao prefeito Carlos Moraes Costa. E hoje, nesta próxima eleição, o pastor Marinaldo vem como candidato a

vereador na chapa do Carlos Moraes Costa. *Eu espero até que Deus coloque no coração dele para que ele não aceite, porque então ele vai perder muita coisa. Vai perder não na vida material, mas sim na vida espiritual, vai perder os dons. Porque se ele combatia no passado porque então que agora ele não combate? O homem, Carlos Moraes, é todo errado e continua errado. Ele (o pastor Marinaldo) era contra o prefeito e agora está na chapa dele, então, ele já começou a se bandear para o lado de lá.* O homem de Deus não pode se misturar em política por isso, porque você é manipulado de vários lados. E política é dinheiro, política não é coisa de cristão”.

(Pedro, membro da igreja Assembléia de Deus, 28/05/2004)

O medo do envolvimento com a política não está relacionado apenas a possibilidade do membro se corromper, mas também a perda da identidade religiosa. Nesta perspectiva *se corromper* e *perder a identidade* são situações distintas. A *corrupção* leva o indivíduo a praticar atitudes que não condizem com os padrões morais religiosos. E se estas atitudes não forem contínuas ou eternas o adepto não perderá a identidade de cristão, estará somente *fracassando na fé cristã* colocando em jogo a reputação enquanto *homem de Deus*.

Este olhar aponta para a reflexão de que quando o sagrado é atingido gera um desafio para manter a honra e a qualidade deste sagrado. Neste caso, o sagrado é *a graça de ter sido chamado para ser pastor*, é a graça de ter dons espirituais e a vocação que se recebe quando é chamado para exercer funções dentro do universo religioso.

Então, a questão que parece se configurar é que estes objetos sagrados podem ser perdidos na medida que o homem de Deus se afasta da fonte doadora da dádiva (que é Deus) e aproxima-se da política. E esse movimento coloca em risco toda a reputação que se construiu ao longo da trajetória religiosa, assim como todos os bens simbólicos adquiridos nesta esfera.

—

iii. Em quem o crente vota...

Anteriormente, observamos que há esforços e obstáculos para estabelecer fronteiras entre o espaço sagrado e o profano, entendido como a igreja e a política. Esse processo torna mais transparente a dificuldade para tratar do tema “igreja e política” dentro do universo religioso.

Devido à complexidade que esse tema desponta no universo religioso e a existência de discursos direcionados para a noção de que o evangélico não deve se envolver⁸¹ com política, perguntamos aos atores sociais em quem teriam votado nas eleições⁸² de 2003. Acreditávamos que as respostas poderiam indicar até que ponto não existe este envolvimento ou o que estaria sendo negociado ao construírem estas fronteiras uma vez que esta pergunta cercava a ação destes atores sociais no “dia da eleição”.

É importante enfatizar que este “dia” estabelece obrigatoriedades eleitorais a todos os cidadãos brasileiros independente da adesão religiosa. Esta “obrigatoriedade” pode ser exemplificada no relato de seu João:

“A minha igreja me apoiou quando me candidatei. Eu não fiz política na igreja por que não pode, mas ela apoiou. É aquele negócio, ela é obrigada a votar, é obrigada a apoiar”.

(membro da Igreja Pentecostal Unidos do Brasil, 25/02/2004)

Mas há outros discursos que oferecem elementos para pensarmos nessa “obrigatoriedade”:

“Igreja é a parte boa da vida, só pratica o bem, só prega o bem. Agora a política só pratica e prega o mal, porque eles mostram, mentem e todo mundo acredita. *Infelizmente a parte maligna da Bíblia é a política*”.

(Pedro, membro da Assembléia de Deus, 25/05/2004)

⁸¹. Essa noção de não se envolver com política está associado ao ato de candidatar-se e de participar em campanhas políticas.

⁸². No capítulo dois abordamos os motivos pelos quais os informantes votavam para cargos políticos na associação do assentamento.

“(...) a eleição toda vida existiu até no Velho Testamento, até no início existiu eleições. Existe eleição espiritual e material, mas todas elas devem ser normalizadas com sinceridade. Só que não existe sinceridade na política (...). Antigamente, por exemplo, no início do Velho Testamento os reis naquela época todos eles eram dirigidos pela direção de Deus né e quando falhavam Deus castigava. Mas tudo era eleição, por exemplo, quando Judas traiu Jesus Cristo e se suicidou. Nesta época já se falava de eleição. E foi escrito que Matias ficou no lugar de Judas, foi por eleição. Então, as eleições sempre existiram biblicamente. Então, isso é bíblico. Tem gente que fala ‘eu vou lá assinar o meu título’, mas se falar para mim, eu vou falar que ‘você está transgredindo a lei porque a Bíblia manda que nós devemos ser sinceros, inclusive na votação e a votação é espiritual’”.

(Seu Cleber, membro da igreja Batista, 17/03/2005)

“Eu não considero a política como, assim, profana porque foi uma coisa colocada pelo próprio Deus. Os governos, as autoridades existem porque foi Deus que os colocou na gestão, então, eu digo que não é uma coisa profana, mas não é uma coisa que está de acordo com os cristãos sabe. Difere totalmente com os cristãos. (...)”.

(Vilma, membro da Igreja dos Testemunhas de Jeová, 05/05/2004)

Estes relatos referem-se ao fato de que os “símbolos” do mundo profano, as eleições e a política, tanto nasceram no mundo sagrado como fazem parte do mesmo.

Assim, a dinâmica que envolve as eleições coloca os informantes diante de duas situações a serem solucionadas: como negar um movimento que se originou no espaço sagrado e como deixar de cumprir com o papel de cidadão.

Estas questões que se apresentam em época de eleição, apontaram para diferentes motivações e adaptações que complexificam ainda mais a difícil tarefa de aproximar-se ou afastar-se da política. E será este processo que tentaremos refletir nesta discussão.

Baseados na noção de que *crente não deve se envolver com política*, a grande maioria dos informantes diz votar em branco ou nulo, pois o ato de escolher um candidato já representa este envolvimento:

“Na verdade quando eu voto, o meu voto é em branco por saber que fulano de tal não é melhor do que fulano. Chega lá na hora é tudo a mesma coisa. É claro, que eu sei que aquele pode ser melhor do que fulano, mas será que é mesmo? Às vezes, você pode dizer ‘Ah! Você não pode ser tão pessimista’. *Mas se eu não posso me envolver, pra quê que vou votar nele? Eu faço o meu papel de um cidadão normal, vou lá e dou o meu voto, em branco. Votei! Não votei? Voto em branco, essa foi uma decisão que escolhi para mim. Se eu não posso me envolver, então, eu não vou votar. Se eu votar estou me envolvendo, estou dizendo ‘eu quero aquele’. Então, eu me envolvi. Então, eu não estou mantendo a minha neutralidade. Por isso, quando vou votar eu escolho votar em branco. Eu acho que a igreja tem que manter a neutralidade com relação à política, porque a política faz parte desse mundo e se você está se envolvendo com a política você está se envolvendo com as coisas desse mundo”.*

(Vilma, membro da Igreja dos Testemunhas de Jeová, 05/05/2004)

Chamamos brevemente a atenção para estes dois últimos discursos elaborados pela mesma agente, Vilma. Ambos retratam olhares opostos. Um discurso aponta para o fato de que a política é um movimento construído por Deus, portanto não pode ser algo profano ou do mundo. Em outro a política já aparece como um elemento que compõe o mundo, no sentido de um movimento profano. Isso na verdade demonstra a complexidade de falar deste tema. Pois, parece que no universo religioso há uma necessidade de acomodar o par de oposição “igreja e política” por serem cidadãos brasileiros e uma outra de manter esta oposição cada vez mais definida, baseada na identidade religiosa que também possuem. Talvez o que esteja em jogo não é “o fazer

política”. Mas sim, qual destas identidades ou quais valores tem mais peso em “época de eleição”, ou se estas identidades se sobrepõe uma a outra.

Retornando ao que falávamos anteriormente, há também aqueles que votam em branco ou nulo por estarem descreditados no sistema político. Descrédibilidade que surge por reduzirem a política a *um lugar de promessa*. “Promessa” não com um sentido “salvacionista” como foi apontado por CHAVES (1996), mas com um sentido de ser algo que compromete a moral e a honra dos evangélicos, pois este ator é percebido como alguém que “possui palavra”. Neste caso alguém que “fala” e que deve cumprir com o que é dito:

“(…) você vota em crente e ele vai te prometer o que não tem. Mas foi o que eu te disse, por mim eu não votaria porque a Bíblia diz: ‘sim, sim ou não, não’. E chega um ponto que ele (político evangélico) está mais enrolado do que quando ele entrou, porque ele prometeu e não cumpriu. E por outro lado, a vida espiritual dessa pessoa vai por água abaixo porque o crente tem que ter palavra; é ‘sim, sim ou não, não’.”
(Seu Carlos, membro da Assembléia de Deus, 02/04/2004)

“(…) Votaria em pastor porque este cumpria com o que promete, porque ele tem palavra”.
(dona Clara, membro da Assembléia de Deus, 12/05/2004)

Foi também por acreditar e por vivenciar que “política é prometimento” – no sentido de ser um movimento que se constitui por mentiras – que seu Ilson abandonou sua carreira política. Assim, como tantos outros que preferem não votar por acharem que “*político só promete; promete até a mãe deles*” (Seu Leandro, 07/05/2004). Mesmo com este olhar alguns atores reconhecem “o poder que o futuro político evoca” (CHAVES in GOLDMAM, 1996) através deste mecanismo chamado “promessa”.

Por outro lado, se a promessa foi o instrumento que fez seu Ilson desistir de sua carreira política, foi a mesma que fundamentou a escolha do seu candidato. Assim como, a de outros informantes:

“(...) Eu votei primeiro no Garotinho e não foi porque ele era evangélico porque ele é igual os outros, política tudo é a mesma coisa. *Votei primeiro no Garotinho pra ver se ele fazia o que prometia. Às vezes, a gente vota pra ver se realmente a pessoa vai cumprir o que ele falou. (...)* Depois eu votei no Lula porque ele também prometia muita coisa para o povo né, mas vamos ver; até agora nada né. (...)”

(Seu Ilson, já foi membro da Igreja Batista, da igreja Adventista e atualmente está na Assembléia de Deus, 23/05/2004)

“Quando eu voto em alguém procuro ver a pessoa que é, ou seja, o prestígio da pessoa e as promessas dela”.

(dona Leila, membro da Igreja Assembléia de Deus da Restauração, 10/02/2004)

Já em discursos como estes a promessa assume o sentido de “salvacionista” e passa ser o elemento que estabelece vínculo entre o eleitor e o candidato (CHAVES, 1996). Indicando que a promessa mesmo parecendo ser tão falsa, é ela “como um ato de fala que tem gerado fatos” no tempo da política (AUSTIN in CHAVES, 1996).

A noção de que a política é um instrumento que pode salvar a sociedade da condição de miséria, da desigualdade social e de tantos outros problemas que vivenciam é baseada no texto mais sagrado, a Bíblia, que documenta o seguinte versículo: “Feliz é a nação cujo Deus é o senhor”. Para alguns adeptos este versículo traduz a idéia de que uma nação só será justa e igualitária quando um presidente da república for evangélico. Esta equação é indicada no discurso abaixo:

“(...) e o próprio Deus diz ‘feliz é a nação cujo o Deus é o Senhor’. *Por que um político não pode ser um homem que trabalha para proteger o povo? Não só para proteger o povo, mas para fazer justiça. Às vezes, uma pessoa é protegida, mas por uma pessoa injustamente. Protegendo, mas é por furto, por interesse. Mas na verdade é a justiça que tem que se*

praticar. *Um homem de Deus faz justiça com o povo. José de Alimatéia fez justiça não deixou que quebrassem as pernas de Jesus e pediu a Pilatos o corpo de Jesus. Pegou o corpo, tirou do madeiro e sepultou Jesus, né e era um político poderoso.* Então, veio a palavra do Senhor ‘feliz é a nação cujo Deus é o senhor’. *Quer dizer, ter um presidente abençoado por Deus e orientado pela vontade do Senhor, que aceita e vê o que é justo e certo.* E de acordo com o poderio por estar no lugar em que está, ele poderá fazer justiça. (...) Mas a única coisa que eu vejo político fazer é ser ladrão (...) Concordo que um evangélico esteja na política porque um político evangélico é muito importante. Sabe por quê? *Porque ele sendo evangélico orientado por Deus, ele só faz coisas boas.* Agora o problema é que ele desvia; é o que acontece”.

(Seu Alzir, membro da Igreja Adventista do Sétimo Dia, 16/04/2004)

Olhares como estes sugerem que a inserção de um homem de Deus na política não será para atender os interesses da igreja, mas sim interesses da comunidade como educação, saúde, saneamento, etc... Esta questão foi muito enfatizada nos discursos revelando que o candidato ideal seria o que possui projetos para a comunidade ou que possui uma trajetória – antes mesmo de se envolver com política – que demonstra a sua preocupação com o bem estar social, como chamam a atenção estes informantes:

“(...) *Eu votei para o pastor Marinaldo porque se ele ganhasse ele ia dar apoio ao orfanato, entendeu.* Ele é um pastor, uma pessoa boa, ele é filho do pastor Sidnei. Ele ia dar uma boa força lá para o orfanato, ele é da Assembléia de São Cristóvão. *O Paulo César (outro candidato) é da polícia, ele ganha um bom salário; ele é da minha igreja. E também ele só mora lá fora, ele não procura fazer nada para ninguém, ele só cuida da casa dele. Então, eu achei bom votar para o pastor do asilo, porque ele ajuda muita gente no Guandu, entendeu.* Se ele ganhasse seria uma boa para as velhinhas. (...) Eu acho que se uma pessoa faz uma boa obra sem ele ser nada quando ele for alguma coisa ele vai fazer né. *Eu*

quando voto na pessoa eu olho para o prestígio da pessoa. Foi aonde eu não votei no pastor da minha igreja porque ele não tem cabeça de beneficiar ninguém. Já o pastor Marinaldo não! Eu já vejo, já tive lá. Morei lá no Guandu. Eu via que às vezes uma pessoa adoecia e ele pegava a pessoa e levava para o hospital na kombi do orfanato e trazia de novo e comprava remédio. Tem que ter obra. Entendeu! Eu acho que a pessoa tem que ter obra, não é só se candidatar ‘ah! Eu vou me candidatar hoje, porque depois eu vou fazer’, não. Eu acho assim, se a pessoa não tem coração de fazer nada quando ele não é nada depois que ele ganhar não vai fazer nada, porque vai dizer ‘Eu já estou na altura’. E o pastor Marinaldo não, às vezes tinha uma dona lá que falava ‘eu não tenho leite para o meu filho, o meu marido está sem serviço’, sabe o que ele fazia? Ele ia lá dentro e pegava leite e uma bolsa de compra para aquela pessoa levar para casa. Eu já vi isso. (...) e ele não tava com negócio de se candidatar não”.

(dona Clara, membro da Assembléia de Deus, 12/05/2004)

“Eu não costumo votar em evangélico. Voto no político que tem mais capacidade, que é mais certo de fazer aquilo. Por exemplo, Moreira Franco quando prometeu asfaltar aquela estrada de lá que é péssima. (...) Aí, ele prometeu e fez. Então, esse aí é um político que eu votei nele. Votei nele confiando nele. Ele é o único político que prometeu e fez, foi o Moreira Franco. Os outros falam, mas não cumprem. (...)”

(Seu Ilson, já foi membro da Igreja Batista, da igreja Adventista e atualmente está na Assembléia de Deus), 23/05/2004)

“Eu voto primeiramente se o candidato faz alguma benfeitoria no bairro. Se eu ver que ele faz alguma coisa, eu voto nele. Se eu ver que não, eu não voto não. (...) Se no nosso bairro elege-se um prefeito pastor talvez aqui melhorasse o bairro para gente. (...) Melhoraria porque ele não iria olhar tudo para o dinheiro, iria olhar para o bairro que a gente mora. (...)”

(dona Carla, membro da Assembléia de Deus, 23/04/2004)

Tais discursos não só revelam que o ato de votar em um político evangélico pode estar desassociado a noção de adesão religiosa como também está imbricado a valores que o candidato mais estima. Nestes casos, tais valores referem-se ao bem estar da comunidade e não a um desejo restrito pelo dinheiro, tendo em vista que na concepção de alguns atores o político só deseja *ganhar dinheiro*.

Mas o ato de votar em um candidato evangélico não significa a inexistência de uma desconfiança entre o eleitorado e o candidato. ‘Desconfiança’ que é expressa pela frase “Se no nosso bairro elege-se um prefeito pastor *talvez* aqui melhorasse” (dona Livia)

Abrimos um parêntese para pontuarmos a continuidade do discurso de seu Ilson, descrito anteriormente:

“Eu acho que o cristão é o oposto da política. A única coisa que acho, que dizem que o cristão deve fazer é que ele pode defender lá (na política) o evangelho. *Dizem que é bom por isso, que o político sendo crente vai defender o evangélico. Mas a verdade é que não vai defender nada porque se é lei ter religião de evangélico.* Então, isso é bobeira: ‘Ah! Eu vou lá para defender o evangélico’. Vai nada! Vai lá é defender o bolso dele. *Eu acho que não existe isso, que político vai fechar alguma igreja. Vai nada!* Eu não aprovo crente na política, eles são tudo mentirosos”.

(Seu Ilson, já foi membro da Igreja Batista, da igreja Adventista e atualmente está na Assembléia de Deus, 23/05/2004)

Há um elemento diferenciador em discursos semelhantes a este. Este elemento se constrói quando os adeptos consideram a lei civil como a maior aliada de alguns interesses do grupo religioso a que pertencem. Nesta reflexão esses interesses estão restritos à existência desta religião na sociedade, pois a lei civil impossibilita uma figura política extinguir as igrejas evangélicas neste território. Portanto, não seria necessário eleger um candidato evangélico para defender a democracia religiosa no país.

Ao retornarmos a questão anterior constatamos que mesmo diante dos exaustivos discursos que reduziam a política a um lugar de corrupção, roubo, mentira, agiotagem, trocas, profano, etc.; há também um olhar ou uma esperança de que a política pode ser um dos caminhos para se alcançar a democracia, o tão sonhado fim da opressão e da desigualdade social que tais atores evangélicos almejam.

Entretanto, há aqueles, em específico os Testemunhas de Jeová, que acreditam que a esperança real para a humanidade não virá por esforços humanos, mas por Jeová (Deus) como declara Vilma:

“Não nos envolvemos porque a política não tem esperança. Em quê pode melhorar? Tem anos e anos esforçados, muitos têm até boa intenção, mas o que eles tem conseguido? Nada. Muitas vezes o país só deteriora. (...) Que nem o Lula. ‘Ah! O Lula vai melhorar’. E o que melhorou? Muitas vezes as pessoas só fazem reclamar. (...) Eu não tenho esperança que eles vão dar resultados a todos os problemas do mundo. Por melhor que sejam não acabam com a fome, com a pobreza, não acabam com a doença, com o desemprego. Então, eu não preciso depositar a fé neles. Deposito a fé que Deus vai melhorar. Entendeu? Então, é por isso que a gente não se apega a política, não se mistura”.

(membro da Igreja dos Testemunhas de Jeová, 05/05/2004)

O olhar deste grupo religioso, apontado por Vilma, se origina da interpretação que atribuíram a alguns versículos do livro de salmos: “Não confieis nos nobres, nem no filho do homem terreno, a quem não pertence à salvação. Sai-lhe o espírito, ele volta ao seu solo; neste dia perecem deveras os seus pensamentos. Feliz aquele que tem o Deus de Jacó por sua ajuda, cuja esperança é Jeová, seu Deus” (Salmo 146:3-5)⁸³.

Nesta perspectiva o reino que eliminará a pobreza, distribuindo os recursos da humanidade de modo equitativo, será o Reino de Jeová. Para reafirmar tal reflexão se

⁸³ . Versículo retirado do livro “A Sentinela – Anunciando o Reino de Jeová”, publicado em primeiro de maio de 2004 pelos Testemunhas de Jeová com o título “Devem os clérigos pregar a política?”. Material oferecido pela a informante durante a entrevista. Retirei este versículo desta publicação porque alguns textos bíblicos presentes na Bíblia dos Testemunhas de Jeová se diferenciam das demais Bíblias utilizadas por adeptos de outras comunidades religiosas.

utilizam de outro texto bíblico, salmo 72:12-14, “Porque ele acode ao necessitado que clama, e também ao aflito e ao desvalido. Ele tem piedade do fraco do necessitado, e salva a alma aos indigentes. Redime as suas almas da opressão e da violência”.

Ressaltamos que há informantes que não se apropriam da expressão “Feliz é a nação cujo Deus é o Senhor”, porém parecem enunciar um significado semelhante como podem ser observados abaixo:

“Mas a igreja mesmo sabe, que se não for Deus não tem como resolver os problemas. Agora eu tenho certeza, e a igreja sabe disso, que as coisas são resolvidas pelo homem de Deus. Pelo homem que tem temor em Deus. Isso com certeza a gente sabe que pode vir através do homem. Porque Deus mesmo vir descer pra resolver problema do homem, Ele não vem. Ele vem através do homem (...).”

(Seu João, membro da Igreja Pentecostal Unidos do Brasil, 25/02/2004)

“É bom ter alguém da gente (um evangélico) lá dentro, mas não é fácil não (...).”

(dona Clara, membro da Assembléia de Deus, 12/05/2004)

Estes discursos parecem suscitar a questão da “representação” do grupo religioso. Fato que pode estar influenciando a “aceitação” do envolvimento do *homem de Deus* na política, pois este “pode resolver” os problemas presentes na sociedade. Como também, será o candidato evangélico que poderá construir simbolicamente a imagem do grupo religioso em um campo que não dominam, o político. E o ato de construir a “imagem” ou o “retrato” fiel do grupo em outro campo pode ser uma tentativa de estender a esfera política “valores” que marcam o seu campo de origem, o religioso.

Este processo estabelece uma diferença entre os candidatos evangélicos e os demais, constituindo o que MIRANDA (1999) chama de “*o jeito cristão de fazer política*”. Tais valores introduzidos na esfera política estariam associados à ética moral religiosa que simboliza a honestidade, a seriedade, e boa conduta moral do candidato evangélico. E se o espaço político é considerado profano – em um sentido de

roubalheira, de mentiras, desonestidade, etc – esta “representação” poderia ser uma tentativa de purificá-lo.

Acreditamos que esta possibilidade de “purificação” pode ser um dos motivos que tem sustentado a afirmação de alguns adeptos, como por exemplo, “(...) *É, por isso que a igreja está sabendo que se todos fossem evangélicos lá no poder seria uma coisa diferente. Não seria assim como a gente vê, essa roubalheira medonha*” (João).

Neste caso, a representação se afasta da noção de poder de mando e **configura-se** como o elemento que produz a unidade política religiosa. Mas, se a missão do candidato evangélico – *que é agir neste mundo (a política) de forma honrosa* – não for bem sucedida a sua identidade e sua posição de representante podem ser questionadas. Este insucesso pode ser concretizado a partir das alianças ou de rupturas políticas. E quando ocorre este insucesso o candidato político passa ser percebido como um *homem de Deus* que se corrompeu. Processo que parece estabelecer um olhar de desconfiança do eleitorado evangélico em relação à inserção de novos *homens de Deus* na política.

Há também eleitores evangélicos que votam em candidatos que nunca declararam publicamente a sua adesão ao grupo evangélico. Esse apoio político se dá no momento em que estes eleitores reconhecem que determinados candidatos, não evangélicos, portam elementos valiosos para o universo evangélico, como a humildade e a moral. Chegando a compará-los a uma figura sagrada e/ou como adeptos ao cristianismo:

“No primeiro turno a presidência votei no Garotinho no primeiro turno porque ele era evangélico. Depois não, eu disse vou votar no Lula mesmo. *Votei no Lula porque ele era crente*, mas eu já admirava muito o Lula. Eu votei no Garotinho porque muita gente me pediu para eu votar no Garotinho, mas eu já queria votar no Lula mesmo. (...) *Lula é um homem de Deus. Os atos dele, o modo dele é de um homem de Deus, a moral (...) Votei no Lula porque ele é um homem de Deus, tenho certeza que Lula é. Gente sábio, gente intelectualmente muito preparado ficaram pra trás. E quem levou Lula a vencer? Não tenha dúvida que foi Deus, não tenha dúvida. Os sábios perderam, o Garotinho perdeu. E tenha certeza que Lula, em nome de Jesus, é o vencedor. Lula não faz*

parte de nenhuma igreja como o José de Alimatéia, que também não fazia parte de igreja nenhuma e nem acompanhou Jesus. Mas quem tirou Jesus daquela condição, quem foi que tirou Jesus daquele madeiro para sepultá-lo? Foi José de Alimatéia. Cadê os poderosos, cadê Pilatos com aquele poder tão grande. (...). Ele (referindo-se ao Lula) é um homem humilde, ele não tem tanta instrução, mas o Lula por onde anda? Nas nações, até Cuba. Fidel Castro – que não é brincadeira (...) – apoiou ele. Eu acredito que Lula é presidente do mundo (...) Nós estamos sentindo falta que o Lula fique tomando mais conta da casa dele – referindo-se ao Brasil. O povo está sedento das instruções de Lula, apesar dele não saber de nada. Lembro-me quando leio aquele livro preto, a Bíblia, e o pessoal admirando Jesus que estava falando, lendo, dizendo e fazendo tanta coisa que nunca leu. Só Deus que tinha colocado tanta coisa em sua consciência. Quando votei em Lula o pessoal estava dizendo que ele era diácono da igreja de Satanás, mas, no entanto não parece. O Lula é um homem de Deus, se Lula fosse do Diabo não levava essa vantagem não. Lula estava na frente de todos, venceu todos, venceu tudo (...).

(Seu Alzir, membro da igreja Assembléia de Deus, 16/04/2004)

Neste olhar a adesão religiosa foi lembrada por aspectos digamos “exteriores”, como a maneira de falar, a moral do indivíduo, a humildade, etc... E, não por uma relação íntima com o sagrado. Perspectiva que não coloca em jogo o fato “deste suposto irmão em Cristo” não ter passado pelo ritual do batismo que é um ritual de inclusão ao grupo evangélico, como observamos no segundo capítulo.

Ressaltamos que esse tipo de reconhecimento pode ser uma maneira dos eleitores declarem que não estão votando em um candidato “tão profano” e nem com ideais que se opõem aos do cristianismo, pois para alguns adeptos Lula lutará por uma igualdade social assim como Jesus lutou. Também pode estar indicando que estes evangélicos reconheceram em Lula sinais de que é um homem vocacionado e escolhido por Deus

para ser político. Fato que foi comprovado por ter vencido *a tudo e a todos*. (Ver página 150).

Mas há alguns evangélicos que desassociam o voto a qualquer representação de adesão religiosa, devido um certo desencantamento com políticos evangélicos já eleitos. ‘Desencantamento’ que surgiu após se corromperem ao entrarem na política ou por não terem agido moralmente como o esperado. Por tais motivos, são visto apenas como mais um candidato que compõe o expressivo número de evangélicos no congresso como aparece nos argumentos:

“(...) Com tudo que vi, eu ainda fico achando que a igreja deve se afastar da política, isso se ela quer no caso a comunhão com Deus. (...) Eu vejo esses crentes políticos falando que vai fazer melhoria para comunidade. Já ouvi dizer que se tiver um governador crente melhoraria no caso para o corpo da igreja, que daria mais apoio. *E hoje você vê em Brasília muita raça de crente lá dentro e aí? Melhora em quê? Lá eles não fazem nada! Entendeu. Ser crente é uma coisa e ser cristão é outra coisa. Carregar a Bíblia é uma coisa e ter a Bíblia dentro de você é outra coisa*”.

(Seu Carlos, membro da Assembléia de Deus, 02/04/2004)

“(...) eu achava que um homem de Deus lá dentro iria resolver, mas depois que eu vi todos os casos de homens de Deus que estão lá metidos em bagunça, em mentira. *Como eu vou ajudar um homem de Deus a se destruir. Como eu vou ajudar a jogar um irmão meu lá na lama para se destruir*. Então, aquele que vota em um homem de Deus; aquele que é evangélico e vota em um homem de Deus está errado porque não deve misturar as coisas”.

(Pedro, membro da Assembléia de Deus, 25/05/2004)

O último discurso revela mais um aspecto que contribui para um evangélico não votar em candidatos com a mesma adesão religiosa. Este é a forte noção de *família*

religiosa que marca a dinâmica dos grupos evangélicos. Neste caso, não votar em um *irmão em Cristo* significa protegê-lo ou impedir que este se destrua na política. Evitando, então, que os laços de irmandade religiosa sejam desfeitos.

Todavia, esta noção de família religiosa não é acionada tão somente no momento da escolha do candidato. O recurso ao religioso também se inscreve nas campanhas eleitorais ficando evidentes na auto-apresentação do candidato que possui a identidade religiosa. Como exemplo, podemos citar o discurso de seu Pedro que discordou da atitude do pastor Marinaldo ao ter como slogan de sua campanha a própria posição de “pastor”:

“(..) não concordo com o que está na camisa ‘pastor Marinaldo. Tinha que vir só ‘Marinaldo’. Com o nome ‘pastor’ na frente fica parecendo que está pedindo voto da igreja, dos irmãos (em Cristo). Aí, acaba que a igreja vota meio que por obrigação porque é da igreja e tal. Na época fiz campanha porque era novo na igreja, mas se fosse hoje não ia fazer porque essas coisas não podem se misturar”.

(Pedro, membro da Assembléia de Deus, 25/05/2004)

Portanto, utilizar-se deste símbolo religioso ou de qualquer outro pode comprometer os irmãos em Cristo. Afinal, esta noção de irmandade está presa à idéia de ajuda-mútua. E o ato de não apoiar, ou seja, não votar em um membro da *família religiosa* seria contrariar os princípios de solidariedade instituídos por esta *família* metafórica. Assim, a ausência de apoio – que é expressa tanto no período da campanha quanto no dia das eleições – torna-se um componente a mais de tensão quando o candidato é o “pai” da *família de fé* (o pastor), ver páginas 133 a 135.

Esta tensão pode estar se configurando diante da possibilidade do voto não ser individual em um grupo religioso, cabendo aos membros de uma *família religiosa* votar em seu candidato “meio que por obrigação” como podemos observar no relato de dona Vera: “A igreja é obrigada a votar mesmo, aí acaba que votamos em quem é da igreja; que é o nosso irmão”.

Ao reconhecerem que há uma obrigatoriedade de participarem do processo eleitoral alguns fiéis consideram que a melhor opção é votar em um irmão da mesma *família de fé*. Este pensamento pode estar associado à noção de que está se votando em alguém que se conhece; alguém que é de dentro; alguém em que se confia e não tão somente em alguém que professa a mesma fé.

Porém, quando o candidato é um “simples” *irmão em Cristo* e não o “pai na fé” parece que o voto passa ser mais individualizado ou mais democrático. Surgindo a possibilidade da adesão do voto passar por elementos que vão além da noção de pertença a uma *família religiosa*.

Um desses elementos são os favores que são prestados antes do período eleitoral e que são retribuídos através do voto. Como ocorreu no caso de seu Cleber e de dona Vera que mesmo diante do fato de sua igreja ter lançado um candidato preferiram votar em outro, mesmo não sendo *irmão em Cristo*, por estarem devendo “favores” a tal candidato:

“Eu fui cabo eleitoral lá em Vila de Cava. Trabalhei em duas campanhas políticas lá, mesmo sem saber escrever, sem nada. Eu fui porque o candidato se tornou compadre da gente. (..) Não foi um garoto da igreja que se candidatou, não. Foi um rapaz que se candidatou. Então, ele era um homem muito sincero, muito sincero mesmo. Então, ele não conseguiu. Foram duas campanhas ou três campanhas e ele nunca conseguiu. Ele sempre ficava como primeiro suplente, portanto na última vez que ele ficou como primeiro suplente teve a oportunidade de ser o vereador. (...) *Ele nos ajudava muito, ela (a esposa, dona Vera) lavava a roupa para a esposa dele e tudo. Deu emprego para ela. Ele considerava muito a gente. Tanto que nós demos uma entrada em uma casa muito boa e tudo, com o salário dele do primeiro mandato. (...) Agora (referindo-se a eleição anterior) se este candidato ganhasse nós íamos ganhar uma casa dele.* Essa era uma proposta dele que foi numa conversa entre a gente; que foi até a esposa dele que falou. Ele não era da igreja, mas ele não é como os outros políticos. Ele é sincero, tem caráter”.

(Seu Cleber, membro da igreja Batista, 17/03/2005)

Outro fator que faz com que um evangélico não vote em um candidato de sua igreja ou com a mesma adesão religiosa deve-se aos laços familiares (neste caso, estamos nos referindo a família consangüínea):

“Um irmão lá da igreja se candidatou, mas aí o meu sobrinho também era. Aí, falei que ia votar no meu sobrinho (este também é evangélico). Expliquei direitinho”.

(dona Carla, membro da Assembléia de Deus, 23/04/2004)

Constatamos que a dinâmica de escolher em quem votar coloca o eleitor evangélico diante de valores e laços que devem optar, ora são os que regem a *família religiosa* e/ou a família consangüínea, ora correspondem à fidelidade que se deve a alguém diante de “favores” prestados antes do período eleitoral. Com este primeiro quadro seria inviável afirmarmos que “cristão vota em cristão”.

Por outro lado, parece que os valores que estão impulsionando esses evangélicos a votar têm como pano de fundo os princípios do universo religioso. Pois, os agentes que votaram em políticos que não eram evangélicos ao construírem o perfil destes candidatos os aproximaram ao perfil de um homem de Deus. Já os assentados que votaram em parentes mesmo não sendo da igreja não se distanciaram dos princípios religiosos, uma vez que a igreja reconhece o núcleo familiar (consangüíneo) como uma instituição sagrada.

As diferentes escolhas do eleitorado evangélico apontam para a idéia de que no universo religioso o voto pode ser democrático, afinal em algumas denominações *“os membros da igreja tem o seu livre arbítrio não é obrigado a votar no candidato da igreja. Vamos dizer; ‘Vamos votar naquele candidato’.* Isso não ocorre” (Seu Ricardo, membro da Igreja Batista).

Mas as múltiplas possibilidades encontradas no momento de decidir o voto não desmontam a idéia de que algumas igrejas possuem, em época de eleição, um processo

de negociação do voto. “Negociação” que ocorre quando qualquer membro da igreja ou, utilizando o termo nativo, qualquer membro da *família religiosa* se candidata à política:

“(…) Olha, você sabe que é totalmente difícil uma instituição (referindo-se a igreja) eleger um candidato porque tem pessoas até da família e também da igreja que saem como candidatos. Aí divide um pouco o voto. Vamos dizer, um membro é da minha igreja, mas o parente dele é candidato também. Aí ele vai deixar de votar no irmão dele ou no sobrinho? *Quando me candidatei isso foi tudo conversado para a gente não ter dúvida. Eu fiz uma reunião com o pessoal, com todo mundo da igreja. Ó nesta reunião foi o seguinte quem vota em quem. Eu já era pastor e achei por bem fazer esta reunião porque é o seguinte, eu ia sair a candidato e queria saber se a igreja me apoiava.* Eu gostaria que a igreja me apoiasse. Eu me apresentei, aí o pessoal e os irmãos me apoiaram, me ajudaram na campanha, etc. Vieram um grupo no dia da eleição e me apoiaram. *E teve pessoas que falaram: ‘Ó, o meu sobrinho está saindo a candidato também’.* Aí, eu falei: *‘Ó, não tem problema se você vota no seu sobrinho, vai votar no seu sobrinho’.* Para depois não dizer; não ter como eu dizer “você votou em fulano, heim! etc”. Não tem nada disso aqui não. Foi legal, foi muito legal essa discussão.
(Seu João, membro da Igreja Pentecostal Unidos do Brasil, 25/02/2004).

Diante de todo esse retrato podemos elaborar algumas reflexões. Inicialmente é possível dizer que o voto oscila entre a proposta partidária e os valores morais do candidato.

Quando a preocupação é a proposta partidária o voto parece estar estritamente relacionado aos interesses e às reivindicações de classe do eleitorado. Constatamos que os interesses enfatizados estavam mais centrados na classe “assentados” do que de “evangélicos”. Tal dinâmica desassocia a prática política da adesão religiosa, porém parece agregá-la ao ato de fazer favores, doações, etc.

Por outro lado, quando se vota a partir dos valores morais do candidato, este voto se estabelece por meio de alguns princípios religiosos. Pois, os valores dos candidatos estão submetidos aos valores morais do eleitor, os quais foram formados no interior da comunidade religiosa a que pertencem. Neste caso, a principal qualidade de um político é a moral. Aspecto que atribui a política uma “concepção ética” (VEYNE in GOLDMAN, 1996). Salientamos que para VEYNE tal concepção pode construir alguns obstáculos para a militância política, se esta ação contrapor ao que é entendido como ético.

Resumindo, vota-se por interesses, por uma relação de troca, por prestígio, por adesão a um grupo religioso, pela autoridade patriarcal (seja da *família religiosa* ou a consangüínea), pela noção de “solidariedade familiar”, pela proposta partidária, por reivindicações de cidadania, etc.. Enfim, a decisão do voto perpassa por diferentes motivos e é isto que faz do voto um processo dinâmico. Um dinamismo que ao mesmo tempo nos possibilita elaborarmos algumas previsões, por outro lado, torna quase que impossível sabermos com tanta perspicácia “em quem o cristão vota”. Essa impossibilidade se configura porque a decisão do voto compõe um movimento ondulatório.

Mas mesmo diante desta pluralidade é possível afirmar que o eleitor elabora uma “hierarquização” entre os motivos que os faz votar, constituindo um processo duplo, pois ora a escolha é individual, ora é coletiva (GOLDMAN, M; SANT’ANNA, R, 1996). E o voto coletivo parece ser uma ação que depende da posição em que o eleitorado e o candidato ocupam na metafórica *família religiosa* e na família consangüínea.

Portanto, neste contexto a decisão do voto – seja o ato de escolher um candidato, de votar em branco ou de anular o voto – é mais do que um processo de cidadania, mas também é um momento em que contextualiza estes indivíduos enquanto membros de um determinado grupo social. Cabendo apenas a estes atores ou aos membros dos grupos sociais avaliarem os aspectos mais significativos para a posição em que ocupam na sociedade e em cada grupo. De forma, a não colocarem em jogo os laços sociais outrora estabelecidos.

Chamamos a atenção que neste contexto social *votar* significa obedecer aos mandamentos bíblicos; colocar-se em uma posição em que provavelmente será iludido e

enganado; compactuar com uma farsa; retribuir um favor e lutar pelo bem estar social da humanidade. E *não votar* significa não se envolver com o profano – ato que sinaliza a obediência aos mandamentos bíblicos para manter uma neutralidade – evitando ser enganado e iludido.

Mas mesmo diante da descridibilidade que envolve a dinâmica da decisão do voto, esse processo revelou que o sistema político carrega um pouco das esperanças do eleitorado evangélico para alcançarem a cidadania e o bem estar social. Tal olhar pode dar uma nova dimensão para a prática política destes atores sociais.

Diante de tudo que foi apontado neste capítulo podemos concluir que é impossível o crente não se envolver com política em “época de eleição” pela própria existência do processo eleitoral. Logo, o papel de cidadão brasileiro coloca em jogo todo o esforço que alguns evangélicos procuram manter sobre a *neutralidade* que sustentam em relação ao mundo político. Pois, o ato de votar parece forçar acomodações entre a noção de pertencimento ao mundo religioso e o político.

Mas se há adaptações é importante enfatizar que este envolvimento tem sido em função de dilemas que também se fundamentam em sua crença e na força com que as normas morais (a doutrina) se impõem ao ser o parâmetro de controle de reputação.

—

CONCLUSÃO

Algumas questões elaboradas neste trabalho foram instigadas por reflexões de autores⁸⁴ que abordam a temática religião e política. Entre esses podemos citar Paul Freston (1992). Hoje ao revisitarmos tal trabalho constatamos que de forma “intuitiva” seguimos a sugestão deste autor, pois de fato não lembrávamos das seguintes palavras: *“seria importante analisar a questão (inserção de evangélicos na política) não somente do ângulo político, mas como um fenômeno que se origina no campo religioso e que tem reflexos nesse mesmo campo”* (FRESTON, 1992, pp 40). Assim, procuramos apresentar uma análise da “visão interna” destes evangélicos sobre a aproximação ou o encontro entre o religioso e o político.

Ao olharmos esse processo por “dentro” do universo religioso, consideramos que a crescente expansão dos evangélicos na esfera política – marcada pela sua presença na luta pela terra, em movimentos políticos dos assentamentos rurais e na política eleitoral – não pode ter um significado meramente quantitativo. E deve instigar pesquisas que vão além deste aspecto. Pois, ao realizarmos esta pesquisa a partir do cotidiano religioso observamos que a inserção de evangélicos no campo político tem gerado alianças, conflitos e, ainda, tem permitido uma releitura ou um novo olhar para certos postulados da fé cristã.

Este estudo revelou, entre tantas questões, que a aproximação entre o religioso e o político ainda não é um movimento percebido com naturalidade pelos evangélicos. Contrapondo ou complementando os estudos que acompanham essa inserção com ênfase em um mapeamento numérico.

O que reservamos para essa conclusão é uma parcela de olhares que surgiram diante das tensões que se estabeleceram no contexto religioso com a aproximação do *homem de Deus* com a política, em suas diferentes facetas. Salientamos que estes “olhares” fazem parte de tantos “outros” que compõem o mundo evangélico.

⁸⁴ . Na verdade “poucas”, pois não foi possível esgotar a literatura sobre o tema.

Inicialmente é importante lembrar que na percepção destes atores a política eleitoral e a organização associativa do assentamento é percebida como *um lugar de mentira, roubo, corrupção, de sujeira, de agiotagem, de desordem, de mentiras, promessas, etc...* Características que tem colocado a política em um plano chamado profano. Já a igreja e o *homem de Deus* possuem significados opostos. Construindo assim, uma oposição que denominam de sagrado e profano. Marcando a idéia de que quem pertence a um mundo não pode pertencer ao outro, ou agir como os nativos deste mundo. Mas se a presença de evangélicos na política revela essa aproximação que elementos tem permitido essa dinâmica? Esta foi uma pergunta desta reflexão.

Neste trabalho observamos que os elementos de acomodação à oposição categórica entre o sagrado e o profano partem do próprio universo religioso. Por serem estes os que possuem legitimidade para permitir tal processo. Mas qualquer instrumento religioso com poder para “tornar possível o que era proibido” deve ter o reconhecimento dos atores evangélicos. Assim como é a Bíblia, o *chamado de Deus* e a doutrina religiosa.

De forma geral nas comunidades religiosas o que define as ações do homem religioso “neste mundo” são os ensinamentos bíblicos. Por tal razão, não se pode reduzir esta análise a perspectiva de que alguns adeptos estão se “envolvendo” com a política simplesmente pela expansão deste grupo religioso em nossa sociedade. Pois, as escrituras sagradas, a Bíblia, podem estar representando uma “palavra de ordem” que fará dos evangélicos atores ativos na esfera política como pode-se observar através do seguinte mandamento da Bíblia: “(...) *Não vos conformeis com este século, mas transformai-vos pela renovação da vossa mente*” (Romanos 12:2). Com argumentos como estes alguns atores sociais, no assentamento Penuel, tem dado os primeiros passos para entrarem no mundo político.

Já o fato de ser percebido como “evangélico”; como “aquele que recebeu um *chamado de Deus para ser político*” – ‘chamado’ que parece ser reconhecido através de uma trajetória (religiosa ou política) de ‘sucesso’ –; ou, ainda como “aquele que porta sinais próprios de um seguidor do cristianismo” é um fator fundamental para dar início à carreira de um líder ou de um representante de grupo.

Pois, para estes atores possuir tal identidade ou tais sinais parece permitir aos portadores a chance de obterem capitais simbólicos que antes da conversão não

possuíam, como por exemplo, a boa oratória, o domínio da escrita, etc. Neste olhar tais capitais parecem possibilitar a entrada destes atores no campo político, assim como, os legitimam como atores deste universo.

Na pesquisa intitulada “Os Evangélicos em Casa, na Igreja e na Política”, FERNANDES (1996) já dava indícios de que a vivência religiosa poderia contribuir para a formação de novos líderes ou para impulsioná-los a participarem na esfera política, ao apontar que *“os mais participantes na igreja, tendem a ser mais participantes na vida cívica e política. (...) os evangélicos e pentecostais animados pela força do Espírito Santo (ou seja, que possuem dons do Espírito Santo) tendem hoje a estender o seu empenho participativo para além dos salões da igreja. São mais ativos nos sindicatos, nas associações de moradores, na Campanha contra fome, nas reuniões e nas orações sobre os processos eleitorais”* (pp. 12).

Mas ao observarmos a dinâmica em que estes atores estavam submetidos, tanto no espaço religioso quanto no político, penso que esta identidade vai além da possibilidade de acúmulo de capitais ou de transferência de saberes entre a esfera religiosa e política ou vice-versa. Pois, ser reconhecido como evangélico significa ser membro de uma *família religiosa*. E este simples “pertencimento” parece atribuir ao membro desta comunidade qualidades morais que o classifica como um indivíduo portador de *boa reputação*. Imagem que traduz a idéia de tal portador ser alguém que não rompe com os códigos morais (a doutrina) do universo religioso.

E, por este motivo torna-se alguém confiável para ocupar a posição de líder em qualquer esfera da sociedade. Pois, mesmo estando em um mundo considerado corrupto poderá transformar esse espaço ou os seus valores. Todavia, o que pareceu ter mais significado para estes evangélicos é a possibilidade de ter um candidato que possa garantir de alguma forma que irá lutar pelos ‘menos favorecidos’; que irá cumprir com as promessas que vão de encontro aos anseios da sociedade como um todo; etc... Entretanto, consideram que isto só é possível quando o candidato possui bases que o fortalecem para não se corromper; quando é alguém que possui valores firmados como os que são definidos pela doutrina religiosa; ou, quando é alguém que está sob uma forte vigilância. Nesta direção a inserção do *homem de Deus* na política parece ser uma

preocupação que transcende objetivos de natureza religiosa como, tão somente, o ato de “purificar” o espaço dito pro fano.

Assim, é possível indicar que neste contexto social a *boa reputação*, que é acoplada a idéia de obediência à doutrina religiosa, é entendida como um elemento que constitui lideranças, religiosa ou política. E que permite a aproximação ou o encontro do religioso com o político.

Vale lembrar que se a identidade religiosa e a reputação da pesquisadora estavam sendo questionadas pela maneira em que se trajava, a identidade religiosa dos assentados evangélicos e dos evangélicos políticos era questionada pelo fato de participarem ou não da política eleitoral; da política interna do assentamento; ou, do movimento da luta pela terra. Observamos que toda essa ação dependia da maneira que participavam destes movimentos políticos, pois era necessário apresentar-se como homens mansos, humildes, honestos, sinceros, etc. Sobretudo, demonstrar que possuíam conhecimento bíblico. E quem não era reconhecido como portador de tais características poderia vivenciar um drama pessoal – por questionar a si mesmo a sua auto-imagem religiosa – ou ter a sua identidade religiosa questionada por outros.

Portanto, a avaliação e a vigilância que marcam as relações sociais religiosas se estendem à esfera política. Indicando que as “regras” nesta esfera não são construídas apenas pelos atores sociais do campo político. Mas podem ser formuladas pela comunidade moral religiosa e submetidas à opinião e avaliação da mesma, assim como os políticos. Podemos lembrar que a certeza da existência desta avaliação⁸⁵ é o que tem permitido alguns assentados, bem poucos, se envolverem com a política ao votarem em candidatos considerados *irmãos em Cristo*.

Ainda é possível indicar que a prática política dos evangélicos, que residem neste assentamento, revelou que a representatividade de um líder se mantém na medida em que as ações destas lideranças estiverem em harmonia com as regras morais (doutrina) construídas pela comunidade moral religiosa. E no momento em que estes líderes rompem com as regras e com os valores morais que foram determinados pela comunidade, a legitimidade da liderança pode ser questionada. Realidade que nos

⁸⁵ . Vigilância que se dá pelos próprios *irmãos em Cristo* ou por Deus. Questão bem exemplificada no discurso de seu Alzir, citado na introdução.

possibilita pontuar que a “representação” e o “carisma” de uma liderança não são eternas, mas devem estar em constante “manutenção” (BOURDIEU, 1989).

Inicialmente diríamos que este processo só foi possível porque tais práticas políticas se configuravam em um espaço social em que os atores reconheciam os princípios cristãos como elementos importantes para formar e manter o grupo social. Mas ao observarmos que essa dinâmica se repetiu no plano da política eleitoral, consideramos que o melhor caminho seria indicar que as regras e os valores instituídos pela doutrina religiosa interferem não só nas relações religiosas, mas também nas relações políticas.

Sobre o aspecto doutrinário, verificamos que os adeptos consideram a existência de duas doutrinas. A “mais tradicional” é a mais rígida e a que proíbe o envolvimento do crente com a política. E a “mais moderna” é o resultado de mudanças que possibilitam tal envolvimento. Assim, este processo de adaptação na doutrina parece ser uma forma para conciliar a oposição entre o sagrado e o profano. Na verdade este dilema parece estabelecer uma disputa no universo religioso: “Qual doutrina tem mais força ou legitimidade, a que aproxima o crente da política ou a que afasta?”.

Com o quadro apresentado podemos concluir que a conduta moral religiosa⁸⁶ parece ser um dos elementos usados por estes evangélicos para legitimar ou deslegitimar a carreira política na qual se envolvem dentro e fora do assentamento. Como apareceu em diversos relatos, indicando que o problema de aproximar a religião e a política está na possibilidade de “*sujar*” a *reputação do crente e da igreja*, por isto *não se pode “misturar”* estes dois mundos. E qualquer ação ou pessoa que representar uma ameaça que venha violar este espaço será uma ofensa ou será entendido como um ato mais desprezível. O cuidado para este espaço não ser violado não parece vincular uma preocupação em torno do próprio espaço, mas no que este representa para os nativos.

Violar ou ameaçar esta esfera seria colocar em risco os significados e os valores que giram em torno dos códigos morais que vêm sendo cristalizados ao longo dos anos nas igrejas evangélicas. E por fim, seria colocar em risco a unidade da *família religiosa*. “Unidade” que é fundamental para manter a noção de “família” em um espaço que é tão heterogêneo. Colocar tal “unidade” em risco torna-se possível uma vez que a decisão de

⁸⁶ . Tendo como parâmetro às normas instituídas na doutrina da igreja.

envolver-se ou apoiar a política pode introduzir nesta metafórica *família* algumas divergências. Então, afastar-se da política seria uma forma de proteger o que é entendido como sagrado e procurar manter-se livre da ameaça da contaminação. Mas este olhar pode colocar em questão a noção de ajuda-mútua, presente na relação entre os *irmãos em Cristo*, quando o medo desta ameaça impossibilita o apoio político aos *irmãos* que se candidatam. Um apoio que não é só entendido como o “voto”, mas o ato de permitir que este fale ou acione esta noção de ajuda-mútua dentro deste espaço.

A criação de um espaço⁸⁷, dentro da esfera sagrada (a igreja), para falar do profano (a política) parece ter sido uma estratégia para não romper com a noção de ajuda-mútua ou de aliança entre os membros da *família religiosa*. Para BRASIL (2002)⁸⁸ “*levar a discussão sobre política as apertadas igrejas da periferia é um avanço democrático em setores antes marginalizados*” (pp.9), completamos dizendo que é um avanço permeado por tensões.

Porém, esta estratégia não extingue a possibilidade do líder religioso contaminar-se com este espaço profano ao candidatar-se a um cargo considerado político. Ato que poderá colocar em risco todos os membros da *família religiosa*, pois todos desta família compartilham a reputação do seu líder. E é esta “contaminação” que se tem tentado evitar ao reproduzirem o discurso de que “igreja e política são duas esferas que devem manter-se em oposição”.

Constatamos que toda tensão retratada nas práticas políticas de líderes evangélicos inicia-se no universo religioso quando se reconhece e legitima uma fronteira que se estabelece entre a igreja e a política. E uma vez reconhecido o distanciamento entre estes campos os membros que entram na política procuram, principalmente em “época de eleição”, maneiras de não transgredir tal fronteira sem deixar de acionar os laços religiosos. Afirmando a noção de que a identidade religiosa e os laços instituídos na *família religiosa* serão acionados na esfera política e que os indivíduos de “dentro” ou de “fora” desta *família* irão ser submetidos aos códigos morais que regem o espaço religioso.

⁸⁷ . Como observamos no capítulo quatro.

⁸⁸ . Autor da tese de doutorado “Secularização, Pluralismo Religioso e Democracia no Brasil”. USP, nov . 2002.

Os cuidados que os políticos evangélicos possuem para não transgredirem a fronteira estabelecida pelos fiéis, reafirmam a noção de que há uma necessidade de acomodação entre a intenção de se envolver com política e a de manter a *família religiosa* como uma esfera *pura*. O “cuidado” que cerca esta ação política representa uma dessas “acomodações”.

O ato de não transgredir as fronteiras é importante para a comunidade religiosa, por agregarem a este fato a certeza de que os preceitos e os códigos morais religiosos se manterão intocados e imaculados (DOUGLAS, 1966). Podemos considerar que o receio de ter evangélicos na política não se fundamenta no exercício de práticas políticas, mas na preservação dos objetos mais sagrados da igreja.

Com este estudo também foi possível observar que nas esferas religiosa e política os discursos e as ações dos atores que circulam nestes espaços, estão sendo pautados em função da imagem que o “outro” irá construir de cada um deles. Esse “outro” abrange quem está ou não incluso na esfera religiosa.

Esta reflexão se consolidou ao observarmos que no assentamento, que não é uma esfera dita religiosa, todos procuravam se orientar uns em relação aos outros a partir da adesão religiosa e das funções que cada um exercia na hierarquia da igreja em que congregavam. E é esse foco de orientação social, que está relacionado à noção de “pertencer” ou não a uma igreja, que tem influenciado a dinâmica da política interna do assentamento e da política eleitoral. “Influenciado” no sentido de permitir ou impedir que algumas figuras fiquem em destaque.

Sobre o voto inicialmente lembraremos de FRESTON (1992) que chamava atenção para a seguinte questão “A tese de que estaria havendo uma tendência, no interior do pentecostalismo, a que o ‘voto cidadão’ prevaleça sobre o ‘voto religião’ deve ser vista com cautela ainda. É necessário ver *em que circunstâncias* a cúpula não consegue ‘emplacar’ os seus candidatos. (...) Devemos reconhecer que sabemos muito pouco sobre as motivações do voto evangélico” (pp. 32). Com os dados obtidos nesta pesquisa verificamos que o “não emplacamento”, que este autor fazia referência, deve-se ao fato da identidade religiosa não compor o único motivo que decide o voto cristão.

No último capítulo observamos que a decisão do voto cristão passa por múltiplas razões. Ora está relacionada aos laços estabelecidos na metáfora *família religiosa*, ora

pelos laços estabelecidos na família consangüínea, ora para retribuir favores, ora pelas promessas, etc.. E em alguns casos nem votam para não se envolverem com política. Com os dados desta pesquisa percebemos que é quase impossível prever em quem o grupo evangélico votará. Por outro lado, nos possibilita indicar que *hoje* não podemos mais dizer com tanta certeza o que SYLVESTRE (1986) apontava, “irmão vota em irmão”.

Todo este cenário é montado porque de fato em “época de eleição” torna-se mais evidente a articulação entre o religioso e o político. Há grupos que se utilizam de símbolos religiosos e da pertença a um grupo evangélico de forma mais explícita do que outros. E não explicitá-los de maneira tão evidente pode ser uma estratégia para não contrapor o próprio discurso de que “não se deve combinar o religioso com o político”. Tais questões também foram observadas por Júlia Miranda (1999). Mas nesta dissertação chamo atenção que a adesão entre o religioso e o político não é tão simples e nem tão clara assim. Não podemos nos contentar apenas com os interesses que parecem estar por trás do ato de se usar símbolos religiosos em “época de política”.

A oposição entre o sagrado e o profano (lido como igreja e política) não parece associar apenas a ação de se eleger um político a um simples ato de defender ou não os interesses da sociedade, ou, de um cidadão evangélico como apontava Paul Freston (1992). Ou, dizer simplesmente que a politização de evangélicos seria basicamente pensada como uma extensão de um serviço sacerdotal, questão que Mariza Soares (1996) já levantava. Também não parece introduzir neste debate o mero fato de ter ou não consciência política, como se estes atores fossem apolíticos.

Além de todos esses fatores – que já haviam sido revelados como resposta em trabalhos anteriores, com a temática religião e política, e que reaparecerem nesta pesquisa – cremos que no contexto social estudado a questão central que envolve essa oposição é a ação de saber distinguir onde está a fronteira entre o sagrado e o profano, saber diferenciar o que é ou não essencialmente mundano. Fato que complexifica ainda mais este debate ou nos impossibilita, neste momento, formular tantas outras respostas. Pois, tais fronteiras não são tão estáticas e nem tão absolutas como parece ser a própria definição do que é o sagrado e o profano.

Também queremos enfatizar que com o quadro descrito ao longo desta dissertação, não podemos simplificar a equação “política e igreja” como esferas semelhantes à *água e ao óleo*, substâncias que nunca se misturam. Pois, estas esferas além de serem opostas também se completam ou são simultaneamente opostas e complementares. Dizemos isto, não no sentido apenas de combinar o religioso e o político para obtenção de votos, mas no sentido de que podem existir trocas simbólicas entre esses diferentes mundos.

Se na reflexão de FRESTON (1992) observamos sugestões, consideramos que em outros trabalhos e em debates presenciados na ANPOCS de 2004 parecia existir uma certa preocupação ou um “medo” com a crescente inserção de evangélicos na política. Talvez, o mais apropriado a dizermos seria que as discussões apontadas eram carregadas por uma expectativa de “prever” as consequências das ações destes “novos” atores no campo político ou para a democracia brasileira. Mas isto só será possível quando entendermos de fato o que está em jogo ao se falar da ‘complexa adesão entre religião e política’ e, quando desprendermos do olhar de que a politização destes evangélicos se dá meramente por interesses da própria comunidade religiosa.

No estudo que realizamos há indícios de que alguns destes atores avançaram este estágio. Alguns ao discorrerem sobre política já falavam de cidadania e de interesses do coletivo⁸⁹. E mesmo diante de todo discurso que associa à política valores que consideram negativos, ainda assim, alguns parecem depositar neste sistema algumas de suas esperanças. E quando um político evangélico seguia um projeto mais de interesse pessoal ou da própria categoria evangélica tinha a sua representação política desqualificada. Então, acreditamos que há outros fatores que precisam ser investigados para entendermos a politização dos evangélicos.

Também arriscamos dizer que um bom caminho a percorrer seria indagarmos os agentes que assediam os evangélicos para entrarem na política ou os que possibilitam essa entrada. Porém, devemos indagar com as mesmas perguntas que há anos estão sendo direcionadas para os evangélicos.

⁸⁹ . Questão apontada no último capítulo, onde observamos que a participação dos evangélicos na política tem sido acompanhada com expectativas que envolvem o bem estar social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BÍBLIA ANOTADA. Texto bíblico: versão Almeida, Revista e atualizada, com introdução, esboço referências laterais e notas por Charles Caldwell Ryrie; Tradução Carlos Oswaldo Cardoso Pinto. São Paulo: Mundo Cristão, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. “O Poder simbólico”. Tradução: Fernando Tomaz. Memória e Sociedade: DIFEL (Difusão Editorial, Ltda. Lisboa).
- _____. “A delegação e o feitichismo do político” In *Coisas Ditas*. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- _____. “Gênese e Estrutura do Campo Religioso”. In *Economia das Trocas Simbólicas*, Ed. Perspectiva.
- _____. “Marginalia. Algumas notas adicionais sobre o dom”. *Mana. Estudos de Antropologia Social* 2/2, out., 1996.
- COMERFORD, John Cunha. “Fazendo a luta: Sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas”. R.J: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999.
- DURKHEIM, Émile. “As formas elementares da Vida Religiosa”. São Paulo, Paulinas, 1989.
- DOUGLAS, Mary. “Pureza e Perigo”. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1966.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. “Ser católico: dimensões brasileiras um estudo sobre a atribuição através da religião”. In SACHS, Viola ..et al. *Brasil & EUA : religião e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- CAIRMS, Earle E. “O cristianismo através dos séculos: uma história da igreja cristã”. Belo Horizonte, 2. ed., São Paulo: Vida Nova, 1995.
- CHAVES, Christine de Alencar. Eleições em Buritis: a pessoa política. In GOLDMAM, M, e PALMEIRA, Moacir (orgs). “Antropologia, Voto e Representação Política”. Rio de Janeiro, Contra Capa, 1996.

- CANEDO, Letícia Bicalho. “La production genealogique et les modes de transmission d’un capital politique familial dans le Minas Gerais Bresilien”. In *Genèses*, 31, juin, pp 4 –28.
- CANDIDO, Antonio. “The Brazilian Family”. T. Lynn Smith & Alexander Marchant (eds). *Brasil: Portrait of Half a Continent*. Nova York: The Dryden Press, 1951.
- CONDE, Emílio. “História das Assembléias de Deus no Brasil”. 2ª edição, Rio de Janeiro: CPDA, 2000.
- COSTA PINTO, Luís Aguiar. “Lutas de Família no Brasil”. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949.
- CONTINS, Márcia de Vasconcelos. “Tornando-se Pentecostal: um estudo comparativo sobre pentecostais negros nos Estados Unidos e no Brasil”. Tese de doutorado – UFRJ, 1995.
- CLASTRES, Pierre. “A filosofia da chefia indígena”. In *A Sociedade Contra o Estado*. Cosac e Naify, 2003.
- FONSECA, Cláudia. “Família, fofoca e honra”. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1999.
- FRESTAN, P. “Evangélicos Na Política Brasileira”. *Religião e Sociedade*, vol. 16,1992.
- FERNANDES, Rubem César. “Os Evangélicos em Casa, na Igreja e na Política”. In *Religião e Sociedade*, vol. 17/1-2,1996.
- GILMORE, David (1987). *Agression and Community: Paradoxes of Andalusian Culture*. London: Yale University Press.
- GUIMARÃES, José Eugênio. “Razão e religião: pentecostais, visão de mundo e conduta”. Dissertação de Mestrado – CPDA, 1992.
- GODBOUT, J. “O espírito da dádiva”. Rio de Janeiro, FGV, 1999.
- GOFFMAN, Erving. “Estigma - Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada”. 4a edição. Ed. LTC, 1988 [1963].
- GOLDMAM, M, e PALMEIRA, Moacir (orgs). “Antropologia, Voto e Representação Política”. Rio de Janeiro, Contra Capa, 1996.
- LEFORT, Claude “A Troca e a Luta dos Homens”. Em *As Formas da História*. São Paulo, Brasiliense,1979..
- LEAL, Vitor Nunes. “Coronelismo, enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil”. São Paulo: Alfa-ômega, 1975

- MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”. Em Mauss, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. Volume II. São Paulo, EPU/EDUSP, 1974 [1924].
- MARQUES, Ana Cláudia. “Intrigas e Questões. Vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco”. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. “Carismáticos e pentecostais: adesão na esfera familiar”. Campinas, SP: ANPOCS, 1996.
- MAFRA, Clara (2001). “Os evangélicos”. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- MIRANDA, Júlia. “O jeito cristão de fazer política: representações, rituais e discursos nas candidaturas pentecostais e carismáticas”. In.BARREIRA, Irllys e PALMEIRA, Moacir (orgs). *Candidatos e candidaturas*. Enredos de campanha eleitoral no Brasil. São Paulo, NuAP/Annablume/UFC, 1998
- MIRANDA, Júlia. “Carisma, sociedade e política: novas linguagens do religioso e do político”. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo da Antropologia da Política, 1999.
- MC ALISTER, Robert. “A experiência Pentecostal – a base bíblica e teológica do pentecostalismo”. Rio de Janeiro, 1ª ed., 1977.
- NOVAES, Regina Reyes. “Os escolhidos de Deus: pentecostais, trabalhadores e Cidadania. Rio de Janeiro”: ISER, São Paulo: Marco Zero, 1985.
- NOVICKI, Araújo (1994) “Governo Brizola. Movimentos de Ocupação de Terras e assentamentos rurais no Rio de Janeiro (1983-1987)”. In *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo:Ed. Ed.UNESP,1994 .
- PALMEIRA, Moacir, e HEREDIA, Beatriz. “A Política Ambígua”. In Birman, Patrícia et al e Novaes, R (orgs). *O Mal a Brasileira*. Rio de Janeiro, Eduerj, 1997.
- _____. “Eleição municipal, política e cidadania”. *Tempo e Presença*, mai/jun, pp 7-15, 2000.
- PITT RIVERS, Julian. “Postscript: the place of grace in anthropology”. In Peristiany, J e Pitt Rivers, J (orgs) *Honor and grace in anthropology*. Cambridge University Press, Cambridge, 1992..
- ROLIM, Francisco Cartaxo. *Protestantismo-Pentecostalismo. Dados Estatísticos. Descrição das Principais Igrejas Pentecostais*. Rio de Janeiro, Ceris, 1997 .

SHALINS, Marshall “On the sociology of exchange”. In *Stone-Age Economics*. London, Tavistock Publications.

_____ “The spirit of the gift”. In *Stone-Age Economics*. London, Tavistock Publications, 1972.

SILVA, Márcio. A Casa Kabila Revisitada; um exercício de antropologia lingüística. In *Três Ensaio sobre a Argélia & um Comentário*. UEC, São Paulo, 1995.

SOUZA, Beatriz Muniz de. *A experiência da Salvação: Pentecostais em São Paulo*. São Paulo, Duas Cidades, 1969.

SOARES, Mariza. “Os crentes nas eleições”. *Religião e Sociedade*, vol. 12/3, 1987.

THOMPSON, EP. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

WILLIAMS, Raymond Keywords . verbet: *FAMILY*, 1988.

WEINER, Anette *Inalienable Possessions. The paradox of keeping while giving*. University of California Press, 1992.

Outras fontes:

HEBMÜLLER, Paulo et al. “Guerra Santa no campo e na cidade”. *Eclésia – a revista evangélica do Brasil*, Ed. 92, ano 8, pp. 42-51.

SYLVESTRE, Josué. Irmão Vota em Irmão. Brasília Pergaminho, 1986, p.28. *Aconteceu no Mundo Evangélico*, maio de 1985, p.3.

SOUZA, Ricardo. Fé em Deus e mão na urna. **Jornal Valor**, Rio de Janeiro, 18, 19 e 20 jan. 2002. Nº117 - Fim de Semana, p. 07-09.

Pr. José Wellington, **Folha de São Paulo**, 19/2/95, p.1 0-6.

CAMPOS, Silveira. Um estado Evangélico? In ANPOCS, 2004, Caxambu (MG).
“Evangélicos e Estado republicano no Brasil”. Anais. Minas Gerais. Editora
A Sentinela – Anunciando o Reino de Jeová. “Devem os Clérigos pregar a política?”. São Paulo, 1 de mai. 2004, vol. 125, nº 9.